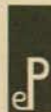


GESTÃO DE ESPORTE E LAZER



Coordenador

Edmur Antonio Stoppa

VENDA PROIBIDA

Edmur Antonio Stoppa: Graduado em Educação Física, Mestre e Doutor em Educação Física, na área dos Estudos do Lazer, pela Universidade de Campinas, docente no curso de Lazer e Turismo, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo. É membro do Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (Oricolé/UFMG) líder do Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL/UNIMEP) e do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/USP).

Ana Cristina Fernandes Clemente: Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Anderson Patrick de Almeida: Graduando em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

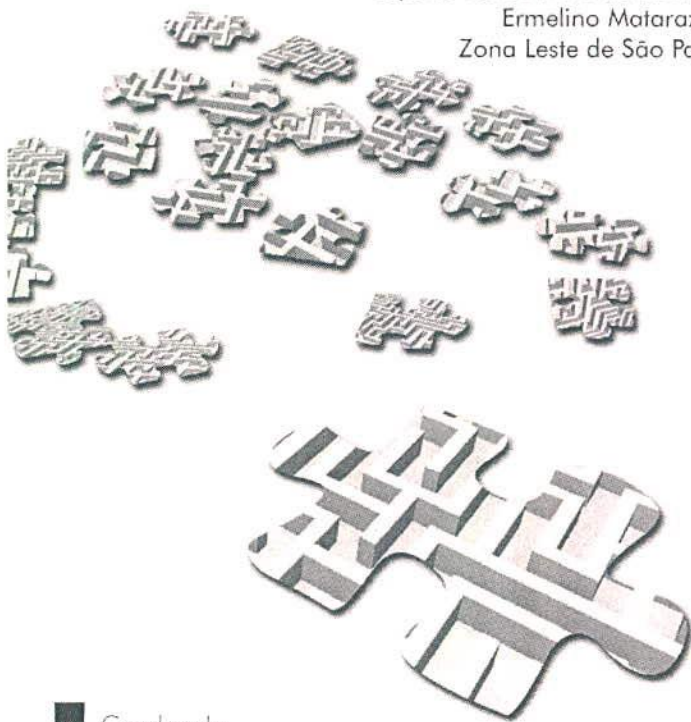
Augusto de Paula Felipe: Graduando em Ciências da Atividade Física pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Débora Hellen Afonso Carvalho: Graduanda em La-

GESTÃO DE ESPORTE E LAZER

análise dos espaços e equipamentos de
esporte recreativo e de lazer em

Ermelino Matarazzo,
Zona Leste de São Paulo



Coordenador
Edmur Antonio Stoppa



EACH | USP
Escola de Administração de Empresas de São Carlos
Universidade de São Paulo



REDE
CEDES
CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO EM ESPORTE E LAZER

Ministério do
Esporte

BRASIL
PAÍS RICO E SEM POBREZA

FICHA TÉCNICA

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Ministro do Esporte

Orlando Silva Junior

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Prof.^a. Dr.^a. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas
Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Diretor: Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho
Vice Diretor: Prof. Dr. Edson Roberto Leite

Coordenador do Curso de Lazer e Turismo

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godói Trigo

Autoria da Obra

Coordenador

Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa - USP

Colaboradores

Ana Cristina Fernandes Clemente
Anderson Patrick de Almeida
Augusto de Paula Felipe
Débora Hellen Afonso Carvalho
Fernanda Nakayama Gonçalves
Giuliano Fanhani Pieve
Jean Flávio da Silva Santos
Letícia de Jesus
Talita Carolina Samuel Custódio

Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL)

Coordenadores

Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa
Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha

Projeto de Pesquisa que deu origem ao Livro

Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer

Grupo em Pesquisa, Educação e Atuação Profissional em Turismo, Lazer e Hospitalidade

Área: Ciências Sociais Aplicadas

Linha de pesquisa: Gestão de Esporte e de Lazer.

Coordenador

Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa - USP

Pesquisadores

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha - USP
Prof. Dr. Sidnei Raimundo - USP
Prof. Dr. Dante de Rose Junior - USP
Prof. Dr. Alexandre Panosso Neto USP
Prof. Dr. Marcelo Vilela de Almeida - USP

Bolsistas de Pesquisa

Ana Cristina Fernandes Clemente
Anderson Patrick de Almeida
Augusto de Paula Felipe
Débora Hellen Afonso Carvalho
Fernanda Nakayama Gonçalves
Giuliano Fanhani Pieve
Jean Flávio da Silva Santos
Letícia de Jesus
Talita Carolina Samuel Custódio

Revisão

Ricardo Baptista Madeira

Projeto gráfico diagramação e capa

Editora Plêiade - Renata Rodrigues

Impressão

Editora Plêiade

Criação de Mídia Digital Anexa

Editora Plêiade

GESTÃO DE ESPORTE E LAZER

análise dos espaços e equipamentos de
esporte recreativo e de lazer em

Ermelino Matarazzo,
Zona Leste de São Paulo

Coordenador

Edmur Antonio Stoppa

Colaboradores

Ana Cristina Fernandes Clemente

Anderson Patrick de Almeida

Augusto de Paula Felipe

Débora Hellen Afonso Carvalho

Fernanda Nakayama Gonçalves

Giuliano Fanhani Pieve

Jean Flávio da Silva Santos

Letícia de Jesus

Talita Carolina Samuel Custódio

2011
São Paulo  editora
Plêiade

Copyright © 2011, Edmur Stoppa

Direitos Reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo, sem autorização expressa do autor e do editor.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos seus autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Esporte, ou da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Capa: *Renata Rodrigues*

Revisão: *Ricardo Baptista Madeira*

Ficha catalográfica

G393 Gestão de esporte e lazer: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, zona leste de São Paulo / coordenador Edmur Antonio Stoppa. - São Paulo: Plêiade, 2011.
137 p.

ISBN: 978-85-7651-190-8

1. Esportes – São Paulo 2. Lazer – São Paulo I. Stoppa, Edmur Antonio

CDU 796(816.11)

379.8(816.11)

Bibliotecária responsável: Elenice Y. Madeira CRB 8/5033

Conselho Editorial – Plêiade

Profa. Dra. Beatriz Lage - USP

Profa. Dra. Lídia Almeida Barros – UNESP

Prof. Dr. Dimas A. Künsch – Faculdade Cásper Líbero

Prof. Dr. Erasmo de Almeida Nuzzi - Faculdade Cásper Líbero

Prof. Dr. Flávio Calazans - UNESP

Prof. Dr. Gustavo Afonso Schmidt de Melo – USP

Prof. Dr. Laan Mendes de Barros – Univ. Metodista

Prof. Dr. Luís Barco - USP

Prof. Dr. Maurizio Babini - UNESP

Prof. Dr. Nelson Papavero - USP

Prof. Dr. Ricardo Baptista Madeira - UniFMU

Prof. Dr. Roberto Bazanini - USCS

Editora Plêiade

Rua Apacê, 45 - Jabaquara - CEP: 04347-110 - São Paulo/SP

info@editorapleiade.com.br - www.editorapleiade.com.br

Fones: (11) 2579-9863 – 2579-9865 – 5011-9869

Impresso no Brasil

VENDA PROIBIDA

COORDENAÇÃO

Edmur Antonio Stoppa – Graduado em Educação Física, Mestre e Doutor em Educação Física, na área dos Estudos do Lazer, pela Universidade de Campinas, docente no curso de Lazer e Turismo, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo. É líder do Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL/UNIMEP) e do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/USP).

COLABORAÇÃO

Ana Cristina Fernandes Clemente – Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Anderson Patrick de Almeida - Graduando em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Augusto de Paula Felipe - Graduando em Ciências da Atividade Física pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Débora Hellen Afonso Carvalho - Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Fernanda Nakayama Gonçalves - Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Giuliano Fanhani Pieve - Graduando em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Jean Flávio da Silva Santos - Graduando em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Leticia de Jesus - Graduanda em Ciências da Atividade Física pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Talita Carolina Samuel Custódio - Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
LAZER, PARTICIPAÇÃO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
O Lazer na Sociedade Contemporânea.....	15
Participação Cultural e Cidadania.....	32
Políticas Públicas de Lazer.....	45
ERMELINO MATARAZZO E A GESTÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER.....	57
Os procedimentos metodológicos da pesquisa.....	57
A Zona Leste de São Paulo.....	59
A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) e seu Novo Modelo de Gestão.....	66
Os Dados da Pesquisa de Campo.....	72
Os Clubes das Comunidades.....	72
As Praças com Equipamento de Esporte e Lazer.....	85
As Ruas de Lazer.....	93
Os Campos de Rodízio.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	119
ANEXOS.....	128
APÊNDICES.....	135

INTRODUÇÃO

Miséria, violência, falta de oportunidades profissionais, preconceitos relacionados aos mais diversos tipos de situações, falta de cidadania. Se o olhar em relação à periferia das grandes cidades do país for feito pelo seu exterior, descontextualizado de sua realidade, uma das conclusões a que poderíamos chegar é que os problemas locais seriam insolúveis, quase impossíveis de serem resolvidos e que as pessoas moradoras desses espaços, sem alternativa, acabariam por levar a vida remediando sua situação, apenas sobrevivendo frente às questões acima colocadas.

No entanto, um olhar mais atento, sintonizado com o cotidiano e por dentro da dinâmica dessas localidades, vai perceber que, apesar da ocorrência desses problemas e da seriedade com que tais situações devam ser enfrentadas pelo poder público, a periferia também pode ser marcada pelo encontro, pela troca de experiências, pela luta em busca de melhores condições de vida, com base no interesse coletivo. Sem abandonar a alegria de viver! É de se destacar, nesse processo cotidiano, as diferentes oportunidades vivenciadas no lazer, possibilitando, além da questão do divertimento e do descanso, tão importantes nos dias atuais, o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Fruto da sociedade urbana, o lazer, entendido como uma das áreas de manifestação humana em estreita relação com outras esferas de atuação, como o trabalho, a educação, etc., pode exercer valores questionadores na sociedade como um todo, assim como sofrer influências da estrutura social vigente.

Pode ser, portanto, um tempo privilegiado para vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural, devendo ser entendido como objeto de ação do poder público e privado, através do desenvolvimento de políticas específicas na área do lazer, contribuindo, com isso, para o desenvolvimento da cidadania das pessoas.

No entanto, dentro da lógica neoliberal presente nos dias atuais, a educação, o lazer, o esporte, por exemplo, passam a ser definidos não com base nas prioridades relacionadas às demandas sociais, mas pelos interesses ligados somente à situação econômica

ca do país, e o que se percebe na sociedade brasileira é a adoção, por parte do governo, de políticas com as características acima citadas, ocasionando reflexos como o abandono da intervenção do Estado nas diversas áreas do social, tuteladas a partir desse momento pelas regras de mercado.

Sobre essa questão, Linhales (1998) observou, na nossa sociedade, que a função redistributiva do Estado, no final da década de 1980, estava comprometida não com a consolidação de um Estado democrático, mas com a necessidade de barganhas nos processos de legitimação política, de modo a funcionarem como instrumento para abrandar os conflitos ocorridos entre as classes sociais.

Em relação ao lazer, por exemplo, não existiriam, nessa época, representações no Estado Federal que defendessem os interesses como um direito social, sendo mais bem representados os interesses ligados às demandas produtivas e de bases mercantis. Segundo Linhales (1998), o trânsito de interesses, como os mencionados anteriormente, privilegiava a seleção e a exclusão e, além disso, teriam sido uma constante com a ausência de projetos políticos que se fundamentassem dentro de uma perspectiva democrática.

Dentro dessa lógica de pensamento, ao discutir a efetividade das políticas públicas de lazer como políticas sociais, Linhales (1998) apontou para o fato de essas políticas desenvolverem-se, nesse período, baseadas na lógica capitalista de acumulação, como mecanismo para aliviar as tensões entre as diferentes classes sociais e com consequente manutenção da ordem vigente, fato que ocorre, certamente, ainda hoje, em diversas realidades país afora.

As ocorrências desses problemas são, assim, situações injustas que devem ser atacadas por uma ação específica, por meio de políticas públicas, entendidas como o processo de elaboração e de implementação de programas de ação direcionados a atingir, em princípio, objetivos explícitos (MULLER; SUREL, 1998).

Assim, para que as ações possam ser desenvolvidas a partir dos valores da participação cultural é fundamental a discussão de como essas políticas de lazer estão sendo desenvolvidas. Aqui, é importante destacar que não estamos falando somente de uma política de atividades, fato mais comumente encontrado

em nosso cotidiano, quando as administrações desenvolvem sua ação baseada em um rol de eventos, muitas vezes somente com a intenção de divertir e desviar a atenção das pessoas para outras questões, mas também em relação a uma política de animação sociocultural, ao processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação, à questão da construção e administração de espaços e equipamentos de lazer, entre outros fatores relacionados a uma política de lazer.

Assim, o presente estudo teve como objetivo principal entender o processo de gestão dos diferentes espaços e equipamentos esportivos e de lazer de uma região extremamente carente da cidade de São Paulo, a Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, para, posteriormente, propor ações efetivas que possam colocar esses equipamentos à disposição da comunidade local, através de programas adequados à sua realidade e necessidade.

Para alcançarmos esse objetivo procuramos, por meio da pesquisa participativa, diagnosticar a situação dos referidos equipamentos e verificar o tipo de utilização a que eles se prestam e se essa utilização está de acordo com as expectativas da comunidade.

Os objetivos específicos do trabalho foram:

- 1) entender como se processa o planejamento e a administração dos diferentes espaços e equipamentos de lazer;
- 2) entender como se dá a apropriação dos locais por parte da comunidade, procurando caracterizar as diferentes particularidades dessa apropriação para as crianças, adolescentes, adultos e idosos;
- 3) verificar como se dá e quais são as características da política de animação desenvolvida pelos profissionais de esporte e lazer nos espaços e equipamentos, bem como qual é o papel da comunidade no desenvolvimento das ações;
- 4) apontar possíveis alternativas para melhor adequar o desenvolvimento da política de esporte e lazer na região de Ermelino Matarazzo.

Enquanto metodologia, a pesquisa foi realizada por meio da combinação da pesquisa bibliográfica, documental e empírica (SEVERINO, 2000) com a inserção dos pesquisadores nos espaços e equipamentos de lazer administrados direta ou indireta-

mente pela na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), na Subprefeitura de Ermelino Matarazzo. Além disso, optamos por realizar o trabalho por meio da pesquisa participante, na linha da pesquisa-ação.

Em relação ao método, enquanto trajetória de raciocínio, trabalhamos na perspectiva do materialismo histórico-dialético, na concepção de Antonio Gramsci (1979;1981), em especial nos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia. Já enquanto modo de observação, que constituem os meios de abordar o “real” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), o método utilizado foi o estudo comparativo entre os diferentes espaços e equipamentos de esporte e lazer.

Em relação às técnicas foram utilizadas:

Para a pesquisa bibliográfica: levantamento inicial das obras, efetuado junto ao Sistema de Bibliotecas da USP e nas bases de dados ABI, ERL, MUSE, e Science Direct, com posterior aprofundamento e problematização, a partir dos objetivos da pesquisa.

Para a pesquisa documental: análise documental desenvolvida por meio de levantamento dos documentos referentes à política de esporte e lazer da SEME e da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, com posterior análise e interpretação desses documentos.

Para a pesquisa empírica: utilização da observação participante, como principal técnica de coleta de dados, articulada, como recurso complementar para aprofundar a investigação, com as entrevistas centradas junto aos profissionais e as entrevistas estruturadas realizadas com os frequentadores dos espaços e equipamentos de lazer.

A definição de amostra deu-se de forma não probabilística, intencional para os locais estudados, documentos analisados, bem como para os profissionais, levando em conta critérios de representatividade e acessibilidade, e por saturação para os frequentadores ligados aos espaços.

Quanto ao texto, este foi dividido em dois capítulos inter-relacionados. O primeiro capítulo é dedicado às discussões conceituais acerca da questão do lazer, das políticas públicas e suas importantes relações com a participação cultural e a cidadania. Em relação ao lazer, são discutidas, a partir de seu entendimento conceitual, a sua importância na sociedade atual e a necessidade

de políticas públicas de modo a democratizar a gestão dos espaços e equipamentos de lazer na realidade brasileira, a partir da análise da participação cultural, como uma das bases para a possibilidade de inserção social poder ser consolidada no cotidiano, garantindo, assim, a formação cidadã de pessoas efetivamente participantes em nossa sociedade, em busca da formação de novos valores, questionadores da situação social estabelecida.

No capítulo seguinte, a análise é centrada na apresentação e discussão dos dados coletados na pesquisa documental e empírica, com a caracterização da Zona Leste de São Paulo, em especial a região da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, a apresentação das características da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação e os dados do material coletados por meio da observação participante e das entrevistas realizadas com os profissionais e frequentadores dos equipamentos de esporte e lazer sob administração direta ou indireta da SEME, tais como os Clubes das Comunidades, as Ruas de Lazer, as Praças com equipamento esportivo e de lazer e os Campos de Rodízio.

De forma geral, tais equipamentos têm em seu processo de gestão vários problemas relacionados aos recursos humanos, físicos e materiais, que trazem consequências diretas para o lazer dos seus frequentadores, restringindo suas possibilidades de participação cultural e de vivência do esporte e lazer enquanto instrumento de formação crítica e criativa de sujeitos socialmente participativos na sociedade em que estão inseridos.

Destacamos tais questões, apontando os problemas e as consequências advindas dessas situações, além de sugerir como contraponto novas possibilidades de ação, como forma de subsidiar a reflexão e o desenvolvimento das políticas de esporte e lazer.

Nas considerações finais, são ressaltadas as reflexões realizadas no decorrer do trabalho, de modo a ampliar e enfatizar importantes aspectos relacionados aos diferentes processos de gestão dos equipamentos da região de Ermelino Matarazzo, como a necessidade da política de lazer destes equipamentos ser planejada a partir do entendimento amplo do lazer, o que requer a diversificação das vivências, em ação articulada com outras políticas na área, como a necessidade de formação e capacitação dos gestores, profissionais ou voluntários que atuem nos equipamentos analisados.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer imensamente a colaboração e apoio do professor Dante de Rose Junior, do curso de Ciências da Atividade Física, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), assim como dos professores Alexandre Panosso Netto e Marcelo Vilela de Almeida, líderes do Grupo de Pesquisa Educação e Atuação Profissional em Turismo, Lazer e Hospitalidade, e Sidnei Raimundo e Ricardo Ricci Uvinha, líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL), todos do curso de Lazer e Turismo da EACH, pela participação na estruturação e desenvolvimento deste projeto de pesquisa, fruto do convênio entre a Universidade de São Paulo e o Ministério do Esporte, programa Rede Cedex da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), instituições a quem, também, agradecemos pelo apoio financeiro e institucional recebido na pesquisa.

Gostaríamos de agradecer, também, à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) da cidade de São Paulo, à Supervisão de esportes e lazer de Ermelino Matarazzo, bem como às comunidades locais responsáveis e organizações sociais gestoras dos equipamentos a oportunidade de acesso aos documentos e espaços visitados por ocasião da pesquisa de campo.

LAZER, PARTICIPAÇÃO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo apresenta as discussões conceituais acerca da questão do lazer, das políticas públicas e suas importantes relações com a participação cultural e a cidadania.

Nesse sentido, são discutidas, a partir do entendimento conceitual do lazer, sua importância na sociedade atual e a necessidade de políticas públicas, de modo a democratizar a gestão dos espaços e equipamentos de lazer na realidade brasileira, análise articulada com a importância da participação cultural como uma das bases para a possibilidade de inserção social e formação cidadã de sujeitos historicamente situados, críticos e criativos, participantes de nossa sociedade, em busca da vivência de novos valores, questionadores da situação social estabelecida.

O Lazer na Sociedade Contemporânea

As transformações que ocorreram ao longo do processo histórico da sociedade refletem-se em diversas mudanças nos hábitos de lazer, no trabalho, na economia, na educação, na cultura e na arte. Se pensássemos todos esses elementos de forma estanque, não seria possível alcançar uma compreensão correta sobre a importância e o significado que eles possuem para a sociedade, mas pensá-los de forma conjunta ajuda-nos a visualizar seus conceitos atuais.

Assim, para refletirmos sobre o lazer na sociedade, é necessário traçar sua relação com as demais esferas da vida social e com o período histórico em que ele está inserido, uma vez que tal situação mostra as diversas transformações que ocorreram no lazer.

Segundo Gomes (2008), o tempo de ócio, chamado pelos filósofos de “*skholé*”, era extremamente valorizado naquele período (Idade Antiga), pois nesse tempo as pessoas podiam alcançar os maiores prazeres, a paz, a distração e a felicidade, valores que não seriam alcançados por meio do trabalho. O trabalho era tido como indigno, estressante e supérfluo, em oposição ao tempo de ócio, onde as pessoas podiam apreciar a arte e a música, buscar a sabedoria, a reflexão, o relaxamento e o descanso.

A partir da Idade Média, com a ascensão do cristianismo e do feudalismo como sistema econômico, a sociedade marcadamente

rural, caminhava segundo os preceitos da Igreja. As manifestações artísticas, as festas, jogos e confraternizações eram censurados pela igreja, que considerava tais atividades como ilícitas, que afetariam o desenvolvimento da sociedade e entregariam as pessoas ao vício e ao pecado (GOMES, 2008).

Nesse sentido, o trabalho, segundo Bacal (2003, p.52):

[...] se apresenta como castigo imposto, como uma injunção da precariedade humana e como instrumento de purificação. O cristianismo ajudou a manter a ordem social, durante a Idade Média, mediante o destaque que atribuía ao drama da salvação e ao ideal monástico.

Na Idade Média, as classes populares tinham o trabalho como um castigo enquanto que as camadas sociais mais privilegiadas economicamente possuíam outras funções relevantes ao andamento do sistema.

De acordo com Elias (2001), nesse período a sociedade de corte se encarregava de estabelecer as regras de manutenção do sistema vigente, representava a autonomia, esbanjava tempo livre e necessitava exibir seu luxo e suas riquezas.

O lazer na sociedade de corte tinha um conceito um pouco diferente do atual, pois a nobreza não tinha tempo de trabalho, apenas tempo livre. Segundo Taschner (2000, p.40) o lazer das classes superiores não estava necessariamente relacionado com o prazer, a diversão e o descanso, mas sim ao fato de não realizarem nenhum trabalho produtivo. O tempo de lazer era o momento onde os cortesões precisavam exibir suas riquezas, seu luxo, sua postura, conforme as leis de etiqueta, e seu *status* social.

O trabalho, nesse período, era elemento presente apenas na vida das pessoas das classes populares, que viam nele a única maneira de sentirem orgulho de suas vidas. Já para os membros da corte, o trabalho representava marca de inferioridade, era uma situação na qual as pessoas eram sujeitadas a outras pessoas, sendo contra as condições de dignidade humana, situação considerada humilhante e reprovada pelos nobres (VEBLEN, 1987).

Um dos requisitos para estar na classe ociosa era de se abster de qualquer atividade produtiva. Ao contrário do visto na sociedade atual, naquela época, a vida ociosa representava um símbolo de respeito, era linda e nobre aos homens civilizados. O ócio

era considerado um elemento de distinção, pois as pessoas dessa classe se dedicavam a empregos não rotineiros relacionados ao governo, ao esporte, à guerra, às atividades espirituais e ao consumo conspícuo, elementos esses de valor cultural, social e, também, importantes para promoção do bem-estar, do conforto e para manutenção das “aparências” diante dos demais membros da classe ociosa (VEBLEN, 1987).

Segundo Veblen (1987), os nobres conseguiam manter sua posição na sociedade, seus luxos e *status* por meio do consumo conspícuo, ou seja, por meio de gastos ostentatórios que serviam para mantê-los em sua posição social, desfrutando das riquezas e do luxo que possuíam. Todo e qualquer consumo ilimitado de bens que excedia ao mínimo necessário à subsistência era, sem dúvida, aquele pertencente à classe ociosa.

Nesse sentido, Elias (2001, p. 63), discutindo essa questão a partir de Max Weber, aponta a perspicácia do mesmo ao analisar esse período, afirmando que

[...] o luxo, no sentido de uma recusa da orientação racional e propositada do consumo, não é algo supérfluo para a camada dominante do feudalismo, mas um meio de sua autoafirmação social

Os diversos cerimoniais e as regras de boas maneiras e de etiqueta que estão presentes nessa sociedade eram considerados importantes, pois eram uma forma de obter prestígio e de exprimir a relação de *status* com os demais membros da classe ociosa. Tais elementos fazem parte da cultura dessa sociedade e caracterizam a vida de ócio dos seus membros. Somente possuindo uma vida de ócio, com tempo de lazer e com renda econômica alta, era possível se dedicar e obter boa educação, boas maneiras, etiqueta e, conseqüentemente, o prestígio e a honra por pertencer a tal classe social (VEBLEN, 1987).

Dessa forma, a aristocracia no tempo de lazer realizava festas e banquetes para o rei, onde os demais membros da sociedade eram obrigados a ir para exibir suas riquezas e luxo e, assim, continuar na corte, continuar com suas mordomias, riquezas e o consumo conspícuo (ELIAS, 2001).

Enquanto a corte do século XVIII continuava na briga por mais poder, riqueza e luxo, com o tempo, as camadas populares

começaram a se revoltar e a corte a perder seu valor. A burguesia começa a tomar o poder do clero e o absolutismo começa a se enfraquecer. Com isso, a burguesia, que tem o trabalho e a busca por capital e riquezas como prioritários à vida, acaba por fazer com que ecloda a Revolução Burguesa e a Revolução Industrial, que estabelecem novos paradigmas para o lazer (GOMES, 2008).

O principal marco para o novo conceito de lazer surge a partir da Revolução Industrial da Inglaterra, onde os operários trabalhavam mais de doze horas por dia, sem direito a boas condições de trabalho, alimentação, saúde, segurança, descanso e lazer. Porém, de forma curiosa, nesse período as pessoas que trabalhavam nas fábricas queriam trabalhar, o trabalho tinha se tornado o grande instrumento e razão de viver de toda a população e, embora fosse sacrificante, opressor e abusivo, continuava crescendo e despertando nos sujeitos a vontade e o gosto por tal atividade (LAFARGUE, 2003).

Nesse sentido, o ideal capitalista surge tendo como elemento norteador a produção e o consumo e, a partir disso, o trabalho é extremamente valorizado. Essa situação estava relacionada principalmente com o ideal da moral cristã do trabalho, que entendia que, quanto mais as pessoas trabalhassem, menos seriam as chances de não fazerem nada e caírem nos encantos do divertimento, da ociosidade, da maldade e do pecado (CAMARGO, 1998). Segundo Franceschi Neto (1993, p.15),

[...] a mitificação do trabalho na sociedade ocidental, foi por muito tempo responsável pela desvalorização do lazer, pois o apresentava como negação do trabalho; a 'Ideologia do Trabalho' e a 'Ética Cristã' foram responsáveis por essa mitificação e reduziram o lazer a uma simples pausa entre dois momentos de trabalho.

Com o surgimento das fábricas, o tempo natural foi substituído pelo tempo de relógio. O tempo passou a ser fragmentado, existindo as esferas de lazer e trabalho e, com tudo isso, o lazer podia ser entendido de duas formas diferentes: 1) como válvula de escape para reduzir as tensões do trabalho (CAMARGO, 1992) ou; 2) como um direito a cidadania, que foi reivindicado pelos trabalhadores das fábricas que sentiram a necessidade de um tempo livre (GOMES, 2008).

A partir da Idade Moderna, as cidades atingiram grande crescimento, a produção de bens e serviços aumentou e a população urbana passou a se desenvolver rapidamente. Com isso, nos deparamos com o dilema entre maior tempo de trabalho, que proporcionava maior consumo e produção, ou maior tempo livre para as pessoas.

Vemos que, na sociedade atual, o lazer não ocupa uma posição prioritária na escala de valores importantes aos seres humanos, pois muitas vezes é tido como supérfluo e muitos acreditam que o tempo de não trabalho é aquele que, além de ser o tempo de “desocupado”, é desnecessário.

Mesmo quando as pessoas sentem a necessidade de um tempo livre, onde possam realizar atividades que as façam sentir-se bem, é difícil vê-las admitirem isso, visto que, na sociedade atual, o trabalho é extremamente valorizado, produz a identidade e gera a renda das famílias (MARCELLINO, 2008). Mas não devemos analisar o trabalho e o lazer de forma a mostrar que um é mais importante que o outro, mas, sim, buscando explorar as inúmeras potencialidades de ambos, a fim de reduzir diversas barreiras e injustiças da sociedade.

Embora o uso do termo lazer venha ganhando mais espaço em nossa sociedade, na maior parte das vezes, ele é utilizado a partir do senso comum, não o entendendo corretamente ou, simplesmente, reduzindo seu entendimento a pontos de vista mínimos e restritivos, uma vez que “[...] para algumas pessoas lazer é futebol, para outras é pescaria, ou jardinagem, etc.” (MARCELLINO, 2006, p.7).

Assim, de acordo com o autor acima, não se pode conceituar o lazer de forma generalizada, mas entendendo-o a partir dos aspectos tempo e atitude. O aspecto tempo é relacionado ao tempo livre, ou disponível, das obrigações, sejam familiares, políticas, religiosas e, principalmente, profissionais. Assim, quem faz uso do futebol, da pescaria ou da jardinagem de forma profissional, para fonte de renda, não mais estaria desenvolvendo as atividades como lazer, mas como trabalho.

Já o aspecto atitude relaciona-se basicamente com a satisfação vivenciada pelas pessoas em relação às atividades desenvolvidas, ou seja, o prazer, de forma que o ato praticado seja pro-

vocador de satisfação, desenvolvido com liberdade de escolha (MARCELLINO, 2006).

Conforme observado, as diversas transformações ocorridas em nossa sociedade, em diferentes momentos históricos, influenciaram em mudanças no tempo, espaço e significado do lazer, transformando seu entendimento e vivência. Atualmente o conceito de lazer mais conhecido é o elaborado pelo sociólogo francês Dumazedier (2000), segundo o qual

[...] o lazer é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Assim, o lazer é fruto da sociedade urbana e pode ser entendido como a cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações humanas, combinando os aspectos tempo e atitude e desenvolvido como uma das áreas de manifestação humana em estreita relação com outras esferas de atuação, como o trabalho, a educação, etc., podendo exercer valores questionadores na sociedade, assim como sofrer influências da estrutura social vigente (MARCELLINO, 2006)

A cultura, aqui, é entendida em sentido amplo, como “[...] conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (MACEDO, 1984, p. 35).

Nesse sentido, é necessário entender que o lazer na sociedade atual é considerado como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural, possibilitando, como reivindicação social, o resgate da cidadania por meio da participação cultural, que é, para Marcellino, “[...] a atividade crítica e criativa de sujeitos historicamente situados” (2006, p.17), e entendida como uma das bases para a mudança da sociedade, mudança em busca da instauração de uma nova ordem social e cultural.

Mas, infelizmente, a forma atual de entendimento do lazer esta mais relacionada à perspectiva funcionalista (MARCELLI-

NO, 2006), que o entende, fundamentalmente, como uma válvula de escape na sociedade. Isso ocorre, pois ainda persiste na sociedade um sentimento de que lazer é algo supérfluo perante as demais necessidades. Dentro desse entendimento equivocado, as pessoas deveriam, primeiramente, estarem satisfeitas com aspectos como saúde, alimentação e habitação, para só então abordar-se os problemas relativos ao lazer.

Nesse contexto, o lazer acaba se inserindo na sociedade como uma mercadoria a ser consumida pelas pessoas, uma forma de entretenimento que ajuda a conviver com as injustiças sociais (MARCELLINO, 2001). São os pacotes turísticos, os cinemas, *shopping centers*, teatros, museus, parques temáticos, equipamentos de lazer domésticos, como TVs, DVDs, entre outros produtos fruto da indústria cultural, que caracterizam as vivências de lazer das pessoas (TASCHNER, 2000, p. 44).

Cada vez mais observamos um lazer alienado, inserido no indivíduo que é dominado pela influência das mídias, ou até mesmo pela falta de informação; essa alienação é o consumo pelo consumo, ou seja, ir aonde outros vão, comprar o que não precisam, estar onde não gostam, sem exercer o próprio poder de escolha e decisão.

Assim, como diz Chauí, vivemos numa sociedade que também controla o tempo de descanso, ou chamado “tempo livre”. A indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer estarão se estruturando de acordo com as exigências do mercado capitalista e são tais indústrias que consomem todo o tempo das pessoas (CHAUÍ, 1999).

Tal questão já era apontada por Lafargue (2003) na metade do século XIX, quando dizia que a produção capitalista não procurava mais encontrar produtores, mas buscava intensificar suas forças em excitar a vontade de seus consumidores, a fim de neles criar falsas necessidades de consumo alienado. Para Marcellino, tal situação pode ser entendida como

“o homem fugindo de si próprio, negando o confronto consigo mesmo e com o mundo que o cerca, incapaz de encontros verdadeiros. É o vazio, o nada, o tédio, a alienação” (MARCELLINO, 1986a, p. 48).

Ao contrário dessa perspectiva alienante, o lazer é entendido enquanto importante tema e espaço para a busca do diverti-

mento, do descanso, mas também do desenvolvimento pessoal e social, pois, segundo Marcellino (2006, p. 14), no lazer “estão presentes oportunidades privilegiadas, porque [ele é um tempo] espontâneo, de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas”.

E mais que isso, por meio do lazer os indivíduos podem assumir e se engajarem em compromissos sociais e políticos que fogem da perspectiva de vida alienante e conformista (CAMARGO, 1992), geralmente encontrada em nossa sociedade.

Assim, as diferentes vivências de lazer devem ser oportunizadas às pessoas, ampliando suas opções, enquanto possibilidade de vivências culturais no cotidiano.

De acordo com MARCELLINO (2006), “As atividades de lazer devem envolver a satisfação dos praticantes” e a opção deve ser primordial característica dessa atividade, a fim de atender a todos. No entanto, o autor alerta que, para isso ocorrer é necessário que as pessoas conheçam os diferentes conteúdos do lazer, pois a opção está diretamente ligada a esse conhecimento.

Segundo Marcellino (2006), ao contrário da possibilidade de escolha, o que percebemos na sociedade é que as pessoas fazem sempre a mesma atividade, não por quererem, mas por desconhecerem outras opções.

Assim, os conteúdos podem ser classificados em: artísticos, intelectuais, físico-esportivos, manuais, sociais (DUMAZEDIER, 1980a), turístico (CAMARGO, 1992). Nos dias atuais, um sexto conteúdo, virtual, é proposto por Schwartz (2003).

Embora discordemos da posição da autora, pois entendemos que o virtual seria um espaço e não um conteúdo, onde todos os demais conteúdos poderiam ser encontrados, a justificativa para a ocorrência dessa possibilidade seria devido aos avanços tecnológicos e sua forte presença na sociedade moderna, propondo mudanças na vida das pessoas, principalmente, em suas vivências de lazer.

Schwartz e Moreira (2007, p. 150), aliás, justificam a posição acima de que o ambiente virtual não poderia ser entendido como um conteúdo do lazer quando afirmam que a comunicação em rede teria como principal característica a promoção de

[...] um modo revolucionário de comunicação de informações, atingindo grandes distâncias em tempo reduzido, dando ao indivíduo a condição de criar, gerenciar, e distribuir mensagens em âmbito mundial. Isto parece afetar, substancialmente, a estrutura de disseminação de comunicação e da vivência de conteúdos culturais, especificamente no que concerne ao contexto do lazer (SCHWARTZ; MOREIRA, 2007, p. 150).

Assim, é importante que as pessoas possam desenvolver suas ações no lazer, vivenciando experiências nos diferentes conteúdos culturais. No entanto, para a democratização cultural do lazer, é necessário o desenvolvimento de processos educativos junto aos indivíduos, de modo que possam servir de estímulo e aprendizado para os mesmos, ofertando melhor conhecimento dos conteúdos culturais do lazer, desenvolvendo as atividades no tempo disponível, aumentando a possibilidade de livre escolha, uma vez que, quanto maior o grau de conhecimento capaz de permitir a opção, mais verdadeira essa opção será.

Outro tema recorrente nas discussões referentes ao lazer é a diferença entre a prática e o consumo, situações que interferem diretamente nas vivências das pessoas.

Marcellino (2006), baseado em Dumazedier (1980b), afirma que a atividade de lazer em si não é ativa ou passiva e que essa distinção é dependente da atitude que o indivíduo assume na realização de suas experiências. Assim, a atividade e a passividade são definidas de acordo com o nível de participação das pessoas nas vivências realizadas. Para Dumazedier (1980b), os níveis de participação podem ser elementar, caracterizado pelo conformismo, médio, onde prepondera a criticidade, e superior, caracterizado pela criatividade.

Assim, para o autor, a seletividade, a sensibilidade, a compreensão, a apreciação e a explicação caracterizariam o indivíduo enquanto ativo, seja na prática, no conhecimento ou na assistência/consumo das vivências de lazer.

Marcellino (2006) concorda com essa questão, mas aponta que tanto as barreiras para o lazer, quanto o baixo nível educacional das obras veiculadas pela indústria cultural colaboram para a vivência passiva do lazer, mantendo os indivíduos no estágio conformista, com o tempo disponível em sua maior parte sendo usufruído dentro de casa, com a assistência à televisão.

Desta forma, a simples prática não significa participação, assim como nem todo consumo corresponde necessariamente à passividade. O desafio que se coloca às diferentes políticas de lazer é o desenvolvimento de ações que tenham como finalidade levar as pessoas aos níveis mais altos de participação – crítico e criativo –, a fim de buscar a formação de novos valores que possam colaborar na melhoria da participação cultural, levando-as à autonomia, na busca por seus direitos enquanto cidadãos conscientes no meio social em que vivem.

Embora o lazer deva ser entendido como um tempo social, no qual as pessoas possam realizar as atividades que desejam atreladas aos valores culturais da realidade local, explorando diversos conteúdos culturais e em busca da participação cultural e, com isso, da cidadania, ou seja, enquanto sujeitos de sua história, infelizmente, a realidade social é um pouco diferente da situação apontada, uma vez que a falta de infraestrutura básica e específica para o lazer, a centralização dos espaços, as desigualdades sociais, a miséria, a violência, a falta de participação e envolvimento popular com questões políticas e a consequente alienação social, provocada muitas vezes pela cultura de massa e pela mídia, são elementos que afetam o desenvolvimento e o acesso ao lazer.

Tais questões são apontadas como fatores injustos que devem ser tratados por ações específicas, de modo a minimizar esses problemas. São as chamadas barreiras para o lazer (MARCELLINO, 2006), ou seja, um conjunto de fatores que limitam tanto quantitativamente, quanto qualitativamente, na participação das vivências de lazer, privilegiando alguns grupos sociais em detrimento de outros. Assim, identificamos barreiras intraclasses e interclasses sociais que funcionam como elemento inibidor no lazer, limitando as possibilidades a uma minoria da população.

Assim, a questão econômica, principal barreira interclasses sociais e pano de fundo para a ocorrência das demais barreiras intraclasses sociais, interfere no desenvolvimento do lazer, uma vez que as pessoas com maiores condições têm maior acesso a equipamentos específicos de lazer, em detrimento das pessoas das outras classes sociais. Tal situação, no entanto, não garante a vivência qualitativa por parte da população privilegiada economicamente, uma vez que vimos que a qualidade não está diretamente

te ligada aos conteúdos ou aos gêneros de vivência do lazer, mas ao nível de participação dos indivíduos.

Já as barreiras intraclases sociais estão inseridas dentro das classes sociais, como a barreira da faixa etária, gênero, acesso aos espaços, violência, estereótipos, entre outros, e as interclasses são as barreiras encontradas entre as classes sociais, como o fator econômico e o nível de instrução (MARCELLINO, 2006).

Em relação à faixa etária, a discussão é centrada nas extremidades do ciclo de vida, abordando questões ligadas à criança e ao idoso.

Embora a criança tenha aparentemente grande tempo de lazer, sua presença em nossa sociedade é vista, muitas vezes, como um “adulto em miniatura” (PERROTTI, 1990), que deve se preparar para ingressar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na vida adulta, realizando inúmeras atividades que acabam por interferir em seu tempo de lazer, ou seja, em seu brincar.

Tal situação é reveladora de um entendimento equivocado em relação ao lazer da criança. Dentro dessa concepção, a mesma é visto como ser etário em fase de crescimento e, por isso, como não produtora de cultura. Ao contrário dessa perspectiva, estudos apontam sua participação efetiva na vida social, portanto como geradora de cultura, a partir de seus próprios valores e interesses, devendo ter garantido seus espaços enquanto ser social inserido em nossa sociedade (PERROTTI, 1990). Para este autor, baseado em Florestan Fernandes (1961), a criança não só deve ser vista como pertencente “a grupos dotados de subcultura próprios, mas também como elemento capaz de intervir no processo cultural como um todo” (PERROTTI, 1990, p.23), não podendo, assim, ser entendida como um ser passivo em formação.

Para ele, o que vem acontecendo em nossa sociedade, de modo cada vez mais enfático, é o furto do componente lúdico da cultura da criança, independente de classe social, o que provoca uma igualdade entre as crianças.

Sobre a questão, Perrotti (1990) vê a criança sofrendo uma dupla opressão: a etária e a de classe. A etária devido à visão adultocêntrica que a entende como um “vir-a-ser”, um “futuro adulto”; e a de classe, dado à imposição de padrões culturais das classes dominantes às crianças das classes menos privilegiadas.

De acordo com o autor, infelizmente, a produção cultural é vista pela sociedade substituindo “[...] tanto as relações sociais, políticas, como as relações afetivas e a falta de espaço livre” (p. 24). E a partir da falta do espaço livre, do lúdico, a produção cultural oferece-se como substituição, como mercadoria, possibilitando a criança viver “[...] através de produtos culturais aquilo que lhe é negado no real” (p. 25), embora não se poderia entender a criança apenas como um ser oprimido, mas também como um ser capaz de resistir às situações de opressão dentro do possível.

Assim, se a participação cultural é condição indispensável para a existência social, a participação da criança e das demais fases da vida em vivências específicas a sua faixa etária é imprescindível como forma de aumentar o repertório de opções para uma posterior escolha. Deste modo, a valorização da cultura das pessoas, em todas as classes sociais deve proporcionar a vivência do componente lúdico, criando bases para sua efetiva participação.

Já os idosos são vistos como seres fora do mercado de trabalho, não gerando mais capital para a sociedade, não tendo identidade e utilidade, o que é uma ideia completamente preconceituosa, visto que o idoso possui uma rica bagagem cultural (MARCELLINO, 2006).

Em relação às questões de gênero, as mulheres são desfavorecidas em comparação aos homens, pois possuem dupla jornada de trabalho, ou seja, estão presentes no mercado de trabalho e, ainda, devem se dedicar as tarefas domésticas e obrigações familiares do lar, não tendo muito tempo para usufruto do lazer (MARCELLINO, 2006). Stoppa (2005), em trabalho relacionado ao movimento hip-hop, aponta que a participação da mulher nas vivências de lazer relacionadas ao movimento somente ocorrem após uma tripla jornada de trabalho, em que as mulheres disc-jóquei (Djs) conciliam as tarefas domésticas, o hip-hop e o trabalho.

Apesar de todas as conquistas femininas durante as últimas décadas, ainda vivemos em uma sociedade machista, que privilegia as questões masculinas em relação direta às femininas, bastando para tanto ver como isso acontece em diferentes áreas da vida social, como empregos, salários, participação política, entre outras, situação que não é diferente em relação ao lazer da mulher.

Outra questão importante é ligada às barreiras de acesso aos espaços de lazer. Com o desenvolvimento acelerado das áreas urbanas

e a concentração dos espaços de lazer em áreas centrais ou mais valorizadas, grande parte da população vive, em sua maioria, nas áreas mais periféricas dos centros urbanos e, assim, distantes dos principais equipamentos de específicos de lazer de uma metrópole como São Paulo (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005).

Além disso, ainda prevalece a questão de que as pessoas das classes populares evocam certo “ar de santuário” aos equipamentos específicos de lazer (CAMARGO, 1979), acreditando que espaços como museus, grandes *shopping centers*, teatros e bibliotecas não são para essa parcela da população (MARCELLINO, 2008).

Não resta mais dúvida de que quando falamos de espaço de lazer estamos nos referindo ao espaço urbano, pois é nele que encontramos o maior contingente populacional e o maior número de equipamentos específicos de lazer que atendam aos diversos interesses culturais da sociedade, assim como os maiores centros educacionais, hospitais, ofertas de emprego, centros culturais, entre outros itens (MARCELLINO, 2008).

A centralização desses espaços em áreas centrais ou valorizadas, com a conseqüente escassez destes nas regiões periféricas da cidade, levanta a necessidade de se pensar em questões importantes a fim de se minimizar os problemas advindos de tais situações. De acordo com Marcellino (2008), se o espaço de lazer e suas vivências é privilégio de poucos, a sua democratização não pode ficar na dependência da construção de outros equipamentos específicos de lazer, mas na conservação dos espaços de lazer já existentes, bem como na divulgação dos mesmos, além da revitalização do patrimônio ambiental urbano.

Outra questão importante ligada aos equipamentos específicos é a necessidade das ações serem desenvolvidas com a adaptação dos equipamentos não específicos de lazer. Entre eles podemos citar a casa, a rua, o bar e a escola, equipamentos importantes em uma política específica na área do lazer, mas que também trazem problemas em sua utilização.

Segundo Marcellino (2006), a casa é o principal equipamento não específico, com grande parte da população urbana utilizando seus espaços para o desenvolvimento do lazer, principalmente as classes populares que possuem esses espaços com menores condições para tal utilização.

Os bares tradicionais também se inserem nesta categoria, mas, atualmente, eles vêm perdendo seu valor associado ao encontro social e ao bate papo, sendo substituídos pelos atuais *fast foods*, que são ambientes de consumo rápido que desestimulam a convivência entre pessoas. Já as ruas estão cada vez mais se tornando simples lugar de passagem, com a perda crescente das manifestações populares, cada vez mais restritas às festas tradicionais religiosas ou populares como o carnaval, desestimulando a sua utilização como espaço de encontro, pertencente à identidade e cultura de uma comunidade (MARCELLINO, 2006).

As escolas, estruturadas com pátio, quadras, salas e auditórios, capazes de abranger os diversos conteúdos culturais do lazer, poderiam ser nos dias atuais os equipamentos não específicos melhor adaptados para a vivência do lazer nos finais de semana e férias (MARCELLINO, 2006). Programas específicos desenvolvidos pelos governos da cidade de São Paulo e do Estado de São Paulo, como o Centro Educacional Unificado (CEU) e o Programa da Escola da Família, poderiam desenvolver o interesse do setor público de abrir as escolas nos finais de semana a fim de oferecer vivências de lazer, esporte e cultura aos jovens¹.

Entretanto, o que se observa é que a simples abertura da escola aos finais de semana não garante o desenvolvimento das ações da forma como entendemos que a questão deveria ser tratada. Além disso, outros problemas podem ser encontrados, como o risco de depredação, temor da direção para a abertura e uso da comunidade, situação contrária à apontada por vários estudos que observaram maior vínculo das pessoas com o espaço quando efetivamente visualizam o local como pertencente à comunidade (MARCELLINO, 2006).

Outro autor a abordar as relações do lazer com a escola é Pacheco (2006) que conceitua de duas formas as vivências de lazer que utilizam o espaço escolar: “o lazer na escola” e “o lazer da escola”. O lazer “na” escola apenas utiliza seu espaço sem vínculo com a educação e com as propostas da escola, como espaço sendo utilizado devido a falta de outro. Já o lazer “da” escola

1 Disponível em <<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Subpages/sobre.html>>. Acesso em 21/out/ 2010.

considera tais atividades como parte integrante do projeto pedagógico dela, buscando articular sua proposta com a realidade e o cotidiano dos alunos; assim, nessa perspectiva, “o fim de semana deve ser articulado ao cotidiano escolar e ao objetivo fundamental da escola: educar”.

O que se vê, geralmente, nesses programas de abertura das escolas nos finais de semana e férias, é que tais iniciativas possuem uma relação quase nula com os objetivos da escola, caracterizando o chamado “lazer na escola”. É comum não encontrarmos um planejamento e um programa de animação sociocultural, no que diz respeito aos eixos Esporte e Cultura do programa, bem como profissionais qualificados para atuarem nessas iniciativas, com o êxito nas ações diretamente relacionado não à matriz do programa, mas à coordenação geral do projeto dos diferentes locais.

Além de problemas como a carência de espaços de lazer, um item a ser levantado é a questão da violência e da falta de segurança nas cidades, outra das barreiras intraclasses sociais do lazer, pois esses são elementos que influenciam bastante no lazer das pessoas, podendo até impedi-las de realizar suas escolhas. São questões que podem incentivar as pessoas a se manterem em seus lares, sem muitas opções de lazer a não serem as mídias, como a televisão e a internet (MARCELLINO, 2008). É por isso, também, que as ruas e praças estão perdendo sua característica de espaço para o lazer: a violência, a falta de manutenção e mesmo a utilização desses espaços para outras situações de grande impacto para a saúde coletiva e não relacionadas às atividades de lazer são grandes problemas enfrentados nos centros urbanos.

A respeito do espaço público Rolnik (2009, p.183), afirma que

como reflexo destes fenômenos combinados instalou-se na sociedade, em relação à cidade e ao espaço público, uma espécie de agorafobia coletiva. Em um primeiro momento aconteceu a fuga, o não uso, o esvaziamento da função pública simbólica identitária da cidade; posteriormente, essa agorafobia se transformou em medo, rejeição, pavor do espaço público, porque não se caracterizava mais como protetor, como “conector” e integrador. Pelo contrário, é cada vez mais percebido como um lugar de exercício da violência, porque foi dissolvendo-se o contrato que permitia que a diversidade não se expressasse em

violência, e se rompeu a dimensão pública pluriclassista e heterogênea com a criação de guetos, de espaços privados, fechados e homogêneos.

Segundo Rodrigues (2008, p. 8), outro problema enfrentado nas cidades e no período que vivemos é que

[...] os espaços públicos estão sendo privatizados, comportando usos coletivos excludentes e normatizados. É o caso dos condomínios fechados em áreas litorâneas que interdita ilegalmente o acesso às praias que são espaços públicos garantidos legalmente. O mesmo acontece com os hotéis e *resorts* que têm privatizado grandes trechos de praias em todo o litoral brasileiro, sem exceção.

Assim, esses problemas nunca terão um fim se não pensarmos em políticas públicas que sejam capazes de fornecer acesso ao lazer a todos os cidadãos e, ainda, que pensem na manutenção efetiva de uma política de animação sociocultural nesses espaços, que proporcionem vivências relacionadas à cultura e ao modo de vida das pessoas.

Uma das formas de reduzir as inúmeras barreiras encontradas é por meio do duplo processo educativo do lazer (MARCELLINO, 2006; CAMARGO, 1998), a educação pelo e para o lazer, em suas relações com a Educação, no qual se deve entender o lazer como forma de desenvolver ações nas áreas que busquem considerar não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social, na busca da formação crítica dos cidadãos. Para isso, é necessário entender o lazer, não de uma perspectiva funcionalista, mas como possibilidade de reivindicação social, ou resgate da cidadania, tudo por meio da participação cultural.

A visão funcionalista entende o lazer enquanto válvula de escape, vivenciado de modo a ajudar as pessoas a conviverem com as injustiças sociais observadas no cotidiano, colaborando com a manutenção da situação social vigente. São encontradas pelo menos quatro abordagens, sendo elas a compensatória, a romântica, a utilitarista e a moralista (MARCELLINO, 2006).

De acordo com o autor supracitado, a abordagem compensatória restringe no lazer a razão da existência e o ideal de felicidade dos indivíduos. Segundo Dumazedier (2000), a cada dia que passa,

o trabalho é apenas um elemento importante para a sobrevivência e obtenção de renda as pessoas. Ou, ainda, é um meio de conquistar o lazer, tempo no qual as pessoas alcançam a felicidade e que pode ajudar a superar e compensar as tensões da vida de trabalho. Assim, em certos aspectos, o tempo de trabalho esta sendo o chamado “ganho lazer” e nada mais que isso, as pessoas trabalham para obter lazer, felicidade e prazer. Lazer como um prêmio de compensação para superar os problemas da vida profissional e familiar.

Já a visão romântica é marcada pela valorização do passado e da sociedade tradicional de antigamente (MARCELLINO, 2006). De acordo com Camargo (1992), no período da sociedade tradicional, as pessoas não tinham uma divisão entre o tempo lazer e trabalho, o período de trabalho respeitava o ritmo natural do dia e o ritmo dos trabalhadores. Como diz o mesmo autor:

[...] A labuta iniciava ao alvorecer e terminava quando a luz do dia faltava, mas havia as pausas impostas pelo cansaço, dos domingos e feriados religiosos, das entressafas; a chuva era pausa forçada (CAMARGO, 1992, p. 35).

Assim, não havia tanta obrigatoriedade, disciplina e rigidez naquele período, como encontramos atualmente na sociedade industrial. Nas sociedades tradicionais, a produção era principalmente de subsistência e não havia o tempo do relógio que determinava o início e fim do tempo de trabalho e de lazer, enquanto, na sociedade industrial, o trabalho “impunha uma cultura própria, de economia de gestos, de produzir mais no menor tempo possível, de acumulação de bens”, o que faz as pessoas quererem voltar para o passado (CAMARGO, 1992, p. 35).

A abordagem moralista entende o lazer pelo seu lado negativo relativo às manifestações humanas (MARCELLINO, 2006) e, aqui, vale abrir um parêntese para salientar que, embora o lazer seja um tempo e espaço para manifestações culturais, sociais e políticas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, o mesmo, sendo um fenômeno social, envolve pessoas, que têm em seu tempo de lazer a liberdade em realizar atividades ilegais ou negativas para o desenvolvimento social, como o caso dos “rachas” (corridas noturnas) e a realização de atividades que podem potencializar o uso de drogas proibidas.

Apesar de polêmico, ao contrário de apenas proibir a prática de tais questões, valendo-se da abordagem moralista do lazer, devemos estar atentos para pensar em alternativas para o desenvolvimento de atividades como as citadas acima, sem negar tais possibilidades, uma vez que a simples proibição geralmente tem efeitos contrários, levando as pessoas a descumprirem determinações e desenvolver as questões na ilegalidade. Além disso, é importante destacar que esses e outros casos devem ser analisados e discutidos de modo mais amplo, ultrapassando as questões ligadas ao lazer, ampliando as relações com as demais políticas governamentais (CAMARGO, 1998).

Por fim, a visão utilitarista entende o lazer de forma utilitária (MARCELLINO, 2006), enquanto instrumento de desenvolvimento institucional e/ou mesmo de uma cidade, um país, desconsiderando o indivíduo, suas necessidades e desejos.

Assim, o lazer acompanha as mudanças ocorridas na sociedade e seu significado se transforma a partir de suas relações com as diferentes áreas de atuação humana como a cultura, a história, a educação. Na antiguidade, o lazer servia de inspiração para grandes descobertas, com o tempo de ócio, de reflexão e prazer buscados por todos e, na atualidade, vem sendo entendido, geralmente, de forma funcionalista, relacionado com o consumo alienado, como forma de reduzir as tensões do trabalho ou para manter a ordem social.

No entanto, o entendimento do lazer utilizado no trabalho não se restringe a uma posição assistencial ou assistencialista em suas ações. Pelo contrário, é uma questão de cidadania, com a necessidade de políticas específicas que possibilitem sua vivência enquanto direito social, por meio do duplo processo educativo do lazer, sua contribuição para busca de mudanças do sistema, para criação de valores de cidadania, de formação de identidade, de qualidade de vida, de prazer e cultura vivenciada pelas pessoas, contribuindo para a redução das barreiras, a partir da formação educativa e cidadã dos indivíduos, em busca da efetiva participação cultural.

Participação Cultural e Cidadania

A mobilização de diferentes extratos da sociedade civil, no desenvolvimento de políticas públicas nas diferentes áreas do social,

tem aumentado gradativamente no país, ações essas que têm como característica principal a perspectiva de atendimento a parcelas da população excluídas do processo de participação da sociedade.

Participação cultural, por sua vez, é um tema abordado há certo tempo por diversos estudiosos, cada qual utilizando uma vertente diferente do assunto. No entanto, há um consenso de que o termo se refere a uma mobilização que vai além de movimentos sindicais ou questões políticas.

Contudo, vale a pena lembrar a forma pela qual essa mobilização ocorre, pois ela deve ser considerada, uma vez que o exercício crítico e criativo do movimento é um fator a ser buscado pela mobilização e participação, entendidas como uma das bases para a mudança da sociedade, uma mudança em busca da instauração de uma nova ordem social e cultural.

A discussão da participação popular tem início juntamente com o surgimento das políticas públicas, pelo fato de que uma das obrigações do poder público seria o de fornecer à população condições adequadas de infraestrutura e oportunidades para o desenvolvimento da qualidade de vida da população.

Segundo Naves (2003), ainda é de extrema relevância levar em conta que o Brasil, bem como outros países, adotou um modelo econômico e rendeu-se a interesse de organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, que levaram a uma nova forma de condução das políticas públicas em diversos campos.

Diante desse contexto a participação cultural surge como meio de preencher as lacunas deixadas pelo poder público em diversos setores que, segundo Desaulniers (1997), vêm se agravado devido às transformações no mundo contemporâneo, em consequência do aprimoramento acentuado da tecnologia e mudanças culturais e sociais.

Ayoub (1993), ao discutir a importância do processo de democratização do lazer na sociedade, com base nas reflexões de Chauí (1989b), afirma que para o indivíduo existir socialmente é indispensável participar, uma vez que não há participação sem informação, o que significa que não há democracia, caso não aconteça a participação. Nesse sentido, sem um compromisso com o desenvolvimento de uma consciência crítica, a informação

torna-se alienante e manipuladora, deixando assim de garantir uma efetiva participação.

Analisando também a questão, Chauí (1989b) afirma que é necessário a participação popular criar suas próprias leis e regulamentos, uma vez que só assim ela se tornará política e democrática. Para a autora, a participação seria “o direito de tomar as decisões políticas, de definir diretrizes políticas e torná-las práticas sociais efetivas [...]” (p. 56).

Outro autor a discutir a participação é Demo (1996). Para ele, é importante estar atento às armadilhas encontradas na lógica do poder, onde a melhor farsa é a da roupagem da participação, situação esta doada pelo poder e não conquistada pelo desigual. Para Demo “[...] participação não pode ser dada, outorgada, imposta. Também nunca é suficiente, nem é prévia. Participação existe, se e enquanto for conquistada. Porque é processo e não produto” (p. 97).

Segundo o autor, poder inteligente é aquele que distribui assistências, desmobilizando a adversário através de suas políticas assistencialistas, ao passo que a redução da desigualdade só será efetiva se ela for promovida pelo desigual e não pelo privilegiado, e aí está a sua competência. Neste ponto, é importante ressaltar a distinção feita pelo autor entre as políticas assistenciais e as assistencialistas. Enquanto estas têm como estratégia a manutenção das desigualdades sociais, aquelas são direcionadas, por direito humano, a grupos que não se auto sustentam em relação às suas necessidades imediatas.

No entanto, para que a autopromoção se estabeleça é necessária a presença do homem político, que é aquele politicamente competente, que não se ilude com suas limitações, mas, ao contrário, busca enfrentá-las, organizando-se para preservar seus direitos.

O autor chama a atenção para a importância da organização política, como canal de participação, seja ao nível de grupos de interesses ou ao nível das comunidades, sendo as várias formas de associativismo fundamentais para o exercício da democracia, pois assim aprendemos “a eleger, deseleger, a exigir prestação de contas, a reivindicar rodízio de poder, a competir em clima de negociação, a reclamar representatividade das lideranças, a insistir

na legitimidade do acesso ao poder e assim por diante” (DEMO, 1996, p. 25).

Discutindo a questão do associativismo, através do lazer, Marcellino (2006) cita uma série de formas associativas informais que, por não aparecerem nas estatísticas ou não serem devidamente estudadas, contribuem para constatações, equivocadas, de que o brasileiro não é associativo quando comparado a outros países. Porém, como lembra Oliveira é

[...] extremamente importante considerar a presença dos grupos de encontro, a reunir pessoas com problemas comuns, que se unem a fim de encontrar apoio mútuo e soluções para resolver seus problemas. Trata-se de uma atividade característica dos interesses sociais no lazer, que revelam facetas pouco conhecidas dentro do associativismo, mas que, de modo algum pode ser deixada de lado, sob pena de se relegar na prática associativa justamente as formas voluntárias, não impostas, não dirigidas, espontâneas e autênticas de relacionamento social (1981, p.01).

Analisando essa participação em movimentos sociais, como um processo de aprendizagem política em que pessoas e grupos aprendem a organizar-se, mobilizando recursos e traçando estratégias de ação, Sandoval (1989) aponta alguns fatores que podem impulsionar ou, na sua ausência, manter as pessoas alheias à mobilização, tais como: fatores demarcadores das fronteiras dos agrupamentos e da comunidade; fatores contribuidores à solidariedade; fatores relacionados à vida organizativa e ao repertório de ações coletivas.

A primeira questão envolve fatores que caracterizam a localização da comunidade em termos de moradia ou trabalho, bem como os significados psicossociais atribuídos a essas questões pela coletividade. O segundo aspecto são fatores ligados à solidariedade, que podem ser classificados em categorias sociais, ou seja, agrupamentos de pessoas que se diferenciam de outros grupos por compartilhar critérios ou atributos semelhantes, ou em redes sociais, o conjunto de indivíduos interligados por uma variedade de relações sociais. A vida organizativa da comunidade se dá através da combinação das categorias sociais com as redes sociais.

Nessa questão, a noção de grupo, com sua coesão social, faz-se importante. Vários aspectos são relevantes para que a organização aconteça, tais como: a estrutura, as funções, o apoio das

organizações, as metas, as lideranças e outros atores do movimento, na sua interação com a população, entre outros.

Por fim, os repertórios de ações coletivas são entendidos como “acervo de experiências em mobilizar recursos e agir coletivamente e o valor atribuído a essas experiências” (SANDOVAL, 1989, p. 72). Para ele, as ações coletivas dependem tanto da experiência das pessoas na realização das ações, como da extensão e capacidade da coletividade em agregar recursos e engajar membros da comunidade na utilização desses mesmos recursos nas ações a serem realizadas.

Outro autor a discutir os processos pelos quais os indivíduos avaliam e reconhecem aquilo que os identificam e, com isso, os levam a agirem em conjunto é Melucci (2001). Segundo ele, o potencial de mobilização por meio das redes de recrutamento e a motivação em participar indicam bons caminhos para delimitar a questão colocada anteriormente.

Sobre o potencial de mobilização, o autor refere-se à quota da população que tem atitudes favoráveis à participação em movimentos sociais. Ele baseia-se na unidade entre as pré-condições objetivas e as atitudes subjetivas, de modo a transformar essas últimas em ação. As redes de recrutamento possuem papel importante, pois facilitam o envolvimento entre as pessoas, desonerando o investimento necessário para a consolidação da ação. Segundo o autor, “os indivíduos interagem, influenciam-se, negociam no interior dessas redes e produzem os quadros cognitivos e motivacionais necessários [...]” (MELUCCI, 2001, p. 67). Assim, a motivação para participar, o terceiro item citado anteriormente, não pode ser entendido somente como um fator individual, pois a estrutura dos incentivos é reconhecida e atribuída como valor pelos indivíduos por meio das redes de relacionamento, influenciando na motivação de modo determinante.

Em outro trabalho, Sandoval (2001) analisa o processo de conscientização política, na participação nos movimentos sociais, utilizando um quadro configurativo que, em algumas categorias, assemelha-se às questões iniciais discutidas pelo autor.

Para ele, as formas de ações individuais e coletivas têm início a partir de um sentimento de pertencimento, de identidade coletiva, que se desenvolve no interior de sentimentos de solida-

riedade e de identificação com interesses comuns, associados às crenças e valores da comunidade.

O desenvolvimento desses sentimentos de pertencimento pode contribuir, por um lado, para a visualização de adversários com interesses antagônicos e conflituosos aos interesses do movimento e, com isso, levar as pessoas ao desenvolvimento do sentimento de injustiça nas ações realizadas contra a coletividade.

Por outro lado, paralelamente às questões anteriores, pode também ocorrer um sentimento de eficácia política nas pessoas, com crenças e expectativas em relação à situação social, visualizando a possibilidade de mudança nas vivências cotidianas, as contribuições que podem ser dadas para a comunidade, e, assim motivá-las a agir em grupo, por meio do comprometimento de cada um com as ações e com a avaliação dos fatores situacionais da ação coletiva. O desenvolvimento em conjunto dessas categorias acabaria por impulsionar o estabelecimento de metas e de repertórios de ações tanto individuais quanto coletivas, definindo, dessa forma, a consciência política dos participantes dos movimentos sociais (SANDOVAL, 2001).

Porém, o processo de conscientização, mobilização e participação política das pessoas não ocorre de forma automática. Isso acontece devido às restrições da vida cotidiana, que acabam por dificultar as oportunidades de desenvolvimento da politização dos indivíduos.

De acordo com Sandoval (1989), a naturalidade das relações sociais e a estrutura da vida cotidiana dificultam o desenvolvimento da capacidade abstrata do indivíduo e, diante dessas dificuldades, a vida cotidiana acaba caracterizada como fragmentada, heterogênea, hierarquizada, em termos de valores e critérios sociais, e preconceituosa e estereotipada, na definição de pessoas desconhecidas. Isso termina por influenciar a consciência das pessoas, de forma a desenvolver um sentimento de ineficácia política, transcendentalizando ou individualizando as injustiças sociais e, com isso, ocasionando a desmobilização e a não participação nos movimentos sociais.

Assim, se o desenvolvimento de alguma das categorias do processo de conscientização política for induzido pelos processos de neoliberalização e globalização, como, por exemplo,

a fragmentação da identidade coletiva, o processo de conscientização política da coletividade seria afetado, ocasionando o desenvolvimento de uma ação totalmente diferente, calcada em formas de ações individuais e coletivas de compensação, e não de questionamento dos valores sociais injustos, ocasionando, ao contrário da mobilização, um sentimento altamente desmobilizador (SANDOVAL, 2001).

Essa forma de entender a participação cultural no lazer é, fundamentalmente, contra a sua vivência, como se fosse uma válvula de escape na sociedade, situação encontrada com seu desenvolvimento dentro dos valores das abordagens funcionalistas, conforme apontado anteriormente. Isso ainda hoje ocorre em nosso cotidiano, pois ainda persiste na sociedade um sentimento de que lazer é algo supérfluo perante as demais necessidades.

Dentro desse entendimento equivocado, as pessoas deveriam, primeiramente, estar satisfeitas com aspectos como saúde, alimentação e habitação, para só então abordar os problemas relativos ao lazer.

Genro (1997) ilustra bem esse cenário ao afirmar que a sociedade civil passou a desenvolver processos autônomos que remetem a novas formas de construção da sociedade, alicerçada na solidariedade, em um novo modelo de consciência social, de forma a traduzir esta autonomia em atos concretos que efetivamente podem ser vivenciados pelas pessoas no cotidiano.

Daí a importância da experiência coletiva vista como processo educativo na vida diária, e o lazer, entendido de forma ampla, pode ser um excelente caminho para a vivência desse aprendizado, não de uma perspectiva funcionalista, que apenas ajuda as pessoas a conviverem com as injustiças da sociedade, mas como uma questão de cidadania, de participação cultural.

Agregado ao conceito de participação, Chauí (1989b) propõe uma reavaliação do conceito de poder, não o identificando, apenas como poder e força ou poder e Estado, mas como ação coletiva de cidadãos, que são capazes de determinar e conservar as diretrizes de decisões e de ações políticas, tornando o poder espalhado, portanto, em todo o tecido social. É nessa reavaliação do conceito de participação e de poder que ocorreria a ideia de descentralização, como forma de democratização das decisões políticas e, ao mes-

mo tempo, formação de diferentes espaços de poder, “[...] que são concorrentes, concomitantes, divergentes, contraditórios (quando forem classes sociais) e, frequentemente, convergentes” (p. 56).

Nesse sentido, Carrara (1996) ressalta a necessidade de importantes componentes básicos do planejamento estarem presentes nas ações, como a noção de formação, em contrapartida à noção de adestramento, que podem estar vinculados às políticas sociais. Segundo ele, um bom projeto de cidadania deve incluir

[...] a noção de sujeito social e não de recipiente passivo do saber, a noção de conquista e não de recipiente passivo do saber; a noção de direitos e deveres do cidadão; a noção de democracia como forma de governo melhor habilitada a tornar possível a participação; a noção de liberdade, de igualdade e de comunidade, que levam a consolidação de ideologia comprometida com a redução de diferenças sociais. (CARRARA, 1996, p.16)

Assim, é na coerência do cotidiano vivido nas comunidades², na participação coletiva, que as soluções podem ser encontradas e vivenciadas. Esse cotidiano é, para Santos (2000, p. 36), a quinta dimensão do espaço, reunindo o presente fugaz e o futuro almejado, e

[...] aparece como coerência do grupo com seu entorno, com o meio, com o lugar, produzindo manifestações que, por essas raízes, são dotadas de força, e, de outro, permite a produção da transgressão, isto é, a capacidade de não aceitar o estabelecido, tanto na ideia, quanto na prática. Aliás, essa é a única forma de produzir o futuro.

Ao discutirmos a questão da cidadania e da participação popular em atividades de lazer como meio de proporcionar a melhoria da qualidade de vida de determinadas comunidades, não podemos deixar de levantar a questão do animador sociocultural, educador que é quem tornará possível o desenvolvimento de ações comunitárias na perspectiva acima apresentada.

Dentre os autores que se dedicaram a discutir o tema do lazer, existem as mais variadas denominações e características em relação

² Comunidade é entendida como o sentimento de pertencer “[...] a uma unidade de destino [...]”, a um grupo de pessoas com objetivos comuns (CHAUI, 1989b, p. 51).

aos especialistas desta área. Destacamos entre elas: “líder recreacional” (GAELZER, 1979, p. 78), “aconselhador em lazer” (MEDEIROS, 1980, p. 51), “consultores de lazer” (RIESMAN, 1971, p. 370), “agente cultural” (COELHO NETO, 1986, p. 16), “militante cultural” (GARCIA, 1995, p. 23), e “animador sociocultural” (CARVALHO, 1978, p. 150). Em nosso trabalho utilizaremos o conceito de animador sociocultural para discutirmos o papel de quem age como intermediador entre o lazer e a população.

O papel do animador sociocultural merece relevância neste estudo porque acreditamos que a sua atuação é um canal possível de transformação do lazer como espaço privilegiado para a vivência de novos valores, tendo como característica principal a busca do desenvolvimento pessoal e social dos envolvidos.

Analisando a formação de especialistas, de uma maneira geral, Chauí (1989a) coloca o discurso competente do especialista “entre a experiência real de cada um e a sua vida” (1989a, p. 58) devido à vulgarização e banalização dos recursos científicos, por influência dos meios de comunicação de massa. Para ela, esses discursos são um importante modo de dominação, uma vez que podem gerar a incompetência tanto individual, quanto coletiva. Assim, procura-se

[...] convencer cada indivíduo de que estará fadado à exclusão social se cada uma de suas experiências não for precedida de informações competentes, que orientem sua ação, seus sentimentos desejos e fins (1989a, p. 60).

Por sua vez, Silvestre Neto (1980) aponta que, com a crescente importância do lazer, ocorre uma necessidade de disseminação de equipamentos de lazer, mas que, por si só, isso não é garantia de uma ação eficaz. Para ele, é necessária a associação com um sistema de animação cultural eficiente, a fim de se garantir, assim, além do repouso e divertimento, a função do desenvolvimento do lazer. O autor especifica a figura do animador sociocultural, que teria as seguintes características: ponderável bagagem cultural, ligação afetiva à prática cultural, ação sociocultural voluntária, caráter opinativo, intenção de exercer influência, desconfiança da rotina e do consumismo e, por fim, inquietação face à situação cultural - crença na ação.

Mesmo concordando com a necessidade de atuação de um sistema de animação eficaz, entendemos que as afirmações de

Silvestre Neto devam ser melhor analisadas, pois o autor, em momento algum, mostra preocupação e discute os possíveis riscos que possam surgir a partir da atuação dos animadores socioculturais acima caracterizados. Assim, é importante discutir o modo como se dá a atuação destes especialistas, uma vez que ela, ao invés de privilegiar a participação minimizando as barreiras socioculturais, pode incentivar a não participação através da dominação, via discurso competente.

Tal questão é também analisada por Bruhns (1990) que afirma que o agente social, em seu trabalho com as camadas populares, geralmente busca levar as pessoas ao cumprimento de determinadas tarefas históricas. Segundo a autora, “o agente acredita possuir uma verdade que deve ser transmitida para o grupo social envolvido e desta forma definir os interesses deste último” (BRUHNS, 1990, p. 213).

Para essa autora, a questão não se prende à presença do especialista, mas ao modo como ele atua. Neste sentido, os agentes devem realizar as atividades de acordo com o modo de vida das pessoas, “não impondo modelos estabelecedores de uma racionalidade diferente daquela pertinente às classes ‘carentes’” (BRUHNS, 1990, p. 212-213). Ainda segundo a autora, as propostas de trabalho junto às classes populares (e eu estenderia à participação de todas as classes) não devem ser “[...] ‘para elas’, mas ‘com elas’, ‘a partir delas’” (p. 213).

Discutindo a questão da participação e da animação sociocultural, Marcellino (1986b) enumera uma série de riscos que pode ocorrer na atuação do especialista de lazer. Esses riscos seriam: a possibilidade de direcionamento das atividades deixando de lado o papel pedagógico da animação e contribuindo para reforçar os valores da ideologia dominante ou encorajando práticas tradicionais; a realização dos “pacotes” de lazer, elaborados nos gabinetes, para simples consumo e deixando a desejar em termos de participação efetiva; tendência ao isolamento do profissional para um único conteúdo cultural do lazer, abandonando os demais conteúdos e as outras áreas de atuação humana; a visão “moralista” do lazer, podendo transformar o especialista numa espécie de censor das manifestações; à tendência a valorização das suas preferências em conteúdos e gêneros; e riscos devido à

atuação institucionalizada, na qual a ação pode estar centrada não nos grupos envolvidos, mas na instituição patrocinadora da ação.

Assim, a atuação dos especialistas de lazer, na busca de uma participação realmente efetiva, ultrapassa a questão da informação e do conteúdo, ganhando especial destaque a forma como sua atuação está sendo processada, pois, segundo Ayoub (1993), qualquer imposição para o grupo social envolvido resulta em dominação e, conseqüentemente, em não participação efetiva:

Assim para a autora acima, “[...] somente, o compartilhar, o diálogo pode gerar uma relação de crescimento que se distancie cada vez mais dos riscos da dominação e alienação” (AYOUB, 1993, p. 45).

Conforme apresentado anteriormente, utilizamos neste estudo a denominação de animador sociocultural, porque acreditamos na ação desenvolvida, que é essencialmente pedagógica e de grande importância, embaçadora de novos valores para a efetiva participação no lazer.

Discutindo a questão da animação sociocultural, Carvalho (1978) a define como uma ação espontânea e/ou provocada, permitindo ao indivíduo assumir o seu desenvolvimento. Para tanto, o animador deve ter uma profunda consciência da cultura e das necessidades das pessoas com quem atua. É por isso que sua ação se realiza durante o tempo livre das pessoas, respeitando as seguintes características: adesão livre e espontânea, liberdade de escolha do comportamento a adotar, respeito pelas suas características e aceitação dos seus pontos de vista.

A partir da perspectiva acima, a ação do animador sociocultural, termo de utilização recente, de acordo com Carvalho (1978), no mundo da cultura e da ação social, busca a unificação do desenvolvimento social e do desenvolvimento cultural, capacitando o indivíduo para entender lucidamente o mundo e nele construir o seu caminho.

Procurando esclarecer o conceito, o autor acima afirma que a animação sociocultural deve visar:

- Uma maior compreensão das pessoas em relação a si próprias e ao mundo que as cerca, de modo a poderem apreender, com maior clareza e profundidade, os problemas que dizem respeito à sua profissão, aos indivíduos que os cercam, à família, etc.;

- Uma maior compreensão da sociedade em que o indivíduo se encontra, única forma de poder participar mais empenhadamente e actuar mais intensamente na pesquisa das soluções, sempre renovadas, dos problemas da sua comunidade;

- Uma mais extensa preparação para receber e ser capaz de se afirmar frente às constantes alterações provocadas na sociedade pelo progresso científico e técnico, o que o levará a ter que se pensar constantemente as coordenadas que definem o comportamento do indivíduo (CARVALHO, 1978, P. 150).

De acordo com suas ideias, a ação do animador sociocultural deve se apoiar sobre a técnica e o “espírito” da ação (entendida aqui enquanto respeito, humildade e autoridade). Para ele, esses dois elementos “constituirão um todo único e indissolúvel, sendo fundamental não valorizar um sobre o outro” (CARVALHO, 1978, p. 154). É importante destacar que esses elementos dependerão da situação em que se encontra o animador e em que se integram os seguintes fatores:

- o grupo a animar;
- o animador;
- a personalidade individual de cada elemento;
- a técnica a empregar pelo animador;
- a posição que o grupo ocupa frente a essa técnica;
- o ambiente sócio-cultural em que toda a ação tem lugar;
- o equipamento que é posto à disposição do grupo;
- o clima psicológico em que a ação se desenrola (CARVALHO, 1978, p. 155).

Para que a ação do animador sociocultural consiga o alargamento da consciência dos indivíduos, é necessário que ela se realize através das noções de facilitação, clarificação, catalização e promoção (CARVALHO, 1978).

Para Marcellino (1986b), a questão da animação sociocultural é entendida como

[...] atividade desenvolvida por profissionais ou amadores que dominem pelo menos um setor cultural e que tenham como característica adicional uma consciência so-

cial que os impele a querer difundir esse seu bem cultural (1986b, p. 61).

Complementando o pensamento, para Marcellino (1986b, p. 61), a formação desse especialista deve ser “[] calcada na competência técnica, na vontade social e no compromisso político com a mudança da situação nos planos cultural e social”, situando sua ação “[...] como mediadora entre o patrimônio cultural e a cultura vivenciada no cotidiano, num trabalho de democratização cultural” (p.61-62).

Assemelhando-se à colocação de Carvalho sobre o animador sociocultural, fica evidente, nas afirmações dos dois autores, o caráter pedagógico, educativo da ação do profissional do lazer.

O profissional deve trabalhar com uma profunda consciência das necessidades das pessoas, a partir da cultura vivida, embasado em sua competência técnica e compromisso político, oferecendo a maior quantidade de informações possíveis, para que os envolvidos no processo possam fazer uma opção realmente consciente e que, através de suas participações, busque o desenvolvimento pessoal e social dos mesmos.

Em relação ao papel do animador sociocultural, Ayoub (1993, p. 50) afirma que

O grande desafio que se lhes apresenta é o de trabalhar objetivando uma educação pelo e para o lazer (duplo aspecto educativo do lazer - veículo e objeto de educação), que possibilite a vivência dos diferentes conteúdos culturais do lazer, nos vários gêneros, intencionando a superação de níveis conformistas a críticos e criativos, contribuindo, assim, para gerar atitudes críticas e criativas que certamente influenciarão outros campos da atividade humana.

Ou seja, é a consideração da especificidade “concreta” do lazer, geradora de novas experiências e estimuladora da participação e da cidadania. Para tanto, ela exige a formação de um novo especialista, engajado em equipes multidisciplinares, diferente do especialista tradicional, unidimensional e superficial, gerador da incompetência e não participação. E esse novo especialista deve dominar sua especialidade dentro de uma visão de totalidade, necessitando, para isso, uma sólida cultura geral, que lhe permita

relacionar o lazer com as demais áreas e uma constante reflexão (MARCELLINO, 1999).

No entanto, ainda percebemos uma grande quantidade de profissionais atuantes que não possuem uma formação adequada e que, por muitas vezes, acabam por trabalhar de maneira simplista com o público. Em situações mais alarmantes ainda podemos verificar uma atuação de “especialistas” que acabam por empregar “pacotes de lazer” que não correspondem à realidade da comunidade com a qual estão trabalhando, direcionando, assim, programas que os próprios julgam ser a melhor opção. Colocam-se, dessa forma, como detentores do saber, devido ao seu conhecimento acadêmico, levando a população a uma reflexão dirigida a respeito dos problemas que elas próprias enfrentam.

Assim, uma das características mais importantes que deve estar presente no cotidiano do animador sociocultural é a compreensão de que os programas de lazer devem sempre ser feitos não para o público, mas, sim, em conjunto com aqueles a quem o programa é destinado. Pode-se dizer que seu principal objetivo é proporcionar a transformação social pelo desenvolvimento de uma consciência e responsabilidade por parte dos integrantes da comunidade, consciência essa que pode ser adquirida por meio de atividades de lazer, inseridas em políticas específicas na área e que gerem questionamentos sociais.

Políticas Públicas de Lazer

No campo de abrangentes conceitos e definições, conceituar políticas públicas de uma maneira clara e sucinta, não perdendo ou desvalorizando a amplitude do seu significado, é um imenso desafio, uma vez que esse fenômeno possui uma integração ampla com diversas áreas do conhecimento.

Para Rodrigues (2010), as políticas públicas são o processo no qual os diversos grupos sociais tomam as decisões coletivas, cujos interesses, valores e objetivos são divergentes, mas condicionam o conjunto da sociedade. Tal entendimento pode ser complementado por Muller e Surel (1998), que apontam que estas devem ser entendidas enquanto o processo de elaboração e implementação de programas de ação pública direcionados a atingir, em princípio, objetivos explícitos.

Por esse conceito carregar um entendimento de política pública, em seu planejamento, execução e avaliação, atribuímos a questão enquanto responsabilidade do governo em fomentar projetos e proporcionar benefícios aos seus cidadãos. Para que isso aconteça temos como atores de todo esse processo os teóricos e representantes públicos que trabalham em nome do governo no direcionamento de idéias e de investimentos e fazem prestações de conta do dinheiro gasto em favor de projetos para a sociedade (SOUZA, 2006). Toda essa organização política está estruturada nas mãos dos gestores e daqueles que fazem o seu acompanhamento, monitorando e controlando as iniciativas públicas (RODRIGUES, 2010).

Höfling (2001) compreende a gestão de políticas públicas como sendo o Estado desenvolvendo um projeto de governo, por meio de programas de ações direcionados aos diferentes setores da sociedade, tais como esferas como educação, saúde, trabalho, segurança, habitação, transporte, esporte e lazer. Contudo, políticas públicas é essa junção multidisciplinar que tem como principal foco o fomento de iniciativas que priorizem problemas da sociedade, desenvolvendo estratégias e iniciativas que ampliem as dimensões políticas, tendo como objetivos as tomadas de decisões e negociações sociais. (FERNANDES, 2007).

Porém, de acordo com Almeida e Gutierrez (2004), estas duas últimas esferas têm as suas iniciativas ainda tímidas e necessitam de maiores investimentos em suas propostas políticas, uma vez que, em comparação com todas as áreas descritas acima, o lazer é uma opção mais fraca politicamente, estando muitas vezes dentro do cenário político em segundo plano

Procurando resgatar valores perdidos ou esquecidos pela sociedade por meio do resgate e do aproveitamento do tempo livre dos indivíduos, Cruz (2000) aponta a necessidade de alguns critérios para o desenvolvimento de políticas públicas de lazer, tais como espaços, tempo e condições materiais necessárias e suficientes para o desenvolvimento das ações, além da opção por um poder público que participe e seja fomentador da organização popular e uma política pública que seja fruto da mais ampla participação dos habitantes das cidades.

Em âmbito nacional, o Brasil conta com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) para re-

dimensionar o papel desta problemática em nossa sociedade. A Política Nacional de Esporte, abrangendo as questões relacionadas ao lazer, é fruto da realização das Conferências Nacionais de Esporte e Lazer com importantes reflexos no cenário nacional, em busca de sua universalização.

Algumas experiências com políticas municipais comprometidas com o desenvolvimento da cidadania podem ser encontradas em administrações populares e progressistas. Cidades como Porto Alegre (RS), Rio Grande (RS), Diadema (SP), Santo André (SP), Belo Horizonte (MG), São José dos Campos (SP), Belém (PA)³, entre outras, apesar das dificuldades nas questões internas e externas de suas administrações, elaboraram e desenvolveram importantes políticas públicas relacionadas ao lazer e esporte, podendo ser citadas como exemplos positivos, em relação à questão do lazer, vista como prioridade, aliada a outros temas, considerados na maioria das vezes como mais “sérios” e que, por esse motivo, acabam por polarizar os esforços do poder público.

Portanto, as políticas públicas de lazer devem ter como base a intersetorialidade, que abrange diversas áreas sociais, proporcionando uma ampla discussão teórica da questão, apresentando os gestores públicos como representantes no fomento de projetos cujo foco está no bem-estar do cidadão.

Para Muller e Surel (1998), uma política pública tem três grandes características, possuindo: 1) um quadro normativo de ação; 2) a combinação de elementos de força pública e elementos de perícia e; 3) tende a constituir uma ordem local.

No primeiro caso, para que uma política pública exista, é necessário que as decisões sejam reunidas em um quadro geral de ação, funcionando como uma estrutura de sentido, mobilizando elementos de valor, de conhecimento e de ação particular, visando atingir os objetivos definidos pela relação entre o poder público e a comunidade.

O segundo ponto chama a atenção para a necessidade de uma interrogação constante sobre a posição do Estado em seu papel e a sua especificidade na ação, enquanto mediador das relações

3 Mais informações relacionadas às experiências das administrações dessas cidades podem ser encontradas em “MARCELLINO, N. C. Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996” e em “MARCELLINO, N. C. (Org.) Lazer e Esporte. Campinas: Autores Associados, 2001”.

entre o espaço público e privado, e nesse sentido, em terceiro lugar ocorre a necessidade de se considerar o público envolvido na política pública, ou seja, o conjunto de indivíduos, grupos ou organizações que são afetados pela ação.

Em relação à noção de público, Muller e Surel (1998) chamam a atenção para as modalidades particulares de participação entre os “beneficiários” de uma política pública, com o modo e a intensidade da participação variando dependendo do espaço e do período de ação.

Outra questão importante em políticas públicas, para Muller e Surel (1998), diz respeito à definição de um quadro de análise, separando as políticas em uma série sequencial de ações, permitindo, com isso, acompanhar o seu desenvolvimento. Chamado de enfoque sequencial, a política pública é dividida em seis fases, sendo estas: 1) a inscrição na agenda através da identificação ou definição do problema; 2) a produção de soluções ou alternativas; 3) a decisão; 4) a implementação das decisões elaboradas; 5) a avaliação e; 6) a terminação, relacionada de forma polemica à questão da finalização ou à continuidade de uma política.

Para os autores, o enfoque sequencial apresenta tanto vantagens quanto desvantagens em sua aplicação. Sobre as desvantagens, apontam a visão por demais linear que o modelo apresenta, o que pode levar as pessoas a não perceberem diferentes nuances que as políticas públicas podem apresentar dependendo de cada situação, como a inexistência ou a inversão das etapas acima colocadas. Outra situação é a possível supervalorização da função das políticas públicas, levando as pessoas a acreditarem que essas poderiam resolver os problemas. Para Mueller e Surel (1998, p.15), as políticas públicas não podem ser desenvolvidas para resolver os problemas, pois, segundo os autores,

[...] os problemas são ‘resolvidos’ pelos próprios atores sociais através da implementação de suas estratégias, a gestão de seus conflitos e, sobretudo, através dos processos de aprendizagem que marcam todo processo de ação pública. Dentro desse quadro, as políticas públicas têm principalmente como característica o construir e transformar os espaços de sentido no seio do quais os atores vão

colocar e (re)definir os 'seus' problemas, e 'testar' em definitivo as soluções que eles apoiam. Fazer uma política pública não é pois 'resolver' um problema, mas sim construir uma nova representação dos problemas que implementa as condições sociopolíticas de seu tratamento pela sociedade e estrutura dessa maneira a ação do Estado.

Assim, fica mais uma vez registrada a importância da participação efetiva das pessoas na definição das ações relacionadas às políticas públicas a serem implementadas, a partir dos anseios e necessidades do público envolvido.

No entanto, em tempos de Globalização, com conseqüente crescimento da interdependência mundial, o que percebemos na sociedade brasileira é, cada vez mais, a adoção de políticas que partem do pressuposto da não intervenção do Estado em diferentes áreas, principalmente ligadas ao social, tuteladas a partir desse momento pelas regras de mercado. Dentro dessa lógica capitalista, a educação, o esporte, o lazer passariam a ser definidos não a partir das prioridades relacionadas às demandas sociais, mas a partir dos interesses ligados à questão econômica.

De acordo com Chauí (1995, p.78), no caso do Brasil,

[...] o neoliberalismo significa levar ao extremo a polarização carência-privilégio, a exclusão sociopolítica das camadas populares, a desorganização da sociedade civil como massa dos desempregados, a natureza oligárquica e teológica da política, o autoritarismo social e o bloqueio à democracia. Um dos efeitos mais terríveis do neoliberalismo brasileiro tem sido o esfacelamento dos movimentos sociais e populares que foram os grandes sujeitos históricos e políticos dos anos 70 e 80.

Sobre essa questão, Linhales (1998) observou, na nossa sociedade, que a função redistributiva do Estado, no final da década 80, estava comprometida não com a consolidação de um Estado democrático, mas com a necessidade de barganhas nos processos de legitimação política, de modo a funcionarem como instrumento para abrandar os conflitos ocorridos entre as classes sociais.

Em relação ao esporte e lazer, por exemplo, a autora afirmava que não existiam representações, no Estado Federal, que defen-

dessem os interesses dessas áreas como um direito social, sendo mais bem representados os interesses ligados ao esporte produtivo e de bases mercantis. Segundo Linhales (1998), o trânsito de interesses como os mencionados acima, privilegiava a seleção e a exclusão e, além disso, teria sido uma constante com a ausência de projetos políticos que se fundamentassem dentro de uma perspectiva democrática.

Dentro dessa lógica de pensamento, ao discutir a efetividade das políticas públicas para a educação física/esportes e lazer como políticas sociais, Linhales (1998) apontou para o fato de essas políticas desenvolverem-se, nesse período, baseadas na lógica capitalista de acumulação, como mecanismo para aliviar as tensões entre as diferentes classes sociais e com consequente manutenção da ordem vigente, fato que ocorre, certamente, ainda hoje, em diversas realidades país afora.

Para a autora, a área precisava passar por uma mudança de entendimento, em relação ao papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas. Essas, obrigatoriamente, deveriam, e ainda devem, nos dias atuais, caracterizarem-se pela participação popular para, efetivamente, serem reconhecidas como políticas sociais.

Outro autor a discutir a questão das políticas públicas setoriais de lazer e esporte nesse período foi Stigger (1998). Preocupado com a questão da participação na consolidação de tais propostas, o autor questionava, também, se as políticas públicas, para a educação física, esporte e lazer no Brasil, seriam efetivamente políticas sociais.

Nos dias atuais, é possível apontar que, em nível federal, a política de esporte e lazer atual é desenvolvida de forma completamente diferente à apontada acima por Linhales (1998) e Stigger (1998), uma vez que o entendimento da questão está baseado no esporte e no lazer enquanto elementos da cultura e como direito social, apesar de vários problemas persistirem no desenvolvimento das ações da SNDEL.

De acordo com Stigger (1998), a maior parte das políticas governamentais desenvolvidas nessa época caracterizava-se por ser desenvolvida para a população e não com a população, contribuindo com o desenvolvimento de uma postura conformista,

dependente e descomprometida da população com as propostas a serem implementadas, em uma relação não de parceria, mas de clientela entre o Estado e a população. É importante destacar que processos semelhantes aos criticados pelos autores ainda podem ser vistos em governos no âmbito municipal e estadual de nosso país.

Assim, Stigger (1998) aponta que, na formulação de políticas públicas, é necessário iniciar-se a discussão com base no entendimento conceitual sobre a área em que iremos atuar, alimentando as possibilidades de participação efetiva da população na definição da proposta.

Na área do lazer, por exemplo, não seria possível pensar a questão da participação efetiva, na definição da política com base na especificidade abstrata⁴ do lazer, porque isso acarretaria em entendê-lo de forma descontextualizada com os outros aspectos da vida social.

Essa posição revelar-se-ia como uma vivência funcionalista, mantenedora da situação social vigente, servindo apenas como válvula de escape das tensões vivenciadas no cotidiano, situação própria da indústria cultural que, para Stigger (1998), na maior parte das vezes, transforma os bens culturais da sociedade em mercadorias, simplesmente, para passar o tempo, e se relacionar “[...] com os indivíduos apenas como consumidores passivos de seus pacotes e programas desenvolvidos de cima para baixo” (p. 86).

Entender o lazer com base numa concepção abstrata e restrita seria entendê-lo e desenvolvê-lo, justamente, da forma como tem sido criticado aqui, ou seja, a serviço da manutenção das desigualdades sociais, do *status quo* vigente.

Outra questão importante é discutida por Freitag (1987). Para ela, as políticas sociais são um processo de intervenção do Estado em áreas da sociedade civil, a fim de atingir todas as classes em um esforço planejado para reduzir as desigualdades sociais,

4 A ação desenvolvida com base na concepção abstrata de lazer é, de acordo com Marcellino (1999), inibidora da cidadania, por não estimular a efetiva participação das pessoas na formulação e definição das ações a serem desenvolvidas, contribuindo com o estabelecimento da incompetência.

assumindo, de acordo com Demo (1994), como característica principal, a função assistencial⁵.

Apesar dos objetivos nas políticas sociais estarem, em princípio, explícitos, Freitag (1987) chama a atenção para os possíveis desdobramentos dessas questões em movimentos, que, muitas vezes, produzem situações diferentes das inicialmente programadas, o que pode remeter essas ações a posições diferenciadas, por exemplo, na perspectiva meramente assistencial ou assistencialista.

Sobre a implantação de uma Política de Lazer, alguns autores como Requiza (1980), Dumazedier (1980b), Camargo (1985), Carvalho (1978), Marcellino (2001, 2008), entre outros, têm contribuições importantes sobre a discussão de tal problemática, que devem ser entendidas e apropriadas a partir de uma leitura crítica.

Como já ressaltado, o desenvolvimento de políticas públicas na área do lazer é fundamental como forma de estimular a criticidade e a criatividade, de tal maneira que as pessoas possam superar as diversas barreiras encontradas no cotidiano, que limitam a efetiva participação não só nas vivências de lazer, mas na sociedade de uma forma geral.

Assim, mais uma vez destaca-se a importância da participação efetiva das pessoas e dos diferentes segmentos da sociedade civil na definição de políticas sociais, com base nos anseios e nas necessidades do público envolvido. O lazer, pela sua característica própria, pode ser entendido como um interessante instrumento para o desenvolvimento da participação, criando oportunidades para que as pessoas possam vivenciar novos valores.

Apontando a necessidade de um repensar sobre o entendimento do lazer relacionado à sua abrangência, sobre o entendimento da totalidade das relações sociais, em que o trabalho ocupa posição central, articulado às dimensões da não obrigação e sobre a relevância da problemática do lazer na cidade, apesar da falta de

5 Mais uma vez é preciso deixar clara a distinção entre as políticas assistenciais e as assistencialistas. Enquanto as primeiras têm como estratégia a manutenção das desigualdades sociais, as segundas são direcionadas, por direito humano, a grupos que não se autossustentam em relação às suas necessidades imediatas.

sua ressonância social⁶, Marcellino (2008), no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas de lazer, propõe que a discussão e a implementação desses mecanismos, por parte do público ou de outras instituições ligadas à sociedade civil, passe pelo

[...] entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras socioculturais verificadas, e por outro lado, pelos limites da Administração Municipal e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação (p. 24).

Nesse sentido, em relação ao entendimento amplo do lazer, é preciso considerá-lo em suas múltiplas possibilidades, segundo os conteúdos propostos por Dumazedier (1980a), procurando inter-relacioná-los, o que requer a busca da interface com outros departamentos da Secretaria, dentro do poder público (MARCELLINO, 2008), onde a política de lazer será realizada.

Nas instituições, que desenvolvem políticas relacionadas ao tema, a mesma questão deve ser levada em consideração. Essa situação é importante, pois o entendimento da problemática deve ser o mesmo dentro dos diferentes setores que tenham interface com a questão do lazer, como forma de articular discursos e ações, potencializando os resultados a serem alcançados.

Sobre o duplo aspecto educativo do lazer, é preciso entendê-lo não apenas como descanso e divertimento, questões importantes, mas como possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. Para isso, devem-se observar as interfaces com outras políticas públicas, como educação, saúde, transportes e demais áreas do social (MARCELLINO, 2008).

De forma mais abrangente que os departamentos ou secretarias que tenham interface com a questão do lazer, aparecem aqui a importância da articulação de diferentes secretarias do poder

⁶ Somente mediante a observação participante Magnani (2003) pôde perceber que existiam diferenças acentuadas em relação ao que as pessoas da periferia verbalizavam sobre o lazer, em comparação aos demais temas sérios e as suas vivências no dia a dia. De acordo com o autor, a utilização de instrumentos de coleta de dados formais, como os questionários, não permitia apreender a riqueza e a importância das vivências no cotidiano das pessoas.

público ou instituições da sociedade civil com suas políticas de ação, de modo a colaborar com o alcance dos objetivos propostos, tanto de lazer, quanto das demais áreas sociais.

Em relação às suas possibilidades como instrumento de mobilização e participação cultural, deve ser levada em consideração a possibilidade de a ação ser realizada em conjunto com grupos e organizações ligadas à área do fazer cultural e com grupos populares da cidade, com base em suas manifestações culturais e em seus níveis de participação, em busca da superação desses níveis através de uma política de animação sociocultural (MARCELLINO, 2008).

E aqui, a participação efetiva ganha destaque, pois é com ela que as pessoas compreenderão o saber fazer e poderão passar de níveis menos elaborados para níveis de participação mais elaborados, garantindo maior criticidade e criatividade em relação às suas vivências.

No que diz respeito às barreiras socioculturais, o autor afirma que se deve levar em consideração questões como gênero, faixa etária, estereótipos, acesso aos espaços, entre outras questões, que, tendo a situação socioeconômica como pano de fundo, limita tanto qualitativamente, quanto quantitativamente a apropriação do lazer por parte de uma parcela da população.

Para atacar essas questões é necessário, por parte do poder público ou das instituições privadas promotoras das ações, o estabelecimento de prioridades para as parcelas da população, normalmente não atendidas, com o objetivo de minimizar os efeitos indesejados provocados pelas barreiras.

Sobre os limites da Administração Pública, é preciso perceber que a questão do lazer somente pode ser entendida relacionada a questões de tempo e espaço que transcendam os executivos municipais como jornada de trabalho e ocupação do solo urbano, o que coloca a necessidade de participação em discussões e em ações com órgãos representativos e setores constituídos da sociedade, tanto por parte do poder público (MARCELLINO, 2008), quanto por outras instituições que promovam ações relacionadas a políticas de lazer.

Complementando a questão relacionada a uma política de lazer, Reiquia (1980) comenta que as diretrizes de uma política de lazer não podem, apenas, restringir-se a uma política de ativi-

dades, devendo envolver, também, questões relativas à formação e à capacitação de quadros para atuação, de espaços e de equipamentos, bem como critérios de reordenação do tempo.

Isso realça a necessidade do poder público e das instituições na fixação de prioridades com base na análise de situação, procurando responder questões como: existe uma estrutura de animação capacitada e atuante nos equipamentos específicos? Como esses equipamentos estão distribuídos pela cidade? Há equipamentos específicos subutilizados? Existe a possibilidade de se adaptar equipamentos não específicos para sua utilização em atividades de lazer?

Por fim, Marcellino (2008) aponta para a importância da situação ser analisada em seu movimento pendular, relacionada à problemática das políticas públicas em países da periferia do capitalismo, observação anteriormente apontada por Freitag (1987), o que significa ver o desenvolvimento das políticas públicas entre a intenção original de disciplinar e de reproduzir as estruturas sociais, de um lado, e de capacitar, de outro, os processos emancipatórios.

Assim, a questão do lazer na sociedade ganha, cada vez mais, a importância da participação como canal para a vivência de novos valores, que, de forma educativa, garanta a possibilidade de questionar a sociedade excludente em que vivemos, buscando saídas para os problemas enfrentados no cotidiano. A falta de ações ou, pelo menos, as poucas ações por parte do poder público que estejam comprometidas com os valores da mudança social, têm produzido, nos últimos anos, um grande número de movimentos sociais, que têm como pauta maior a participação como caminho para a discussão e a tentativa de resolução dos problemas.

Com o lazer e sua efetiva participação cultural abre-se a possibilidade da conquista da autonomia e de exercício da cidadania, na definição das ações relacionadas aos grupos comunitários. É a perspectiva de contestação e resposta às políticas públicas, altamente conservadoras e excludentes, que encontramos dentro do estado em que vive a população brasileira. Acredita-se que esse é o caminho para a consolidação de uma sociedade mais justa.

ERMELINO MATARAZZO E A GESTÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa, além de destacar as características da zona leste da cidade de São Paulo e, em especial, as relacionadas com a região da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, localização dos equipamentos de esporte e lazer da Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação (SEME).

A forma como a SEME está organizada nos dias atuais, bem como qual é a sua missão e objetivos no desenvolvimento da política na área, são apresentados na sequência do capítulo.

E, por último, os dados coletados na pesquisa de campo nos Clubes das Comunidades (CDCs), Ruas de Lazer, Praças com equipamentos esportivos e de lazer e nos Campos de Rodízios, locais sob administração direta ou indireta da SEME, são apresentados e discutidos à luz dos referenciais teóricos discutidos no segundo capítulo deste trabalho.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa

A pesquisa foi realizada por meio da combinação da pesquisa bibliográfica, documental e empírica (SEVERINO, 2000) com a inserção dos pesquisadores nos espaços e equipamentos de lazer administrados direta ou indiretamente pela na Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), na Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, conforme o anexo B do trabalho. Além disso, optamos por realizar o trabalho por meio da pesquisa participante, na linha da pesquisa-ação.

De acordo com Boterf (1985), na pesquisa participante a metodologia deve ser adaptada de acordo com cada situação específica. De suas quatro fases, somente a primeira e a segunda – montagem institucional e metodológica, e estudo preliminar da região e da população envolvidas – podem ser inicialmente definidas, ficando outras duas – análise crítica dos problemas e programação e aplicação de um plano de ação com vistas a contribuir para a solução dos problemas encontrados – na dependência da inserção dos pesquisadores nos grupos a serem pesquisados.

Em relação ao método, enquanto trajetória de raciocínio, optamos pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, na

concepção de Antonio Gramsci (1979; 1981), em especial nos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia. Assim, o lazer é entendido como espaço de resistência, de possibilidade de formação de novos valores, questionadores da sociedade. Portanto, sua vivência e importância nos dias atuais são enfatizadas a partir do plano cultural (superestrutura), como um dos instrumentos de mudanças, apesar das limitações estruturais (infraestrutura) encontradas em nossa realidade.

Já entendido como “procedimentos mais amplos de raciocínio” (SEVERINO, 2000, p. 162), ou como modo de observação, que constituem os meios de abordar o “real” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), o método utilizado foi o estudo comparativo entre os diferentes espaços e equipamentos de esporte e lazer da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo.

Para a inserção dos pesquisadores nos equipamentos foram realizadas reuniões preliminares com representantes da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo (Supervisor de Esportes e Membros da Comunidade Local) para levar a conhecimento o projeto e sua abrangência.

Em relação às técnicas, entendidas como “procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados” (SEVERINO, 2000, p. 162), utilizamos:

1. para a pesquisa bibliográfica:
 - a. levantamento inicial das obras efetuada junto ao Sistema de Bibliotecas da USP, relacionada aos termos-chaves do trabalho: LAZER, POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPORTE, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS, ATUAÇÃO PROFISIONAL, PARTICIPAÇÃO CULTURAL e nas bases de dados ABI, ERL, MUSE, e Science Direct.
 - a. Seleção do material através da análise textual (SEVERINO, 2000).
 - a. Aprofundamentos das obras selecionadas através das análises temáticas, interpretativas e problematização (SEVERINO, 2000).
 - a. Definição das “categorias” a serem utilizadas na pesquisa empírica.
2. para a pesquisa documental:

A análise documental (TRIVIÑOS, 1998) foi desenvolvida

por meio de levantamento dos documentos referentes à política de esporte e lazer da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, com posterior análise e interpretação desses documentos, em relação aos objetivos do projeto.

3. Para a pesquisa empírica:

O instrumento de coleta de dados principal foi a observação participante (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), o que levou à observação direta e convívio com as pessoas observadas, com a utilização de diário de campo. Foram utilizadas como recurso complementar as entrevistas centradas (THIOLLENT, 1987) (apêndice A), junto aos profissionais, e as entrevistas estruturadas (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991) (apêndice B), junto aos frequentadores dos espaços e equipamentos de lazer, para aprofundar a investigação.

A amostra foi definida de forma não probabilística, intencional para os locais estudados, documentos analisados, bem como para os profissionais, levando em conta critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991) e por saturação para os frequentadores ligados aos espaços (MAGNANI, 2003) pesquisados em Ermelino Matarazzo, zona leste da cidade de São Paulo.

A Zona Leste de São Paulo

A cidade de São Paulo tem uma população de mais de 11 milhões de habitantes, possui cerca de 1.500 km² de área e densidade demográfica de mais de 7 mil hab./km² (BRASIL, 2010). Além disso, dados de 2008 apontam que somente o Estado de São Paulo é responsável por cerca de um terço do PIB nacional (SÃO PAULO, 2008a), enquanto que a capital paulista corresponde a aproximadamente 50% desse total e isso se deve principalmente por ela abrigar o maior pólo econômico e financeiro do Brasil (SÃO PAULO, 2005).

Assim, São Paulo é a cidade com maior infraestrutura, maior geração de emprego e renda, maior número de faculdades, hospitais, serviços variados, comércio e oportunidades do país. Entretanto, como toda metrópole e como toda cidade grande, nela encontra-se diversos contrastes e desigualdades sociais.

Na região central da cidade há forte concentração de equipamentos e serviços de boa qualidade enquanto que, nas zonas

periféricas, encontra-se precária infraestrutura, miséria, pobreza, baixa qualidade de vida, entre outros fatores que retratam, por exemplo, o cotidiano da Zona Leste da cidade (ROLNIK, 2009).

A zona leste é considerada a região mais carente e menos desenvolvida da cidade, possui a população com menor renda econômica e nível educacional, além de péssimos sistemas de saúde, saneamento básico, segurança, moradia, etc.

Possui trinta e um bairros – Belém, Moóca, Vila Prudente, Água Rasa, Tatuapé, Penha, Vila Matilde, Carrão, Vila Formosa, São Lucas, Sapopemba, Aricanduva, Cidade Líder, Artur Alvim, Ponte Rasa, Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Vila Jacuí, Itaquera, Parque do Carmo, São Mateus, São Rafael, Iguatemi, José Bonifácio, Cidade Tiradentes, Guaianazes, Lajeado, Vila Curuçá, São Miguel, Jardim Helena e Itaim Paulista – e onze subprefeituras: Aricanduva, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Itaim Paulista, Itaquera, Moóca, Penha, São Mateus, São Miguel e Vila Prudente, que administram os diversos distritos da Zona Leste de São Paulo (SÃO PAULO, 2011b), com sua população composta por mais de 3,8 milhões de habitantes (SÃO PAULO, 2009), o que representa cerca de 30% da população da cidade.

Historicamente, São Paulo recebeu grande volume de imigrantes estrangeiros no final do século XIX e início do século XX, que vinham principalmente para o trabalho nas fazendas de café. Após a crise no setor cafeeiro, houve o grande desenvolvimento do setor industrial na região metropolitana de São Paulo e, com isso, no período de 1950 e 1970, houve forte imigração interna de pessoas vindas principalmente da região nordeste do país, na busca de trabalho e melhores condições de vida. A capital de São Paulo teve participação no período industrial e as regiões periféricas tornaram-se bairros proletários, que começaram a crescer desordenadamente sem planejamento e infraestrutura (ROLNIK, 2009).

A zona leste da cidade se desenvolveu sem nenhuma fiscalização do governo, assim, as próprias pessoas construíam suas casas em locais sem saneamento básico, segurança, eletricidade, e sem planejamento e avaliação do solo e da estrutura envolvida. Dessa forma, surgiram os grandes bolsões de pobreza e as favelas que não param de crescer devido à carência de políticas públi-

cas capazes de conter e solucionar o problema de uma metrópole como São Paulo (ROLNIK, 2009).

Nota-se que há concentração de empreendimentos imobiliários em bairros como Campo Limpo e Anália Franco, que com isso, tornaram-se bairros valorizados e mais caros, com forte especulação imobiliária; enquanto isso encontra-se o crescimento desenfreado de favelas, principalmente em áreas que não deveriam ser ocupadas, ou pelo menos, não de forma desenfreada, como é o caso, por exemplo, do entorno dos mananciais da Represa Billings (Zona Sul), esta que serve de abastecimento de água da região metropolitana, e mesmo ao redor do rio Aricanduva na Zona Leste da cidade (SÃO PAULO, 2008b).

Aliados a isso, a redução do setor industrial na atividade econômica do município e o constante crescimento do setor terciário – de serviços – não foram capazes de absorver toda demanda de trabalhadores e, assim, houve aumento do desemprego e do trabalho informal (ROLNIK, 2009).

Baixa infraestrutura, reduzida oferta de emprego, renda familiar média da maioria dos habitantes de até três salários mínimos, concentração de residências horizontais e principal atividade econômica no comércio e serviços são algumas das características da Zona Leste (SÃO PAULO, 2008b).

Segundo Torres et al. (2003), os espaços urbanos ocupados pela sociedade, esquecidos pelas políticas públicas, em sua maioria heterogêneas e mal planejadas, são as chamadas periferias encontradas nas extremidades dos municípios. Nelas, encontramos as favelas e também os imensos conjuntos habitacionais, como é o caso da Companhia de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), que faz parte do cenário dos bairros mais afastados do centro. Mas não é somente nas áreas periféricas que se encontra pobreza e miséria, pois, com o crescimento desordenado da população, o governo não foi capaz de suprir as necessidades de todos. Dessa forma, locais como em baixo de pontes, viadutos, espaços livres de ocupações foram apropriados por favelas e autoconstruções.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, não há como se delimitar fielmente características na zona central e das periféricas, pois encontramos péssima infraestrutura em algumas regiões das zonas centrais, da mesma forma que encontramos bons bairros

e boas condições de vida em bairros mais afastados do centro, o que mostra que a capital é tão fragmentada que se tornou totalmente heterogênea e de difícil delimitação (BURGOS, 2008).

Nos dias de hoje, é possível observar que há um problema geral na capital paulista, tanto no centro como na periferia, pois o centro está se tornando desvalorizado devido à depredação do patrimônio e aos moradores de rua que crescem cada vez mais. Enquanto isso, a periferia enfrenta a falta de preocupação e a carência de serviços a uma população imensamente grande. Há falta de emprego, de educação, saúde, espaços de lazer que nunca fizeram parte da realidade dessas regiões excluídas do sistema econômico.

Nos últimos anos, observamos a interferência pública nas periferias, mas estas aparentam ser mais voltadas a interesses político-partidários do que interesses sociais de fato. Além disso, associações de moradores, grupos sociais foram se estabelecendo nesses locais na busca por seus interesses e direitos, o que mostra que tais espaços e comunidades têm seus valores e vontade de melhores condições de vida, segundo Stoppa (2005, p. 13)

Como forma de resistir e encontrar alternativas para a periferia das cidades, as pessoas têm, cada vez mais, procurado soluções na formação de grupos de interesses, com a participação em ações comunitárias, em busca de saídas para os problemas vivenciados. A formação de grupos culturais, onde o lazer ocupa ponto central é, em muitas ocasiões, o tema que une as pessoas como caminho para a tentativa de minimizar tais questões.

Dessa forma, a formação de grupos na busca de benefícios a comunidade está se tornando maior, visto a ausência do Estado, e é uma forma de promover a cidadania e a participação popular, como discutido em capítulo anterior.

Além da Zona Leste de São Paulo ser uma região pobre, com baixas condições de vida, é considerada também um “bairro dormitório”, no qual as pessoas apenas moram, com as demais atividades como trabalho, estudo e lazer realizados em outras regiões, principalmente nas mais centrais que oferecem uma oferta maior de opções (ROLNIK, FRÚGOLI JUNIOR, 2001).

Reportagem do jornal Estado de São Paulo realizada em janeiro deste ano, abordando a situação de Guaianazes, um dos

bairros mais periféricos da zona leste, aponta que a oferta de empregos na região é extremamente baixa, com cerca de 2 mil apenas para uma população de 110 mil habitantes, situação que tem como consequência inevitável o deslocamento da população para outras áreas da cidade (BURGARELLI, 2011).

Segundo Rolnik e Frúgoli Junior (2001), as diferenças encontradas em investimentos na área central e periférica pelo poder público são de que nas áreas centrais, nos anos de 1970, houve investimento no patrimônio imobiliário e no espaço urbano para manter as classes de maior renda vivendo nessas áreas mais privilegiadas, enquanto que, nas áreas periféricas, principalmente na zona leste, ocorreram investimentos no transporte e sistema viário, para que a população de baixa renda fosse capaz de se locomover até o centro. Assim, foi construída a linha de metrô oeste-leste, a via Radial Leste, para que os moradores dos bairros dormitórios fossem capazes de se locomover às áreas que possuem oferta de emprego, serviços, comércio, lazer, entre outros serviços.

Os sistemas de transporte implantados tinham o objetivo de ligar as pessoas das periferias ao centro da capital, mas acabarem tendo um objetivo um pouco diferente ao longo dos anos, pois as linhas de trens e vias urbanas impulsionaram o crescimento da população nessas localidades mais afastadas. O transporte, mesmo que de má qualidade, servia (e continua servindo) de eixo centro-periferia (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004).

Assim, falar em periferia, em zona leste da capital, retrata uma realidade historicamente situada em problemas sociais que surgiram pela falta de planejamento, pelo crescimento desordenado da população, pela carência de políticas públicas sociais eficazes, pela exclusão social presente nessas regiões isoladas do espaço geográfico. Identifica-se uma maior mobilização da sociedade, com grupos e associações de interesse que buscam reformular o sistema, mas a participação popular depende do poder público, principalmente para oferecer educação, emprego, moradia e demais direitos necessários à sobrevivência humana.

De forma mais específica, Ermelino Matarazzo foi criado pela lei estadual nº 5285, de 18-02-1959 e anexado ao município de São Paulo (BRASIL, 2009). Segundo dados da Subprefeitura, o nome do bairro é uma homenagem à Família Matarazzo, que

instalou uma fábrica na região. Nos dias atuais, mais de 18% da população local vive em favelas (SÃO PAULO, 2011a).

Situado na Zona leste da cidade de São Paulo, faz divisa com a cidade de Guarulhos ao Norte e é administrado pela Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, compreendendo os distritos de Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa, localização dos equipamentos analisados na pesquisa de campo. Totaliza uma área de 1710 ha, com uma população de 210.263 habitantes e uma densidade populacional de 139,25 hab/ha, segundo dados projetados para o ano de 2010 (SÃO PAULO, 2009), com uma renda média de R\$ 815.91 (SÃO PAULO, 2011a).

O transporte público da região é constituído de ônibus e trem, com duas estações, USP Leste e Comendador Ermelino, amplamente usado pela população local, uma vez que 97,3% dos moradores não trabalham no distrito, o que acaba tornando o bairro um local apenas “dormitório”. Na região, as atividades econômicas predominantes hoje em dia são o comércio e os serviços (BRASIL, 2009).

A região começou a se desenvolver apenas em 1926, com a chegada da ferrovia e, conseqüentemente, com a construção da estação ferroviária “Comendador Ermelino”. No começo, era basicamente uma área industrial, as indústrias Matarazzo e Cisper foram as primeiras a se instalar na região em 1941 e 1947, respectivamente. A chegada da luz elétrica, em 1951, beneficiou a fábrica e seus funcionários, assim como a Cisper. Nessa época, a família Matarazzo inicia melhoras no local devido à inexistência de infraestrutura para seus funcionários (SÃO PAULO, 2011a).

Porém, devido à preferência das indústrias em se situarem em locais próximos às rodovias, o processo de industrialização não durou muito tempo, passando a se tornar um bairro residencial, atraindo grande massa de trabalhadores de diferentes regiões do país, em especial do Nordeste do país. Somente mais tarde, com a construção da Rodovia Ayrton Senna e do Aeroporto Internacional de Cumbica, a região voltou a receber mais indústrias (BRASIL, 2009).

Quanto à saúde, a rede primária é suficiente para a região, porém a população reivindica coberturas especializadas, como odontologia, psiquiatria, fonoaudiologia, além de outras áreas da saúde; o Hospital Ermelino Matarazzo precisa ser ampliado, pois

atende uma grande parte da população da Zona Leste, compreendendo cerca de quatro milhões de habitantes. Outro problema grave na região é o saneamento básico, pois 90% das residências estão conectadas à rede de esgoto, porém apenas 26% recebem tratamento (BRASIL, 2009).

Quanto à cultura, o esporte e o lazer existem vários grupos da sociedade civil, alguns até mesmo informais, que se organizam no bairro a fim de suprirem a carência de demonstrações culturais, pois a maioria se concentra no centro da cidade. Existem grupos como Periferia Invisível¹, que é

[...] uma iniciativa de moradores da região leste da cidade de São Paulo a fim de promover, incentivar e tornar viável a criação e produção cultural, bem como a utilização de equipamentos e serviços culturais e artísticos, públicos e privados, na Zona Leste, pela população local.

Além desta, há também a Tenda Literária², a qual

[...] pretende transformar praças públicas em espaços culturais nos quais acontecerão oficinas e saraus voltados para a produção da Literatura Periférica nas regiões de Guaianazes, Ermelino Matarazzo e Itaim Paulista.

E, por fim, Os Mesquiteiros³ que

[...] procurando sempre valorizar o trabalho coletivo, solidário e cooperativo, além do protagonismo juvenil, desenvolvendo junto aos jovens e adolescentes do Jardim Verônia - Ermelino Matarazzo - a conscientização política, artística e cultural; a oportunidade de aprender a trabalhar e fazer textos, contos, poemas, esquetes e peças teatrais, além de projetos culturais e artísticos.

Dessa forma, é possível perceber que um bairro carente de recursos, com falta de espaços culturais, dentre outros elementos essenciais, é capaz de se mobilizar na busca de seus direitos.

1 Disponível em <<http://periferiainvisible.com.br/>>. Acesso em novembro de 2010.

2 Disponível em <<http://tenda-literaria.blogspot.com>>. Acesso em novembro de 2010.

3 Disponível em <<http://mesquiteiros.blogspot.com>>. Acesso em novembro de 2010

A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) e seu Novo Modelo de Gestão.

Criada em 1969, pela Lei Municipal nº 7.323, a partir da reorganização do Departamento Municipal de Esportes (DEME)⁴, a primeira versão da Secretaria Municipal de Esportes (SME) surge com a demanda relacionada à área esportiva de São Paulo, principalmente relacionada à realização de grandes eventos por toda a cidade. Em 1986, passa a ser denominada Coordenadoria Geral de Esportes, voltando no mesmo ano a ter a denominação anterior.

Em 2008, novamente passa por uma reorganização interna, recebendo a denominação Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), com a instituição de um novo modelo de gestão e estrutura organizacional, a partir da redefinição de seu novo papel, articulado com as novas demandas da sociedade na área do esporte e lazer.

Dentro deste novo cenário, a partir do “[...] processo de desconcentração administrativa estabelecido pelo governo anterior, no qual equipamentos e muitos dos funcionários do quadro foram transferidos para as subprefeituras [...]” (SÃO PAULO, 2010, p.19), a SEME passaria a ter um novo papel: deixaria de executar, para implantar e coordenar as ações relacionadas à política de esporte, lazer e recreação na cidade de São Paulo.

Assim, a missão da SEME passa a ser: “formular políticas públicas, fomentar e apoiar projetos e ações que incorporem atividades físicas, esporte e lazer aos hábitos de vida saudável da população paulistana” (SÃO PAULO, 2010, p.11). Tal missão aponta para a nova realidade acima colocada, ou seja, o objetivo não mais é o de executar ações finais que levem ao desenvolvimento da política de esporte e lazer do município, mas o de planejamento e avaliação das ações realizadas por parceiros.

Para implementar esse novo papel, em 2008, a SEME desenvolve seu novo modelo de gestão, a partir de novas diretrizes de

4 De acordo com a documentação da SEME, o DEME era o órgão responsável, instituído em 1966, por conduzir as decisões, as questões políticas relacionadas, bem como incentivar a prática esportiva na cidade de São Paulo. Para maiores informações ver SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. São Paulo rumo a uma cidade mais saudável – 2007/2010. São Paulo: Gráfica Fotofacto, 2010, 167p.

atuação, reorganizando tanto conceitualmente, quanto estruturalmente e nas relações entre as diferentes áreas da SEME, de modo que as ações possibilitem atingir o novo cenário em construção. Para tanto, os programas, projetos e ações deveriam contemplar, dentro desse modelo, diretrizes como:

Atuação interna integrada e atuação externa articulada, com o fortalecimento da rede de parcerias; Fortalecimento das competências essenciais da Secretaria, ou seja, como núcleo formulador e condutor das políticas públicas de esporte, lazer e recreação da cidade; Universalização, democratização e territorialização de sua atuação e, portanto, de suas atividades e serviços oferecidos; Adoção de novos sistemas gerenciais que permitem a formulação de análises estratégicas, além do cumprimento efetivo das funções de planejamento, execução e avaliação; Divulgação extensiva de suas ações (SÃO PAULO, 2010, p.20-21).

Para a implementação desse modelo de gestão foram levados em consideração elementos relacionados ao ambiente externo da secretaria (tais como as novas demandas da sociedade e a extensão e especificidade regional da cidade), o contexto organizacional da SEME (como a existência de documentos legais relacionados à área do esporte e lazer, o papel da SEME como formulador de políticas públicas, entre outras questões), as premissas do novo modelo de gestão, questões que irão orientar a definição da organização e o seu modelo de inserção institucional (como a universalização da atividade física, do esporte, e do lazer e da recreação; a estruturação de redes de parcerias, ampliando o leque de serviços da SEME, como as Organizações Sociais (OS); adoção de novos sistemas gerenciais, por processos, projetos e conhecimento, com foco no resultados, parcerias e redes, entre outras premissas) e as orientações específicas do novo modelo de gestão (tais como gestão territorial do serviço, instância de decisão compartilhada e estruturas integradas, flexibilidade estrutural, adoção de equipes flexíveis não permanentes, gestão por processos e a gestão por projetos, entre outras orientações) (SÃO PAULO, 2010).

Segundo esse documento, a estrutura da SEME passa a ter seis dimensões, com o conjunto de atividades agrupadas por semelhança ou afinidade. São: 1) a direção estratégica; 2) os cole-

giados externos e internos; 3) as assessorias técnicas; 4) as áreas responsáveis pela execução do suporte operacional; 5) as áreas responsáveis pela gestão administrativa da rede de parceiros da SEME e; 6) as áreas responsáveis pelo cumprimento do papel central da SEME.

E aqui ganha destaque essa última dimensão da secretaria, sem minimizar a importância das demais, uma vez que a mesma tem como papel central

[...] a formulação, atualização e implantação das Políticas Públicas de Esporte, Lazer e Recreação da cidade. Faz parte da atividade finalística da secretaria, também a definição das políticas para gestão dos equipamentos esportivos próprios e os de administração indireta, como as regras para ampliação, manutenção e adequação para equipamentos públicos [...] (SÃO PAULO, 2010, p.24).

Tal dimensão ganha destaque, pois as políticas, aqui formuladas, têm consequências diretas na implementação dos programas e projetos desenvolvidos nos espaços e equipamentos de esporte e lazer da cidade de São Paulo, em especial naqueles sob responsabilidade direta e indireta da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo. Entre os equipamentos esportivos e de lazer vinculados à SEME, são encontrados as quadras, piscinas, centros esportivos e de lazer, parques, os clubes da comunidade, praças com equipamento esportivo e de lazer, campos de rodízio e as ruas de lazer, sendo os quatro últimos objeto de análise desta pesquisa, conforme os dados da pesquisa de campo a serem apresentados na sequência do trabalho.

Dentre os vários programas e projetos realizados pela SEME, o carro chefe é o Clube Escola, programa implantado por meio do decreto n°. 48.392, de 29 de maio de 2007⁵ e desenvolvido em parceria com a Secretaria Especial para Participação e Parceria (SEPP), Secretaria Municipal da Educação (SME), Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP) em diversos equipamentos com administração direta e indireta da SEME, tais como os Clubes da

5 Mais detalhes da implementação do programa, ver Anexo A - Decreto n° 48.392 que institui o Clube Escola em São Paulo.

Comunidade (CDCs), situação encontrada na Subprefeitura de Ermelino Matarazzo.

O programa desenvolve atividades direcionadas, de caráter socioeducativo, procurando promover a saúde e a qualidade de vida, bem como o desenvolvimento local, além de “[...] fomentar a prática esportiva, aprimorar a integração entre as diversas faixas etárias da população e descobrir novos talentos” (SÃO PAULO, 2010, p.59). De acordo com o documento, o programa tem por objetivo, também, a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, uma vez que as famílias podem participar das atividades, dispondo de um orçamento de cerca de R\$ 22.000.000,00 por ano.

Desenvolvido em turmas mistas ou por gêneros, dependendo da atividade, o programa tem como foco crianças e jovens de seis a dezoito anos, embora não haja restrições quanto à presença de outras idades, uma vez que a participação familiar é incentivada, principalmente aos finais de semana, quando o número de participantes aumenta.

De forma geral, as atividades esportivas e de lazer são realizadas em cursos regulares, mais conhecidos como as escolinhas de esportes e outras programações, como atividades circenses, lutas, atividades artísticas (sapateado, teatro, violão, dança de salão, *street dance*), brinquedoteca e telecentros. São encontrados na cidade de São Paulo alguns Clubes Escola Temáticos voltados para atividades como aeromodelismo, ciclismo, iatismo, futebol, modelódromo e tênis (SÃO PAULO, 2010).

Dentro das novas premissas do modelo de gestão implantado a partir de 2008, a estruturação de redes de parcerias tem sido uma das estratégias utilizadas pela SEME para ampliar o leque de ações.

Neste sentido, em Ermelino Matarazzo pode ser encontrada a presença das Organizações Sociais (OS), modelo de parceria realizada entre o Estado e a sociedade civil organizada, programa de qualificação de entidades sem fins lucrativos que utilizam o esporte e o lazer como instrumento de transformação social. Dos nove CDCs visitados na pesquisa de campo, quatro são geridos dentro desse modelo de gestão, com a realização do programa Clube Escola.

Fundamentado pela Lei 141.32/96 e pelo Decreto 49523/08, o programa procura qualificar e certificar OS para atuar com o

esporte e o lazer, desenvolvendo ações na área que tenham como princípio norteador a participação comunitária enquanto controle social, quer seja em questões administrativas, quer seja no planejamento e realização das atividades desenvolvidas pelas OSs (SÃO PAULO, 2010).

De acordo com o documento acima citado, o Estado continua desenvolvendo suas ações de forma presente, uma vez que mantém um controle estratégico com a definição de metas, indicadores e de resultados esperados. Ficaria a cargo das OS o planejamento de atividades físicas, esportivas e recreativas, além de outras atividades como “[...] reuniões socioeducativas, ações culturais, de incentivo à cidadania e para o protagonismo da comunidade atendida” (SÃO PAULO, 2010, p.90).

A essas organizações caberia a capacitação dos recursos humanos, em parceria com a Supervisão de Esportes da Subprefeitura e de outros parceiros locais para implementar ações de sensibilização e dos programas e eventos, bem como o mapeamento na região de locais, pessoas e formas de organização da comunidade que possam colaborar e participar mais efetivamente das ações desenvolvidas pela OS.

Assim, o documento aponta que as OS devem apresentar minucioso planejamento, a partir das características, necessidades e interesses da comunidade atendida, procurando contemplar “[...] temas, objetivos de aprendizagem, conteúdos, estratégias e indicadores de avaliação desenvolvidos para cada público alvo” (SÃO PAULO, 2010, p.91), em cada uma das diretrizes educacionais, ou seja, esporte, saúde, cultura, cidadania e protagonismo, com a participação de todos.

De acordo com o *site* do Instituto Social Esporte e Educação (ISEE), fazem parte dos programas da OS ações como a implementação do Programa Clube Escola em três unidades esportivas escolhidas para o projeto piloto, o desenvolvimento de apoio à gestão local com a administração das três unidades e a sensibilização dos dirigentes dos nove CDCs locais, de forma a aprimorar a eficiência da gestão desses equipamentos, o aperfeiçoamento das unidades esportivas em imóveis municipais, por meio de reformas/ampliações dos CDCs Danúbio Jardim Matarazzo, 29 de Julho e Délio de Carvalho, o desenvolvimento de atividades

externas itinerantes de esporte, lazer e recreação e de promoção da qualidade de vida, em toda a região de Ermelino Matarazzo, bem como eventos esportivos, atividades de apoio à integração regional, a partir da execução das políticas públicas da SEME e do suporte e apoio às ações esportivas da subprefeitura, agindo de forma integrada em toda a região de Ermelino Matarazzo⁶.

Tais ações devem ter impacto social na comunidade, no desenvolvimento dos alunos atendidos nos núcleos esportivos e eventos, na transformação da realidade dos professores capacitados, nos impactos gerados e na sensibilização das políticas públicas.

No entanto, como será que esta nova forma de gestão desenvolvida pela SEME em Ermelino Matarazzo vem efetivamente sendo desenvolvida e quais as suas consequências? Como essa parceria entre SEME e OSs tem sido efetivada e percebida pelas comunidades no cotidiano? E os demais espaços e equipamentos que não contam com esse novo modelo de gestão vinculado às OSs? Será possível pensar a participação comunitária a partir de um decreto municipal?

Kachinski (2010), ao discutir a forma de gestão da SEME, critica a nova política, baseada em um decreto municipal, com a expansão das ações para além da administração direta da prefeitura paulistana. Para ele, a terceirização das ações ligadas ao lazer, assim como os demais direitos garantidos pela Constituição Federal, são deveres que deveriam ser garantidos pelo poder público, ao contrário do que ocorre na secretaria, com a SEME ausentando-se das questões ligadas ao desenvolvimento das políticas nesses locais, quer seja nos equipamentos administrados pelas OSs ou comunidades.

Segundo ele, isso ocorre devido ao quadro insuficiente de gestores, ocasionando, dentro de tais circunstâncias, a desobrigação da administração pública em relação às ações nos locais, apesar das diretrizes apontarem o acompanhamento e avaliação por parte da SEME.

Tais questões apontam para consequências negativas para os espaços, equipamentos e à população atendida, como a existência de “donos dos pedaços” ou a realização de atividades apenas para determinados segmentos da comunidade.

⁶ Mais detalhes dos programas do Instituto Social Esporte e Educação podem ser encontrados em <http://www.isesporteeduacao.org.br/?q=Servi%C3%A7os>. Acesso em 10/mai/2011.

Para Kachinski (2010, p.51) a ação do terceiro setor deve ser efetivamente monitorada e reavaliada,

[...] pois as suas atividades devem estar de acordo com as características dos espaços, dos equipamentos e da comunidade, fazendo desta não apenas “cliente”, mas planejadora, executora e avaliadora das ações, em conjunto com os profissionais que atuam nos espaços, caracterizando a ação dentro de uma política de animação sociocultural que trabalhe para a emancipação do coletivo.

Essa e outras questões são apresentadas na sequência, com a discussão dos dados coletados na pesquisa de campo, bem como com o apontamento de novas possibilidades para o desenvolvimento dos diferentes aspectos relacionados à política de lazer da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo.

Os Dados da Pesquisa de Campo

Realizada entre os meses de outubro de 2010 e maio de 2011, a pesquisa de campo visitou quarenta e cinco equipamentos, sob administração direta ou indireta da Secretária de Esporte, Lazer e Recreação (SEME) de São Paulo, na Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, que tem sob sua administração os distritos de Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa. Entre os equipamentos pesquisados e apresentados, a seguir, estão as praças com equipamento esportivo e de lazer, os campos de rodízio, os clubes da comunidade e as chamadas ruas de lazer.

Os Clubes das Comunidades

Os Clubes da Comunidade (CDCs) ou Clubes Desportivos Municipais (CDMs), da região de Ermelino Matarazzo, têm como finalidade primordial a promoção e desenvolvimento das atividades comunitárias no campo desportivo, da recreação e do lazer, em áreas de propriedade municipal, de acordo a lei orgânica do município, em seu Art. 235, e estão entre as poucas possibilidades de espaços para a vivência recreativa da comunidade do entorno dos espaços.

Foram visitados e analisados, ao todo, nove CDCs, sendo estes: 1) Areão de Vila Cisper; 2) Ayrton Senna da Silva; 3) Benedito Ramos Rodrigues; 4) Danúbio Jardim Matarazzo; 5) Délio de Carvalho; 6) Ermelino Matarazzo, 7) Flor do Burgo Paulista; 8) Jardim Penha e 9) Vinte e Nove de Junho.

Os locais foram alvo de análises em questões relacionadas à: como as atividades são desenvolvidas, como é a participação comunitária, a infraestrutura, os materiais, a política de animação sociocultural e o público usuário do equipamento. Em todos os equipamentos puderam ser encontradas vários problemas, como algumas estruturas em melhores condições que outras, mas grandes dificuldades para o desenvolvimento das atividades, principalmente naquelas que ainda são administrados pelas representações comunitárias.

Entre estes últimos estão Jardim Penha, Ermelino Matarazzo, Ayrton Senna, Areão de Vila Cisneros e Benedicto Ramos Rodrigues. Nestes locais, verificou-se que as atividades realizadas pelos frequentadores baseiam-se, principalmente, na monocultura do futebol.

No entanto, paralelamente, pode-se observar a presença bastante grande de pessoas participando de atividades espontâneas como caminhada, realizada tanto dentro dos equipamentos, quanto em seu entorno. Além disso, as entrevistas com frequentadores dos locais apontam diferentes sugestões, como a abertura dos equipamentos com piscinas nos clubes da comunidade, que estão fechadas por falta de manutenção e irresponsabilidade social do município, e a necessidade da diversificação das atividades esportivas.

Em relação ao planejamento das atividades desses CDCs, os dados coletados em grande parte das entrevistas com os profissionais apontam informações de que o processo de planejamento das atividades baseia-se em ações de escolinhas de futebol que mantêm atividades de treinamento esportivo, com os discursos muitas vezes ligados à instrumentalização dessa iniciativa, entendendo-a como corretora de patologias sociais, principalmente ligadas à marginalização juvenil, como se a solução destes problemas sociais fosse responsabilidade de ações isoladas como a política de esporte e lazer e não da intervenção direta do Estado, com a realização de diferentes políticas sociais.

Tais questões apontam para as discussões realizadas por diferentes estudiosos ligados ao lazer (MARCELLINO, 2001, 2008; DUMAZEDIER, 1980; CAMARGO, 1986), que apontam a importância das pessoas terem contato com diferentes experiências, de modo a formarem um repertório de vivências que garanta um desenvolvimento pessoal e social por meio da participação

crítica e criativa. Assim, a programação desses espaços deve ser objeto de análise com a implementação de novas possibilidades de vivências de lazer, a partir das características de cada espaço, do perfil dos frequentadores e das diferentes fases da vida, não apenas enquanto possibilidade de descanso e divertimento, enquanto válvula de escape, quer seja compensatória ou moralista, mas como possibilidade de efetiva participação cultural.

Pontos positivos foram levantados nas entrevistas com frequentadores e profissionais, uma vez que os discursos valorizavam e/ou exaltavam o potencial de infraestrutura de cada clube. No entanto, são claras as deficiências visualizadas em relação ao estado lamentável em que se encontram esses equipamentos, somente no que diz respeito à conservação dos locais, situação a ser discutida mais detidamente na sequência do trabalho.

Em relação à participação comunitária na definição das ações dos locais, as entrevistas apontam a falta de entendimento da questão, pois muitas foram as respostas estabelecidas na ideia da participação nas atividades e não em seu sentido amplo, ou seja, a participação como a possibilidade de envolvimento das pessoas desde a fase de planejamento, execução e avaliação das diferentes possibilidades na programação das atividades. Os usuários, quando melhor informados, em relação à pergunta relatam primeiro a dimensão da falta de tempo, evidenciada no compromisso relacionado às questões profissionais e, segundo, a falta de informação e acesso a essa possibilidade participativa.

O primeiro aspecto pode estar alinhado às relações estabelecidas entre as dimensões do tempo de lazer e do tempo de trabalho, visto que as respostas, em sua grande maioria, apontam que os usuários não tinham disponibilidade para acompanhar essas políticas participativas, uma vez que o trabalho ocupava a maior parte do tempo das pessoas. Tal questão aponta para o fato do lazer, em seu sentido amplo e como tempo e espaço para a formação de valores questionadores da sociedade, ser vivenciado no tempo disponível (MARCELLINO, 2008), com determinadas características de atitude, como a liberdade de escolha e a possibilidade de gerar o prazer.

Além disso, tal questão relaciona-se com o que aponta Marcellino (2008) sobre a necessidade de revermos questões relacionadas ao entendimento da totalidade das relações sociais, em que

o trabalho ocupa posição central e sobre a relevância da problemática do lazer na cidade, apesar da sua aparente falta de ressonância social (MAGANANI, 2003). A prevalência desse entendimento do lazer nos setores relacionados ao desenvolvimento de políticas na área prejudica, por demais, o planejamento, execução e avaliação de ações que tenham como base a vivência do lazer enquanto direito social, formador da cidadania.

Na maioria das vezes, as pessoas não entendem a dimensão social e individual que a vivência do lazer pode gerar enquanto construção coletiva, supervalorizando o trabalho como área de atuação humana ou, ainda, situando a esfera do tempo disponível apenas aos meandros do entretenimento, do lazer mercadoria, consumista e alienado, utilizando o lazer somente como momento provisório de válvula de escape do tempo de trabalho.

Para Carvalho (1995), a valorização conformista da comunidade para com seus “representantes” políticos, ocasionando como consequência a não participação efetiva das pessoas em questões relacionadas à sua comunidade, está atrelada às deficiências de uma educação conscientizadora e facilitadora de apreensão dos aspectos críticos, bem como à visão corporativa na luta pelos direitos e à supervalorização do Executivo, conforme as situações observadas no planejamento das atividades dos CDCs.

E, dentro desse contexto, podemos explicitar falas coletadas dos frequentadores que expõem seu posicionamento conformista em face a algumas diretorias dos CDCs, relatando que as políticas empreendidas por esses gestores nunca “os deixaram na mão”, pois “tudo que decidem, eles expõem a nós e está muito bom”, conforme fala de um dos frequentadores do CDC Ermelino Matarazzo - posições que terminam por legitimar gestões pouco participativas dos frequentadores dos equipamentos.

Já em relação ao segundo aspecto apontado pelos frequentadores para a não participação nas ações, aparece a questão da política de desenvolvimento de acesso à participação dos frequentadores desses redutos “comunitários”, já que o norte político de gerenciamento dos clubes entende de certa forma a importância da participação da comunidade, porém não leva em consideração estratégias de envolvimento, como a intensa informação e divul-

gação de reuniões, que leve a comunidade ao debate conjunto e posterior tomada de decisões políticas do uso do espaço de lazer.

Tal situação deveria ser objeto de ação por parte da SEME, procurando desenvolver mecanismos de efetiva participação cultural junto às comunidades vinculadas aos diferentes CDCs, de modo a minimizar a ocorrência dos problemas decorrentes da questão acima. A criação de Conselhos de Usuários efetivamente atuantes nos espaços poderia favorecer o desenvolvimento das ações a partir da real necessidade dos frequentadores, incentivando a sua participação, além de criar instâncias que garantam aproximação e controle permanentes da população sobre seus representantes e instituições.

Outras possibilidades de mobilização e participação cultural poderiam ser pensadas com o desenvolvimento de ações procurando integrar esforços junto a grupos populares locais, a partir de suas manifestações culturais e de seus níveis de participação, procurando superar esses níveis por meio de uma efetiva política de animação sociocultural, bem como a atuação junto a grupos e instituições ligadas ao setor cultural e ao setor público não governamental (MARCELLINO, 2008).

No entanto, é importante destacar que a presença efetiva da SEME nesses locais é fator essencial para que tais questões possam realmente ser minimizadas. Presença, nesse caso, significa a necessidade do poder público desenvolver mecanismos de capacitação, planejamento, execução e avaliação das ações junto com as comunidades, desenvolvendo processos educativos que garantam a autonomia das comunidades, além do constante acompanhamento e avaliação das ações.

Ao contrário disso, em alguns casos como no CDC Ermelino Matarazzo muitas foram as respostas que apontavam a impossibilidade da participação estar ligada a uma gestão autoritária e controlada pelo poder de representantes do Legislativo Municipal de São Paulo, diante de atitudes propositais de intransparência que limitam o acesso participativo da comunidade às decisões que são tomadas no clube. Assim, ficam explícitos os chamados “donos dos pedaços”, que privilegiam ações apenas para determinados segmentos da comunidade.

Em relação à infraestrutura dos equipamentos, muitos são os pontos negativos apontados pelos frequentadores.

Péssimas condições são encontradas nos espaços, como a falta de funcionamento de refletores em alguns clubes, lixos distribuídos no entorno dos principais equipamentos (em sua maioria mato crescido pela falta de manutenção), baixos alambrados paralisando atividades de futebol (pela ocorrência da passagem da bola para outros espaços, como no caso do CDC Areão de Vila Cisper), quadras mal planejadas (tortas), campos atolados e, posteriormente, desnivelados pela falta de estratégias de drenagem quando da ocorrência de chuvas, limitação de uso dos banheiros pela péssima situação em que se encontram esses espaços, falta de água potável e bebedouros.

Outras questões problemáticas encontradas nos equipamentos são a presença constante de usuários de drogas, a falta de organização geral quanto às atividades, o perigo para os frequentadores do CDC Areão de Vila Cisper diante de um rio não canalizado, pouquíssimas ou quase zero as políticas de animação sociocultural, situação articulada com a falta de um quadro suficiente de funcionários para manter os clubes em condições adequadas de funcionamento, espaços subutilizados como piscinas abandonadas e à margem de proliferação de doenças com a água da chuva parada.

Tais problemas apontam a necessidade dos equipamentos, com a intervenção direta da SEME, rever os diferentes aspectos de uma política de lazer (MARCELLINO, 2001, 2008; DUMAZEDIER, 1980b, REQUIXA, 1980; CAMARGO, 1985) em relação ao desenvolvimento de suas ações, discutindo e implantando novas possibilidades relacionadas às políticas de espaços e equipamentos, animação sociocultural, formação e capacitação de recursos humanos, questões que devem ser refletidas junto a outras demandas vinculadas a outras secretarias da administração municipal, como a saúde, a assistência social, meio ambiente e áreas verdes, entre outras.

Quando perguntados em relação a sugestões, grande parte das entrevistas apontam ideias para minimizar os pontos negativos apontados acima. São encontradas respostas como aumentar e manter em bom aspecto os alambrados, ampliar o quadro de funcionários, abrir-se ao público áreas fechadas ao uso, como as piscinas do CDC Ermelino Matarazzo e sua quadra polies-

portiva, somente disponível para uso mediante o pagamento de aluguel, buscar iniciativas/estratégias para colocar a comunidade em maior contato com as políticas dos clubes, realizar-se mais atividades em que possam ser melhor usados os espaços dos clubes, como, por exemplo, o salão social do CDC Ermelino Matarazzo, arrumar problemas de infraestrutura nas quadras, abrir banheiros limitados ao uso de frequentadores e, principalmente, viabilizar grama sintética, resolvendo inúmeros problemas como pedras e desnível dos campos de terra.

Tais sugestões somente vêm confirmar os apontamentos feitos até o presente em relação à necessidade dos diferentes elementos de uma política de lazer serem observados com mais cuidado pelo poder público responsável pelos espaços e equipamentos de esporte e lazer da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo.

No CDC Benedito Ramos Rodrigues, que possui dois campos de futebol, sendo um maior e outro menor, uma lanchonete, vestiários e um salão com churrasqueira, cozinha e um *playground*, uma situação inusitada pode ser encontrada no local. Durante a semana, o campo maior é de uso exclusivo da escola “Chute Inicial”, pois o mesmo é locado para aulas de escolinha de futebol, e somente nos finais de semana, o local é utilizado pela comunidade, quando são realizados jogos e/ou campeonatos de categoria máster para homens com mais de 50 anos. A situação encontrada, com a locação do espaço para a escola de futebol é prática recorrente na área, conforme aponta Pacheco (2006) ao discutir esses processos de privatização em espaços que deveriam ter como característica principal o seu uso público. Já o campo menor é utilizado pelo programa Clube Escola, programa da SEME realizado no local de forma itinerante, algumas vezes na semana.

O Vice-Presidente do Clube relatou em entrevista que o local foi um parque da prefeitura há muitos anos e que um grupo de pessoas conseguiu um termo de utilização do solo, fizeram a reforma dos campos e toda a estrutura do local e, por isso, a administração do local é realizada pela Diretoria do CDC. Ele ressalta, ainda, que não há nenhum tipo de ajuda com verba do município, com todas as realizações feitas com a renda gerada pelo próprio CDC, como o aluguel do campo para a escola de futebol, o estacionamento cobrado, além da renda dos sócios.

Os sócios são caracterizados como A e B. Os sócios A são formados por quatro clubes de futebol de várzea que pagam a todos os CDCs uma quantia que é repartida e dividida entre os clubes de que os mesmos fazem uso, sócios B seriam pessoas físicas, categoria sem nenhum representante no CDC Benedito Ramos Rodrigues.

Quando indagado sobre o projeto Clube Escola da SEME, o Vice-Presidente diz ter permitido algumas ações isoladas no local, mas que é muito provável que o programa não caminhe para uma efetiva ação, já que, na opinião dele, a entrada desse programa no CDC resulta na perda de autonomia do clube. Fica claro, na fala do vice-diretor, que a ação da SEME, com o Clube Escola não tem relação com a comunidade, uma vez que esta não visualiza a SEME ou as OSs como parceiras, mas como instituições externas que entreveem na autonomia das comunidades, restringindo suas ações.

Nos Clubes da Comunidade Ayrton Senna, Jardim Penha e Areão de Vila Cisper, a situação é a mesma. São grandes campos de futebol com estruturas precárias, com os frequentadores dividindo o espaço com lixo, moradores de rua e pessoas que usam do local para o uso de drogas.

Os locais são utilizados, quase que totalmente, aos finais de semana por clubes de futebol máster e durante a semana encontram-se poucas pessoas, na maioria da terceira idade, fazendo caminhada na parte da manhã. Em um dos locais, no Clube Ayrton Senna, um grupo de adolescentes joga futebol e são treinados por um voluntário que diz tirar da própria aposentadoria os recursos para desenvolver a atividade, sem qualquer tipo de apoio.

No CDC Ermelino Matarazzo, o que se identificou foi diferenciado de todos os demais, pois não se vê a atuação do programa Clube Escola. O local dispõe de uma quadra poliesportiva fechada, um campo de futebol, área de lazer com churrasqueira e piscinas, duas lanchonetes e duas salas abandonadas. O campo e a quadra, que se encontra em estado de conservação razoável, são utilizados em maior parte por times de várzea e, também, por grupos que os alugam esporadicamente. Constatamos em entrevistas que as piscinas não funcionam efetivamente. Foi feita uma grande reforma há poucos meses, porém o espaço não tem a devida manutenção, uma vez que está em visível estado de degradação.

Outra questão importante apontada nas entrevistas, porém sem que tenhamos constatado por meio da observação, são denúncias de que as salas abandonadas são usadas por usuários de drogas e para prostituição. Tais fatos apontam a necessidade da política de lazer da SEME articular-se com outras políticas sociais, como a de segurança, assistência social, saúde, entre outras, a fim de conhecer melhor a situação local e, com isso, desenvolver ações que possam minimizar a ocorrência de situações como as apontadas nas entrevistas.

No entanto, estas situações encontradas nos CDCs administrados pelas comunidades são parte da realidade destes equipamentos. Situações bem diferentes podem ser encontradas nos equipamentos administrados pelas OSs.

A partir do ano de 2007, a regulamentação do programa Clube Escola, através do decreto-lei nº 48.392, instituiu o desenvolvimento das ações em equipamentos administrados direta e indiretamente pela SEME na cidade de São Paulo. Na Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, o programa está vinculando a administração (ainda que gradativamente) dos CDCs às iniciativas do terceiro setor, a partir das políticas de parcerias do governo com Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), como o Instituto Social Esporte e Educação (ISEE) e o Instituto Plataforma Brasil.

Os CDCs Danúbio Jardim Matarazzo, Délio de Carvalho e Vinte e Nove de Junho, assim como o CDC Flor do Burgo Paulista, foram alvo dessas parcerias e estão com visíveis reformulações nas atividades e em suas estruturas físicas.

A atuação dessas organizações sociais bastante presentes nos locais tem como objetivo principal a formação educacional pelo esporte, buscando a contemplação dos objetivos especificados no Art. 3º do decreto (SÃO PAULO, 2007) que os regulamenta, atrelados à: ampliação das atividades físicas, esportivas, de lazer e recreação na cidade, em especial atenção para alunos da rede pública e seus familiares; proporcionando o aumento qualificado de acesso dos alunos aos equipamentos sociais existentes; contribuindo para o enriquecimento sociocultural nas diferentes áreas do conhecimento e de modo a utilizar todo o potencial do equipamento esportivo.

Com métodos similares de ação, os CDCs administrados dentro do programa são divididos em núcleos de atuação das organizações, com cada clube se tratando de um núcleo. Em cada um desses núcleos pode-se destacar elementos relacionados aos pilares de um ideal político de formação e desenvolvimento de quadros, de acordo com Pina (1995), que situa as iniciativas dessa formação numa pirâmide estrutural composta em seu vértice por animadores de competência geral, em seu meio por animadores de competência específica e em sua base por voluntários; assim como em relação ao de uma participação comunitária nas definições de atividades e reivindicações ao espaço físico, e políticas de animação sociocultural evidenciada apenas no físico-esportivo.

Os locais têm atividades preenchidas todos os dias em praticamente todos os horários com modalidades variadas para todas as idades e gêneros. Nota-se, nesses espaços, que a população começa a tomar consciência de qual é o seu papel, pois esses locais ouvem os frequentadores em forma de reuniões (conselho de usuários), conseguindo estabelecer, com eles, vínculos de pertencimento e apropriação do lugar. No entanto, quando indagados em relação ao processo emancipatório notamos que, com rara exceção, os frequentadores não compreendem esse eixo de pensamento, visto que a maioria das falas relata expectativas de que o projeto não deve acabar.

No CDC Flor do Burgo Paulista, encontrou-se algo diferenciado e estranho ao mesmo tempo, pois o local é dividido em um campo de futebol de grama sintética, cercado com alambrados e portão, espaço que faz parte do projeto Clube Escola e administrado pelo Instituto Plataforma Brasil e outro campo de terra, fora do espaço cercado, sem estrutura alguma, que não faz parte do projeto. Além disso, o local, assim como os CDCs Benedito Ramos Rodrigues, Areão de Vila Cisner, Ayrton Senna da Silva e Jardim Penha, só oferece o futebol como possibilidade de lazer para a comunidade local.

Ao conversar com profissionais e frequentadores, descobriu-se que a utilização do espaço também é dividida, pois o campo com grama sintética somente pessoas que fazem parte do projeto e estão devidamente matriculadas podem utilizá-lo, ficando o outro campo para as atividades oferecidas pelo CDC. Assim, fica clara a divisão do espaço, bem como a divisão da qualidade e do tipo de serviço oferecido para a comunidade local.

Em relação aos profissionais que atuam no equipamento, também há diferenças em relação à formação e forma de atuação. No espaço ligado ao Programa Clube Escola, os professores devem cumprir cronogramas e metas, ter formação de ensino superior completo ou em formação, situação diferente dos que atuam no campo de terra, pois estes não possuem formação acadêmica, com as aulas realizadas a partir da experiência profissional, sem nenhum tipo de método.

Os dados coletados nas entrevistas com os profissionais desses locais apontam informações relatando o desenvolvimento de ações administrativas para tentar manter a gestão dos CDCs em ordem; no entanto, as “falas” dos entrevistados apontam elementos paradoxais, ora em defesa política de uma gestão, ora criticando uma situação visivelmente lastimável.

As entrevistas com diretores, profissionais específicos (técnicos de escolinha de futebol) e funcionários (zeladores) apontam diversos aspectos negativos na gestão dos clubes. Destaque nas respostas para, principalmente, a dificuldade de gerenciar frente à organização do clube, relatando que o trabalho voluntário das diretorias era desafiador, pois se tratava de atividades não remuneradas e muitos dos gestores não se motivavam para o exercício do trabalho, ficando o clube defasado em termos de quadros profissionais.

Ainda, nesse contexto, ficou evidenciada em algumas respostas a questão da não participação comunitária na formação de chapas concorrentes para a gerência dos CDCs, ocasionando reeleições de gestores pelo fato da eleição sempre ter uma única chapa, com, na maioria das vezes, as mesmas pessoas.

Tal situação leva à necessidade dos locais adaptarem estratégias para captação de dinheiro. As entrevistas mostram que os clubes dentro dessa dinâmica passam a realizar cobrança de aluguel para o uso de alguns espaços, fator que dificulta a dinâmica do associativismo que poderia ser estabelecida nesses clubes incentivando maior participação comunitária.

Em termos de estrutura física, o CDC Danúbio tem um campo de futebol com casas ao redor, uma sede para escritório de administração que também abriga as reuniões dos profissionais que trabalham no local e, ainda, para a manutenção de materiais utilizados. O campo não é só usado como campo de futebol,

mas também para atividades como ginástica e vôlei, modalidades que tiveram grande aceitação da comunidade que relatou o local como o “quintal de casa”.

No CDC Vinte e Nove de Julho, encontra-se uma realidade mais exemplar. Sua estrutura é composta por um grande campo de futebol e um espaço com uma sala para atividades como ginástica e dança. Esse é o Clube da Comunidade em que a concepção de lazer e comunidade é melhor entendida, visto que as respostas das entrevistas com frequentadores e profissionais evidenciaram o quão legítima está a atuação da OSCIP e da comunidade.

No CDC Délio de Carvalho, são encontrados um grande campo, uma quadra poliesportiva aberta e um local para administração da sede. Também pode ser identificado um grande envolvimento da comunidade do entorno para com o projeto, com a maioria dos relatos descrevendo as melhorias dos espaços, principalmente, em relação à utilização e diminuição de problemas sociais como violência e drogas.

Apesar dos efetivos avanços no que diz respeito aos diferentes elementos da gestão dos espaços, os locais ainda não conseguem ter suas ações desenvolvidas a partir de uma política de lazer em seu sentido amplo, uma vez que as diretrizes que norteiam as iniciativas dos institutos, e que são legitimadas pela lei orgânica do município, baseiam-se na instrumentalização do lazer dentro do viés educacional, com a realização das chamadas “escolinhas esportivas”, com a maioria das atividades elaboradas dentro dos patamares da difusão cultural, situada na continuidade de atividades físicas dirigidas pela orientação de um professor, praticamente a única possibilidade entre os interesses do lazer.

Ainda que possuam uma programação anual que contempla alguns outros conteúdos do lazer, como as festas juninas de integração entre os núcleos, tais ações são realizadas em eventos isolados.

Essa questão já pode ser analisada por Marcellino (2002), quando faz críticas às esferas públicas do lazer sempre atreladas a parâmetros que amenizam problemáticas sociais. O autor mostra que as pessoas, quando questionadas sobre a validade da animação sociocultural em locais mantidos pela prefeitura, solicitam a presença de profissionais de educação física para que estes possam manter a “ordem” e a segurança quando da realização

das diferentes atividades, moralizando o ambiente no que diz respeito à violência, “afastando” o uso de drogas no espaço público.

Ao contrário dessa situação, a perspectiva da animação socio-cultural (CARVALHO, 1978), ou seja, uma ação que tem como objetivo principal mobilizar a consciências das pessoas levando-as a uma mudança de comportamento, deve respeitar as características essenciais das atividades do tempo de lazer garantindo a autonomia dos indivíduos com os quais tomará contato, procurando, a partir da competência técnica e do compromisso político de mudança, a capacitação das comunidades para a sua autonomia em relação ao lazer.

No caso dos CDCs de Ermelino Matarazzo, a análise documental aponta que o lazer desenvolvido em suas possibilidades educacionais repete o discurso acima colocado, relacionando a vivência do esporte de lazer à problemática das drogas e violência, minimizando a valorização do lazer enquanto direito social e possibilidade de participação cultural.

Sendo assim, entende-se que os espaços analisados não dispõem de estruturas adequadas para a comunidade exercer o seu direito ao lazer, além de grande parte deles não ter nenhum tipo de conservação e limpeza. Em alguns Clubes da Comunidade, ainda, não encontramos profissionais qualificados atuando e desenvolvendo atividades que consigam atingir públicos variados, pois a maioria dos CDCs oferece apenas o futebol masculino, sem participação efetiva da população, que acaba não desenvolvendo o senso crítico e outras possibilidades de lazer.

Analisando de maneira geral as “falas” dos frequentadores, pode ser identificado certo grau de conformismo por parte da população que utiliza os espaços, embora tenha sido possível, também, perceber nas respostas que as relações pessoais são muito relevantes, principalmente nos Clubes em que não há nenhum tipo de projeto e ou ações da diretoria, com os frequentadores usando o espaço para encontrar amigos e desenvolver laços de sociabilidade.

Porém, quando perguntados o que poderia ser melhorado, vinha à tona a realidade dos clubes, com muitos dos entrevistados expressando a necessidade da gestão dos equipamentos ser modificada, adaptada e equiparada, principalmente nos casos dos Clubes da Comunidade mais carentes de recursos e estruturas, com

os locais em que foram efetuadas algumas mudanças pela parceria com as OSCIPS e a realização do programa Clube Escola.

As entrevistas realizadas nos CDCs administrados a partir do novo modelo de gestão mostram que o pouco realizado é muito aos olhos da comunidade, muito grata pelas ações desenvolvidas, revelando, até mesmo, preocupação com possíveis críticas que poderiam levar à descontinuidade do trabalho desenvolvido nos locais.

As Praças com Equipamento de Esporte e Lazer

Neste subgrupo foram analisados dez equipamentos de lazer, sendo estas: 1) Ary Francisco de Paulo; 2) Benedicto Ramos Rodrigues; 3) Délio de Carvalho; 4) Faustina Marim Cabarello; 5) Francisca M. Santana; 6) Francisco Cândido do Nascimento; 7) Maestro Assis Republicano; 8) João Amazonas; 9) Salvador Sabat; 10) Romão Gomes Portão; 11) Nova República; 12) Raimundo Ramos; 13) Raul Pedrosa; 14) Rodolpho Pedro Giorchino; 15) Sem Denominação; 16) Sem Denominação.

As visitas às praças de Ermelino Matarazzo foram realizadas no período de Janeiro e Fevereiro de 2011, tanto durante a semana, quanto nos finais de semana, e todas as praças foram visitadas mais de uma vez em dias diferentes, a fim de obter uma coleta de dados mais completa.

De um modo geral, à primeira vista todas as praças parecem ter aspectos a serem melhorados. Em praticamente todas pudemos observar a carência de infraestrutura, seja nos brinquedos para as crianças, seja nos equipamentos esportivos (quadras de futebol, por exemplo), ou então nos bancos e na iluminação, o que é o básico para esse equipamento.

As praças são equipamentos específicos de lazer, podendo ter várias funções, dependendo da faixa etária do seu utilizador e das motivações deste para frequentá-la. Para as crianças, por exemplo, foi observado que as atividades predominantemente realizadas são o uso dos brinquedos instalados. Porém, aqui já surge um dos problemas, a falta de conservação. Em todas as praças visitadas, sem exceção, percebemos a necessidade de reforma ou mesmo de troca dos brinquedos disponíveis.

Em algumas praças, como por exemplo, na João Amazonas, também conhecida como Parque Linear Passeadouro, e na Sal-

vador Sabaté, os brinquedos estavam em péssimo estado de conservação, alguns até enferrujados e sem condições de uso, podendo oferecer riscos à saúde das crianças que fizerem uso deles.

Em outras notamos, até mesmo, a falta destes materiais, como é o caso da Praça Maestro Assis Republicano, que, após passar por uma recente reforma, teve seus brinquedos retirados, segundo uma das frequentadoras entrevistadas. De acordo com a moradora local, a comunidade passou a frequentar menos a praça depois que tiraram os brinquedos, já que costumavam trazer as crianças pequenas para brincar. Hoje, com a reforma, as únicas atividades observadas e que são possíveis para as crianças realizarem são o uso de bicicleta ou patins e jogar futebol na pequena quadra de terra, que também está em condições muito precárias e não possui cerca, oferecendo riscos às crianças que fazem uso do espaço, pois ao lado da praça há uma rua na qual as crianças frequentemente vão buscar a bola.

Em relação à utilização do espaço, percebemos que o público é bem variado, pois foi observada a presença de crianças, de uma faixa etária de aproximadamente dez anos, até idosos. Algumas vezes, observamos crianças menores, porém sempre acompanhadas de um responsável. Outra característica importante é que o público entrevistado, em sua quase totalidade, mora próximo da praça e frequenta o local quase todos os finais de semana. Poucos foram os casos de frequentadores entrevistados que estavam passando pela praça pela primeira vez.

Outro grupo etário observado nas praças de Ermelino Matazazzo foram os jovens, que frequentam os espaços, geralmente, para se socializarem e realizarem alguma atividade nas quadras disponíveis. No entanto, segundo relatos de vários frequentadores e observações realizadas pelo grupo, o uso de drogas é uma situação muito presente nos diferentes equipamentos. É tal situação pode ser vista em diferentes períodos do dia e não somente no final da tarde, início da noite, como se poderia supor.

Tal fato revela um sério problema para a comunidade local, pois surge a preocupação dos pais e responsáveis em relação a deixarem as crianças brincarem sozinhas nas praças. É importante deixar claro que esses relatos foram dados por vários frequentadores, em todas as praças visitadas. Muitos moradores apon-

taram sua insatisfação para com a prefeitura, desejando que um maior policiamento seja realizado nas praças.

Apesar das praças estarem em condições precárias para as crianças e para outras pessoas e de serem um local utilizado por alguns frequentadores para o uso de drogas, os espaços se mostraram um local de socialização para a população local. Dificilmente foram observadas pessoas sozinhas na praça e, em quase todas as situações, as pessoas estavam acompanhadas de pelo menos mais uma pessoa. É o caso da Praça João Amazonas que, aos fins de semana, é frequentada por idosos com o interesse comum de conversar, jogar baralho e dominó, além de utilizar uma cancha de bocha, para crianças, jovens e adultos, existe a pista de *skate*, um mini campo de areia, uma quadra poliesportiva e um *playground*, que serve tanto como espaço de vivência de atividades esportivas quanto de socialização.

Para alguns entrevistados, a falta de opções de lazer e a precariedade dos equipamentos são um problema para a comunidade local, uma vez que esses espaços são uma das poucas alternativas para as pessoas que procuram por uma atividade de lazer. Portanto, a prefeitura deveria se preocupar mais em atender a essa demanda, revitalizando, conservando e desenvolvendo políticas de animação sociocultural para os frequentadores das praças com equipamentos esportivos.

O desenvolvimento de ações nesses espaços deve ser um dos focos do poder público, pois a falta de atividades realizadas por parte da prefeitura e também da população foram respostas largamente apontadas nas entrevistas. De todos os entrevistados, em todas as praças, apenas uma frequentadora, abordada na Praça Romão Gomes Portão, disse já ter visto um grupo que trouxe rede e bolas de vôlei para serem usadas pelos frequentadores, porém, não soube dizer se eram ou não da prefeitura e, segundo as palavras da própria entrevistada, pareceu uma atividade feita apenas para “dizer que estavam fazendo algo”, pois não houve divulgação e pareceu muito mal organizada. Segundo ela, além dessa situação, o hospital próximo geralmente traz pacientes para fazerem caminhadas e descansarem.

A fala da entrevistada pode apontar para a ação da equipe de atividades externas, que tem como objetivo a realização de ações

nos equipamentos em que não tem administração direta da OS. Tais ações são realizadas nos diferentes espaços de tempos em tempos, em sistema de rodízio em todos os equipamentos de esporte e lazer da região de Ermelino Matarazzo.

No entanto, não fica claro se a ação foi realmente realizada por tal equipe ou por outro grupo de pessoas. Tal situação mostra que a comunidade não tem conhecimento efetivo das ações da SEME ou da OS, parceira do órgão público, confundindo a promoção de atividades da Prefeitura com outras atividades que nem se sabe até que ponto a Prefeitura participa da promoção. Assim, se não existe participação da prefeitura ou de sua parceira nesse processo, o poder público deveria estar atento, de modo a haver o incentivo para o incremento dessas atividades, que podem ser caracterizadas como manifestações espontâneas.

Um dos frequentadores da Praça João Amazonas disse que frequenta o local todos os dias, pois vende pipoca no entorno e chegou a sugerir que fosse criada uma administração para cuidar do local. Segundo ele, há vários aspectos que podem ser melhorados, como, por exemplo, o mato que cresceu tanto a ponto de esconder alguns brinquedos das crianças, a falta de iluminação à noite, o que favorece o uso de drogas por parte de alguns frequentadores e, até, um bebedouro construído há muito tempo que, segundo ele, nunca funcionou.

Os bancos usados pelos idosos para jogarem dominó, cartas e conversarem estão em péssimas condições de uso. Muitas mesas com tabuleiros desenhados não possuem assentos. Segundo relatos dos entrevistados, os bancos foram quebrados por alguns frequentadores, simplesmente por puro ato de vandalismo.

Muito mais importante do que simplesmente reformar e oferecer brinquedos e atividades para os frequentadores dos locais é criar mecanismos de participação popular que levem em conta as necessidades e os desejos dos frequentadores, de forma a fazer com que a própria população se envolva com a gestão das praças, a ponto de querer participar do processo de tomada de decisões.

Uma possível alternativa para o desenvolvimento de mecanismos de participação cultural é a metodologia da ação comunitária (REQUIXA, 1973), a partir das discussões relacionadas à perspectiva da animação sociocultural (CARVALHO, 1978; MELO, ALVES JUNIOR, 2003; BERNET, 2001, MARCELLINO, 1986B). Tal

perspectiva poderia ser desenvolvida pela SEME junto às comunidades locais e grupos de interesse, sejam estes ligados às diferentes fases da vida ou atividades específicas realizadas nos locais.

A ação dentro dessa metodologia teria como objetivo central a formação de voluntários multiplicadores da metodologia, responsáveis por realizar as propostas de animação sociocultural, a partir dos desejos e necessidades da comunidade local. Uma vez que esse planejamento seja implantado e desenvolvido em parceria entre a SEME e as comunidades, os próprios moradores se tornariam autônomos, podendo organizar suas atividades e atuando como fiscalizadores da utilização dos espaços, sem depender das ações da prefeitura, que atuaria como grupo assessor no decorrer do tempo (REQUIXA, 1973).

O ponto de partida deve ser realizado pela iniciativa pública, pois, pelo observado, os moradores possuem vontade de participar, porém não sabem como fazer e, em alguns casos, os entrevistados alegaram que já foram à prefeitura reclamar, porém não obtiveram resultado.

Em um dos casos, em uma praça sem denominação, os frequentadores entrevistados disseram que os próprios moradores do local se reúnem e se organizam para cuidar da praça, como limpar e cortar o mato quando necessário, sem esperar uma ação da prefeitura. Alguns usuários também são responsáveis por plantar e cuidar das árvores, ação observada em mais de uma praça.

Em algumas locais observamos o acúmulo de lixo em vários pontos. Isso é um dos problemas que deve ser solucionado não somente pela prefeitura, simplesmente colocando lixeiras, mas a população local também deve se conscientizar e não jogar o lixo em qualquer lugar, além de colaborar na manutenção dos equipamentos colocados nas praças, fiscalizando e evitando o vandalismo. Campanhas educativas da SEME, em parceria com a Secretaria Municipal de Serviços (SES), poderiam ajudar na minimização de tais problemas.

Nas praças analisadas, os principais problemas identificados foram a má iluminação, lixo, usuários de drogas, a falta de segurança, a precária conservação (grama sem cortar, traves de futebol enferrujadas e sem rede), falta de atividades, entre outras questões.

Em todos os espaços analisados, verificou-se que os mesmos atendiam somente a um conteúdo cultural de lazer, com destaque para o físiocoportivo (MARCELLINO, 2000). Apesar da presença de um público variado nos equipamentos, os principais públicos atendidos nas atividades são os adolescentes e jovens do gênero masculino, tendo como principal atividade o futebol em campos de futebol de terra, atividade desenvolvida de forma espontânea.

Não foram identificadas muitas mulheres frequentadoras desses espaços, mas, quando encontradas, eram apenas as que levavam seus filhos para jogar futebol. Dessa forma, notamos a necessidade de pensar não somente na melhoria da infraestrutura, mas também na diversificação de atividades para todas as idades e gêneros (MARCELLINO, 2000).

É importante destacar tais questões, pois, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Via Pública em 2008 e 2009 e utilizada pelo Instituto Social de Esporte e Educação⁷ para justificar sua atuação e sua proposta na região, uma das atividades que as mulheres mais gostariam de realizar no bairro eram as atividades físicas orientadas, visando a saúde e a integração social. A mesma pesquisa mostrou, entre outras questões, que as principais atividades de lazer realizadas pelas mulheres são as caminhadas e pelos homens o futebol, mas os moradores gostariam de uma maior diversificação no leque de vivências de lazer.

A própria pesquisa citada chega às questões aqui apontadas: necessidade de diversificação das vivências de lazer, desenvolvimento de mecanismos de efetiva participação cultural, revitalização dos equipamentos, desenvolvimento de vivências para as diferentes faixas etárias, nos diferentes gêneros, otimização dos equipamentos no que diz respeito à sua utilização na relação semana e finais de semana.

Tais questões permitem apontar que a realidade dos equipamentos de esporte e lazer da região de Ermelino Matarazzo não sofreu grandes transformações de 2009 para 2011. Com exceção dos avanços nos CDCs administrados pela OSs, e mesmo assim com ressalvas que devem ser objeto de análise por parte da SEME, os demais equipamentos, como as praças, ainda refletem os resultados da pesquisa realizada em 2008/2009.

7 Mais detalhes sobre a pesquisa realizada pelo Instituto Via Pública podem ser encontrados em < <http://www.isesporteeduacao.org.br/?q=node/7>>. Acesso em 10/mai/2011.

Dentre as praças estudadas, a Délio de Carvalho apresenta riscos aos jogadores e aos transeuntes, pois o campo localiza-se em local mais alto e não apresenta cercas ou redes ao redor, ocasionando com frequência a queda da bola morro abaixo, trazendo riscos aos veículos e pessoas que passavam pela rua.

Um item relatado pelos frequentadores não só nessa praça, mas também nas demais, é sobre sua má conservação e manutenção do espaço, pois a prefeitura chega a passar mais de cinco meses sem aparar a grama, o que impede a realização de atividades.

Na Praça Délio de Carvalho, encontra-se também um parquinho infantil, que estava encoberto de entulho e lixo. A questão do lixo e entulho encontrado em muitas das praças deve ser pensada de forma mais ampla, pois da mesma forma que há reduzida coleta de lixo no bairro, encontra-se também a falta de consciência e bom senso dos próprios moradores, visto que, em algumas praças, há até placas informativas sobre a proibição do descarte de lixo e de entulho, situação não respeitada.

Nessa mesma praça foi identificado que as crianças que não jogavam futebol estavam brincando nas ruas em frente ao local, pois esta apresentava péssimas condições e muita sujeira. Os moradores informaram que a praça seria transformada em um espaço de repouso para terceira idade ou um espaço de lazer para esse público, mas se mostraram indiferentes quanto ao desenvolvimento desse processo.

Situação semelhante pode ser encontrada na Praça Faustina Marim Cabarell, que também possui um campo de futebol de terra e estava em péssimas condições de uso. Segundo uma moradora da localidade, constantemente havia usuários de drogas e pessoas que estacionavam seus carros na praça para realizar atividades inúmeras, legais e ilegais. Essa praça apresenta grande área verde, na maior parte depredada e poluída, que amedronta as pessoas que passam por ela.

Também a Praça Ary Francisco de Paulo apresentava os mesmos problemas de usuários de drogas, lixo, má iluminação e falta de segurança. A praça apresenta apenas um *playground* infantil pouco frequentado, área verde e possui um restrito espaço físico. As mesas de alvenaria com jogos de tabuleiro estavam depredadas e se transformaram em ponto de encontro de usuários e traficantes de drogas. O lixo se dá devido principalmente pela

ausência de lixeiras na praça. Uma das soluções levantadas pelos moradores do bairro e alguns frequentadores, quanto a essas questões, seriam a maior fiscalização da praça, com policiamento reforçado, iluminação e inserção de lixeiras.

Entretanto, conforme já discutido neste trabalho, entendemos que apenas proibir algumas práticas nem sempre é a solução dos problemas. O tempo de lazer também pode ser um tempo para a vivência de atitudes patológicas que devem ser fiscalizadas e minimizadas com a adoção de medidas não meramente moralistas e punitivas, ocasionando quase sempre o desenvolvimento de políticas de lazer funcionalistas, com um caráter idealista, enquanto válvula de escape dos problemas sociais (MARCELLINO, 2000; STIGGER, 1998).

Ao contrário dessa situação, o lazer, em suas relações com a educação, pode colaborar na minimização de situações como estas, trazendo para as pessoas alternativas de participação popular. No entanto é importante destacar que problemas como o uso de drogas e violência devem ser tratados de forma mais ampla, a partir do desenvolvimento de diferentes políticas sociais em um trabalho interdisciplinar, visto que é um sério problema da sociedade atual.

Outra praça analisada foi a Praça Candido do Nascimento, que possui um campo de malha, um parquinho infantil e mesas para jogos de mesa. Essa praça é muito frequentada por homens adultos e idosos que se reúnem para o jogo de malha. Além dos problemas de iluminação, limpeza, usuários de drogas, o grande problema foi quanto ao campo de malha. Segundo os frequentadores, depois do reparo do campo pela prefeitura, este ficou desregular e difícil de jogar, o que incentivou a redução do número de jogadores.

Segundo eles, antigamente, ocorriam campeonatos de malha e de dominó no espaço, o que não acontece mais, porque piorou a infraestrutura e a manutenção do local. A principal solução buscada por essa comunidade é a reforma do campo de malha. Além disso, o espaço participava de eventos maiores como o Evento Primeiro de Maio, situação que deixou de ocorrer com os problemas relatados. Os frequentadores, segundo eles, já foram à subprefeitura solicitar melhoria do campo e atividades para crianças, sugerindo uma rua de lazer para o local, mas não tive-

ram resultados. Mais um exemplo de iniciativas espontâneas que deveriam ser incentivadas pelo poder público, de modo a colaborar com os processos comunitários e não reforçar os problemas apontados na situação relatada pelos entrevistados.

Uma associação de bairro, localizada próximo à praça, se propôs a administrar o espaço, mas os frequentadores não aceitaram, pois tal associação queria definir as atividades, horários e cobrar mensalidade de R\$ 5,00 reais dos participantes, mas não se propunha a desenvolver uma parceria da associação com os próprios frequentadores.

Os entrevistados comentaram sobre a carência de espaços e atividades para as crianças, visto que a única opção para as crianças é o *playground*, que se encontra depredado, em meio à grama alta e a fraca iluminação. De modo geral, o que foi observado também é que a carência de espaços de lazer do bairro faz as pessoas se deslocarem para outras regiões da cidade em busca de alternativas para a vivência do lazer, sejam nos *shoppings*, parques e outros equipamentos de lazer.

Após as entrevistas, observou-se que uma pergunta poderia ter sido adicionada ao questionário: “Você participaria se houvesse alguma ação para melhoria do espaço?” Embora muitos entrevistados tenham dado ideias e apontado suas insatisfações, poucos se manifestaram ao ponto de querer ir até a prefeitura solicitar essas mudanças ou de querer participar mais ativamente nas decisões referentes ao local.

Assim, destacamos que os equipamentos de lazer da região de Ermelino Matarazzo, em específico as praças, necessitam de reformas e de acompanhamento de profissionais desenvolvendo processos de animação sociocultural o mais rápido possível. Muitas estão em péssimo estado de conservação, o que acarreta não somente a insatisfação dos frequentadores, mas também pode causar problemas de saúde, além da insegurança, pois transitar nesses locais durante a noite pode ser perigoso, com a carência de iluminação e policiamento.

As Ruas de Lazer

Neste subgrupo, foram analisados dezessete equipamentos não específicos de lazer, sendo estes as seguintes ruas de lazer: 1) Acapuzal; 2) Aloísio Barroso Junqueira; 3) André Rodrigues;

4) Conceição dos Ouros; 5) Conceição do Castelo; 6) Cristalândia do Piauí; 7) Dr. João Joaquim Gouveia; 8) Fernão Mendes Pinto; 9) Fortaleza da Conceição; 10) Lagoa da Prata; 11) Lagoa da Anta; 12) Morro do Descanso; 13) Padre Serafim Leite; 14) Tomás de Aquino Pereira; 15) Rua dos Tamarindos; 16) Fritz Johansen; 17) Catamarca.

Os dados coletados na pesquisa de campo apontaram a grande carência de recursos físicos e materiais nos espaços analisados e, também, precária infraestrutura, má conservação, depredação, entre outras questões. Infelizmente, identificamos, a partir de observação participante e de entrevistas com os frequentadores dos espaços e com os profissionais, que estes espaços apresentam um número bem maior de pontos negativos do que pontos positivos a serem descritos.

Além disso, todos os espaços analisados carecem de uma política de animação sociocultural, a partir da atuação de uma equipe de animadores capacitados e atuantes na elaboração e implantação das vivências de lazer (MARCELLINO, 2000; CARVALHO, 1978).

Algumas ruas de lazer, como a Conceição dos Castelos, Cristalândia do Piauí, Dr. João Joaquim Gouveia, Fernão Mendes Pinto, Fortaleza da Conceição, Lagoa da Prata, Lagoa da Anta, Morro do Descanso, Tomás Aquino Pereira, Conceição dos Ouros e Aloísio Barroso Junqueira, apresentavam moradores envolvidos com ações em prol do lazer da comunidade, mas tal situação pode ser visualizada como pontual e restrita a poucas pessoas. Na Rua Padre Serafim Leite, os moradores organizam atividades, principalmente de vôlei e futebol para crianças e adolescentes, na maioria do gênero masculino, mas não recebem auxílio da prefeitura e, assim, os materiais são dos próprios frequentadores ou de clubes e escolas que doaram os materiais usados.

Na Rua Acapuzal, utilizada em conjunto com a Praça Francisca M. Santana, a comunidade realiza eventos esportivos, como uma corrida pelas ruas do bairro e, também, eventos sociais em datas festivas para a comunidade da região, como a Páscoa, datas juninas, Dia das Crianças e Natal, com a colaboração de entidades sociais e da Associação de Comerciantes do bairro que fornecem alimentos e brinquedos de Natal. Além disso, entre todas as ruas de lazer visita-

das, a Acapuzal pode ser apontada como uma exceção entre as ruas de lazer de Ermelino Matarazzo, pois a mesma tem uma programação permanente aos finais de semana e feriados, fruto do intenso trabalho e dedicação das pessoas responsáveis pelo local.

Apesar das inúmeras dificuldades, principalmente com a deficiência em recursos humanos e materiais, a rua consegue, por meio da participação comunitária, minimizar as dificuldades cotidianas e realizar gincanas e atividades esportivas, como futebol, voleibol e basquete para crianças e jovens, atividades para crianças menores na praça ao lado da rua com a utilização dos brinquedos precários do parquinho infantil, além de esporádicas caminhadas pelas ruas do bairro para adultos e pessoas da terceira idade.

Com o novo modelo de gestão dos equipamentos de lazer em Ermelino Matarazzo, o local foi visitado pela equipe de atividades externas do ISEE uma única vez, fato destacado pelos moradores locais, que ressaltaram o distanciamento da prefeitura no apoio às ações, bem como na cessão de recursos materiais.

É interessante destacar que a Rua Acapuzal solicitou a formação da rua de lazer em 1985, situação somente instituída doze anos depois, em 1997, após longo processo burocrático, o que permite apontar que, embora a comunidade busque seus direitos e interesses, a lentidão das políticas públicas muitas vezes pouco colabora para o desenvolvimento comunitário.

Em contrapartida à participação e luta das comunidades para exigir seu direito ao lazer, as entrevistas com moradores das diferentes ruas de lazer apontam que muitos moradores são contra a manutenção dos espaços, pois alegam que são constantes as brigas, com barulho e conflitos entre as crianças, o que afeta a tranquilidade da rua. Tal situação foi observada principalmente na Rua Tomás de Aquino, que ficou desativada por cerca de dez anos e, nesse ano, foi ativada novamente.

A rua de lazer Tomás de Aquino possuía, anos atrás, uma profissional de Educação Física, moradora do bairro, que era estagiária da prefeitura. Esta estagiária realizava atividades de lazer, principalmente com as crianças, e tinha um repertório de atividades esportivas, como futebol e vôlei, e artísticas e manuais, como pintura, desenho, entre outras. Além disso, contava com materiais fornecidos pela prefeitura, situação não mais encontrada no local.

Já a Rua dos Tamarindos está desativada há cerca de cinco anos porque o administrador da rua faleceu e os moradores não tiveram interesse em dar continuidade à rua de lazer. A mesma funcionou por cerca de três anos e surgiu devido ao grande número de crianças na rua, mas gerava muitas brigas e barulho e, assim, segundo relato dos moradores, certa noite as placas foram retiradas sem grandes explicações.

Situação semelhante pode ser encontrada na Rua André Rodrigues, pois em conversa com os moradores, fomos informados que o responsável não residia mais no local e que não orientou nenhum morador para continuar exercendo o direito conquistado da Rua de Lazer. Na local havia certo movimento ocasionado por uma lanchonete, porém, nas três visitas feitas ao local, a rua não estava interditada e não encontramos ninguém realizando atividades, embora placas indicativas informassem o fechamento da rua nos finais de semana e feriados. Outros locais desativados são as ruas Fritz Johansen e Catamarca.

Outro ponto que merece destaque é que, de forma geral, as principais ações realizadas nessas ruas de lazer foram no dia da inauguração desses espaços, uma vez que possuíam materiais, inúmeras atividades para todas as idades, *shows*, apresentações artísticas e profissionais capacitados, mas, após isso, não mais passaram a receber o mesmo apoio público da SEME. Com isso, os representantes da comunidade e moradores do entorno dos espaços administravam os espaços com apoio de representantes do legislativo, organizando eventos ou distribuindo os cavaletes para interdição da rua, com ações meramente políticas, para eleger ou reeleger os candidatos.

Mesmo na Rua Padre Serafim Leite, outro local em que as vivências são mais organizadas, foram relatadas as mesmas situações das outras ruas, o que permite inferir que a Subprefeitura de Ermelino Matarazzo ou a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) têm uma relação distanciada das comunidades locais, com exígua responsabilidade no desenvolvimento autônomo das vivências de lazer, limitando-se a oferecer esporadicamente os materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento das ruas de lazer.

Tal questão aponta para o fato de que a política de lazer nos equipamentos não específicos, com a utilização e adaptação das

ruas para o desenvolvimento das ações ao lazer, não deve se restringir à distribuição de cavaletes para a interdição das ruas, mas possuir uma clara política de intervenção que possibilite entre outras questões o desenvolvimento de uma variada gama de atividades que contemplem os diversos conteúdos culturais de lazer (DUMAZEDIER, 1980a), nos diferentes gêneros de vivência (DUMAZEDIER, 1980b), incentivando as pessoas a terem suas próprias escolhas e, assim, alcançarem os níveis críticos e criativos de participação cultural (MARCELLINO, 2000).

Assim como nas praças com equipamentos esportivos e de lazer, uma das possibilidades para rever o desenvolvimento das ações nas ruas de lazer pode ser a experimentada a partir da metodologia da ação comunitária, que consiste em uma alternativa de ação que busca identificar os interesses da comunidade e envolvê-la na tomada de decisão, quer seja na gestão, quer seja no planejamento da programação das atividades dos espaços de lazer. Entretanto, para isso, é necessário formar e capacitar um quadro de pessoal para pensar em tais questões. Tal método pode servir para suprir as necessidades do Estado e, ainda, buscar uma mobilização popular, principalmente em espaços como ruas de lazer, que já partem do interesse público (REQUIXA, 1973).

De acordo com este autor, a ação comunitária é dividida em três fases: a primeira é chamada de deflagração, caracterizada pela ação sensibilizadora, identificação de problemas e definição dos objetivos da ação, capacitação e desenvolvimento da atividade de impacto; a segunda fase, chamada de período de carência, é a fase em que os resultados serão avaliados, com a própria comunidade desenvolvendo suas ações de forma experimental para que, na terceira fase, chamada de continuidade, as ações, com acompanhamento da equipe de técnicos, possam ser retomadas, num período de sedimentação, em busca da almejada autonomia.

Visto que as ruas de lazer enfrentam o problema de abandono pelo poder público e a população necessita de continuidade em suas ações, a ação comunitária poderia ser entendida como uma excelente alternativa para o desenvolvimento das ações nas diferentes comunidades, de modo a capacitar e formar as pessoas para a sua autonomia em relação ao planejamento, execução e avaliação de suas vivências de lazer.

E as ações realizadas pela equipe de atividades externas das OSs poderiam assumir esse compromisso, transformando gradativamente as características de suas ações, passando da difusão cultural, importante enquanto processo de difusão e conhecimento de novas possibilidades, para a de criação e participação cultural, fundamentais para que as pessoas possam participar efetivamente das decisões locais, com a discussão e resolução de questões pertinentes às localidades, promovendo a inclusão social, o desenvolvimento humano e a cidadania, alcançando, assim, o impacto social esperado nos programas das OSs.

A cidade de São Paulo, segundo a Prefeitura Municipal, possui um total de novecentos e trinta ruas de lazer distribuídas em trinta subprefeituras da cidade. Destas regiões, os bairros com maior número de ruas de lazer são os mais periféricos, principalmente da Zona Leste. Das nove subprefeituras com mais de trinta ruas de lazer, oito estão na Zona Leste. Tal fato pode acontecer visto sua extensão territorial, a carência de equipamentos específicos de lazer que implicaram no surgimento das ruas de lazer e, também, a mobilização popular reivindicando espaços e equipamentos para o lazer⁸. A partir desses dados é possível, ainda, observar que a atuação da Subprefeitura nesses espaços se dá principalmente em eventos esporádicos, com destaque para a Virada Esportiva, que acontece em vários bairros da Zona Leste, e também no evento Primeiro de Maio, realizado em Ermelino Matarazzo.

O evento Primeiro de Maio, em comemoração ao Dia do Trabalhador, é um evento tradicional que conta com a participação dos políticos da capital, como o prefeito, subprefeitos, vereadores e de toda população. Nesta data, acontecem atividades nos diversos equipamentos de lazer do bairro. No ano de 2011, aconteceram atividades esportivas no CDC Ermelino Matarazzo, *Shows* artísticos na Praça Benedito Ramos, Desfile Cívico, entre outras atividades na região⁹.

O curioso é que a Praça Benedito Ramos não possui instalações e infraestrutura para atividades de lazer, pois é apenas um

8 Disponível em < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/ruas_de_lazer/>. Acesso em 10/mai/2011.

9 Disponível em < <http://emjornal.com.br/noticias/?p=5383>>. Acesso em 06/mai/2011.

espaço de passagem. Mesmo constando nos documentos da subprefeitura de Ermelino Matarazzo como equipamento específico de lazer, em contato com moradores do bairro, constatamos que a praça há oito anos possuía uma quadra de futsal e um parquinho para crianças, situação transformada nos dias atuais, pois o local foi totalmente reformado e conta apenas com área verde e uma calçada larga de passagem.

Entretanto, segundo o jornal do bairro, muitos eventos e shows são realizados nessa praça e nas ruas do seu entorno são montadas barracas com atividades de recreação e alimentos e bebidas¹⁰. A praça está em bom estado de conservação e limpeza e, dessa forma, o que se observa é que, embora haja alguns equipamentos específicos de lazer no bairro, estes estão em péssimas condições, o que faz com que eventos de lazer sejam realizados em espaços não específicos, como as ruas e esta praça local.

Tais fatos apontam para as mesmas questões destacadas anteriormente em relação aos CDCs e praças com equipamentos esportivos: a política de lazer da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo necessita ser revista, não se caracterizando apenas como uma política de atividades, com a organização de eventos, mas com o desenvolvimento de outros elementos de uma política de lazer (MARCELLINO, 2001, 2008; REQUIXA, 1980; DUMAZEDIER, 1980b, CAMARGO, 1985), tais como uma efetiva política de animação sociocultural, bem como de espaços e equipamentos, de formação e capacitação de recursos humanos, que sejam capazes de atender a população durante todos os dias da semana.

E essa necessidade é premente devido à infraestrutura ruim, à má conservação e preservação, à falta de profissionais para atuarem no desenvolvimento de atividades junto à população, à violência e falta de segurança, a partir da precária iluminação dos equipamentos, que incentiva o lazer no ambiente doméstico, à precária conservação e higiene dos espaços, fruto de situações que talvez possam ser justificadas pela ausência de uma política de animação sociocultural consistente, ausência reveladora do estado de abandono em que se encontram vários dos equipamentos visitados.

10 Disponível em < <http://emjornal.com.br/noticias/?p=5366>>. Acesso em 06/mai/2011.

Tal situação é reveladora na quase totalidade dos espaços da comunidade na situação atual, como se a precária gestão dos espaços e equipamentos fosse condição de uma região carente como Ermelino Matarazzo, gestão essa que tem equivocada atuação por parte do poder público, quanto à sua importância para a qualidade de vida e cidadania da população.

Os Campos de Rodízio.

Neste subgrupo, foram analisados quatro equipamentos de lazer, sendo estes: 1) Campo Pérola Verde; 2) Campo Jardim Cotinha; 3) Campo Jardim Verônia; 4) Cancha de Bocha Boturussú.

Em linhas gerais, as observações e entrevistas realizadas nos locais constatarem inúmeros problemas e dificuldades para a realização das atividades e a manutenção dos locais, tal como nos equipamentos anteriores, exceção da Cancha de Bocha Boturussú, uma vez que são as próprias comunidades locais que administram os espaços, sem qualquer apoio mais efetivo na Subprefeitura de Ermelino Matarazzo.

Um dos primeiros campos de rodízio visitado foi o Campo Pérola Verde, que estava desativado. Em conversa informal com alguns moradores, foram levantadas as seguintes informações: como o espaço está desativado/sem uso, a população utiliza o local para o descarte de lixo, uso de drogas e para ensinar as pessoas a dirigirem carros e motos. O espaço está nessa situação há mais ou menos dois anos, e a cerca de um ano a área foi aterrada, devido a um deslizamento de terra atrás de um dos gols, com a promessa de retomada do espaço, situação ainda não realizada e sem previsão de acontecer. No dia anterior à visita, o local foi limpo pela prefeitura, que tirou fotos do local.

Os responsáveis pelo local seriam moradores de uma comunidade carente ao lado do local e o time de futebol que utilizava o espaço era o Esporte Futebol Clube. Perguntados sobre o local de residência dos responsáveis, os moradores que deram as informações nos desencorajaram a ir conversar com os responsáveis pelo campo devido ao histórico de violência do local. Outra moradora ressaltou que no local do campo deveriam ser construídas casas populares, já que o espaço estava abandonado.

Já o Campo do Jardim Cotinha possui dois vestiários e uma sede social da Associação dos Moradores do Jardim Cotinha. Há

muito lixo espalhado pelo campo e tais condições levaram os responsáveis a cancelar a realização das atividades, por cerca de dois meses, para que os praticantes não tivessem riscos. Atrás de um dos gols e ao lado de um dos vestiários (em estado de abandono) são encontradas algumas mesas e bancos de alvenaria.

O espaço existe há aproximadamente sessenta anos e a comunidade local cresceu ao seu redor campo, situação semelhante em todos os locais visitados, com o espaço das atividades encurralado pela proximidade das casas.

Observamos, durante as três visitas realizadas, que o campo não estava apto para prática do futebol, uma vez que o gramado encontrava-se alto, com as grades que dividiam o campo das residências vizinhas enferrujadas, além da falta de iluminação, vestiários precários e o alto muro de contenção do campo, onde se localizavam os espectadores e que fazia divisão com a rua lateral, apresentava profundas rachaduras, colocando em risco a presença das pessoas.

Dados das entrevistas com moradores do entorno do local apontam que o espaço é utilizado para consumo de drogas em qualquer horário durante a semana, quando não há atividades. Além disso, o espaço fica próximo de uma grande avenida, ponto de prostituição GLS, com o campo sendo utilizado a partir das 19 horas para a realização dos programas marcados na avenida ao lado. No local encontramos diversas camisinhas descartadas, o que comprova a informação mencionada.

Outra questão preocupante encontrada na primeira visita realizada foi o fato de um morador sem teto utilizar um dos vestiários como moradia local, situação autorizada pelos responsáveis do campo durante o período que o espaço ficou sem a realização de jogos. Em uma segunda visita, tal situação já tinha sido resolvida com a retirada do morador, pois, segundo os responsáveis, o mesmo não colaborava com a limpeza local.

Tal situação é emblemática na região, pois, segundo um dos responsáveis, muitas foram as vezes que grupos de moradores sem teto da zona leste de São Paulo ameaçaram invadir o espaço para a construção de casas populares. Após ver a comunidade crescer ao redor, com as casas quase disputando espaço com o campo, a preocupação agora é ver o espaço desaparecer, privilegiando outras necessidades ditas “mais sérias” em detrimento do lazer.

E tais preocupações têm seus motivos, pois em conversas com os moradores constatamos que apesar das dificuldades, o local era visto como importante espaço de sociabilidade, uma vez que próximo da comunidade o campo seria o único local onde as crianças e adultos poderiam usufruir durante o dia para a vivência do lazer e, assim, desenvolverem atividades importantes para a formação pessoal e social. Vários foram os discursos sobre a importância do esporte e lazer como fator de desenvolvimento social, além de ajudar a eliminar possibilidades do envolvimento com drogas, embora em dos dias visitados observamos um grupo de usuários de droga no local.

Já como pontos negativos foram destacados o abandono e cuidado por parte da subprefeitura em relação ao necessário apoio financeiro, material e humano para a realização das atividades. Além disso, as entrevistas ressaltaram que vereadores, em época de eleição, realizavam comícios e prometendo materiais esportivos e o conserto do campo em troca de voto. Em um de seus vestiários observamos uma grade de proteção cedida por um vereador da região.

Sem a ajuda da Subprefeitura a gestão do espaço, com a manutenção da infraestrutura física e material do equipamento, é garantida pelos próprios jogadores e pela renda arrecada pelo bar mantido ao lado do campo. É importante destacar que esse bar foi criado especificamente com a finalidade de arrecadar renda para a manutenção do campo e o mesmo não abre durante a semana, só funcionando durante as partidas realizadas no local.

Apesar de não contar com profissionais de competência geral e específica no espaço, anteriormente era realizada uma escolinha de futebol para as crianças entre oito e dezesseis anos, situação não mais encontrada devido à escassez de recursos financeiros e materiais, com o local sediando somente jogos nos finais de semanas na categoria adulta, masculina, no período das 09h às 16h. Atualmente o espaço é utilizado pelo time de futebol Esporte Futebol Clube, com participantes com idade acima de 45 anos.

Um dos entrevistados sugeriu como melhora do local o desenvolvimento de alguma atividade que atraísse as mulheres tendo o mesmo ressaltado a existência da Associação dos Moradores do Jardim Cotinha, que, embora tenha dado como inativa, na realidade desenvolve

algumas atividades assistenciais, com muitas dificuldades e, segundo esse morador, poderia desenvolver tal atividade com as mulheres.

O terceiro campo de rodízio visitado foi o Campo do Jardim Verônia, também em atividade há aproximadamente sessenta anos. Localizado em área ao lado de diversas residências populares, possui um campo de terra batida, com o terreno irregular, além de em muitos lugares haver pedras, poças d'água e aclives.

O espaço é cercado de alambrados, tem uma sede social, com vestiários ao lado do campo e é mantido pelos moradores da região. No dia da primeira visita, a prefeitura fazia um mutirão, com a limpeza e a manutenção do local, pois, no dia seguinte, às 14 horas, haveria uma partida de futebol com a presença de jogadores veteranos de clubes profissionais de São Paulo e a presença da Televisão Cultura para transmitir a festividade.

As atividades realizadas no local cotidianamente são os jogos aos sábados, domingos e feriados, na parte da manhã e da tarde, com os times Colorado, Só Alegria e 1º de Maio, atividades para jovens e adultos na faixa de 18 a 45 anos, e as escolinhas de futebol durante a semana para crianças de 8 a 16 anos.

O público atendido nas escolinhas é de cerca de cento e dez crianças, majoritariamente masculino, pois deste total são apenas oito meninas. O espaço funciona aos finais de semana e feriados na parte da manhã e da tarde, das 8h às 17h e durante a semana na segunda, quarta e sexta-feira das 8h às 10h e das 14h às 16h.

Outra questão observada é que o local tem potencial para a realização de outras atividades, porém necessitaria de adaptações, tanto para a prática, quanto para o convívio e assistência das atividades realizadas.

A falta de opção de lazer na região e a restrição das atividades ao futebol foram destacadas por uma moradora entrevistada. Residindo ao lado do campo há dois anos, ela comentou a existência apenas do futebol no local e sugeriu que deveria haver mais atividades para os moradores, como caminhadas, ginásticas e a construção de uma quadra poliesportiva para unir mais a comunidade, além de promover a saúde.

As entrevistas com os moradores mostram que a comunidade local tem participação efetiva nos jogos realizados, como espectadores. Segundo um morador que aprecia os jogos nos

finais de semanas há mais de quarenta anos, o campo deveria passar por melhorias, pois há falta de iluminação durante a noite, situação que poderia aumentar o número de jogos e espectadores no local. Ressaltou, ainda, a passagem de geração em geração na vivência das atividades, uma vez que, após utilizar o espaço para a prática do futebol, hoje frequenta o local para assistir o sobrinho e amigos que participam do time local.

Em relação às condições de conservação, é notório que o espaço necessita de reformas em todas as suas dependências (campo, sede social, vestiários, alambrados), além da necessidade de aquisição de novos materiais, pois não dispõe de equipamentos em boas condições de uso para dar prosseguimento às atividades, principalmente nas escolinhas.

Tais condições acabam por expor praticantes, espectadores e transeuntes a diversos riscos com o desenvolvimento das atividades. Para os praticantes o risco maior está nos alambrados e na mureta divisória entre o campo e as casas, locais muito próximos ao campo e em mau estado de conservação, podendo ocasionar o choque e o risco de graves contusões. Embora não haja risco iminente aos espectadores, o local carece de melhor estrutura para receber e acolher as pessoas que querem assistir aos jogos, uma vez que a vivência da atividade somente pode ser realizada atrás de um dos gols e em um dos lados do campo, junto às casas, espaço estreito e comumente alagado.

Já, para os transeuntes, o risco é grande devido à proximidade do campo com as casas da região, embora o alambrado minimize a questão. A possibilidade das pessoas e suas casas receberem impactos decorrentes dos jogos é grande, situação que somente poderia ser resolvida com a retirada das casas próximas ao local, situação impensável, ou com a colocação de uma estrutura de proteção mais efetiva no campo.

Em relação ao desenvolvimento das atividades fica claro que a ação no local é espontânea, desenvolvida pela comunidade local, sem a interferência ou incentivo da subprefeitura de Ermelino Matarazzo. Segundo os responsáveis, somente muito de vez em quando a subprefeitura vai até o local, como o relatado anteriormente na situação em que a televisão estaria presente. Outra situação constantemente citada nas entrevistas foi a ajuda de um vereador local para a realização das atividades, situação marcada

pela cessão de materiais esportivos em determinadas épocas do ano e em troca de apoio nos períodos eleitorais.

Assim, a gestão do espaço é realizada pela comunidade local, de forma amadora, sem conhecimentos mais profundos da questão, nem recursos (financeiros, humanos e materiais) adequados para tal função. Não são encontrados nenhum tipo de profissionais com competência geral ou específica, possuindo apenas três voluntários que são os responsáveis por desenvolver a difusão de atividades físico esportivas, que é o futebol.

Ao contrário dessa situação seria interessante e necessária a atuação de todos os tipos de profissionais, bem como estagiários para, em conjunto com os voluntários, desenvolverem processos de criação e participação cultural, ampliando as ações de difusão já realizadas pela comunidade. Aqui caberia à SEME, por intermédio da supervisão de esporte e lazer de Ermelino Matarazzo, o apoio e o incentivo para que tal situação de fato acontecesse.

Por fim, visitamos a Cancha de Bocha Boturussú, espaço mantido pela Sociedade Avançada Boturussú de Ermelino Matarazzo (SABEM), entidade fundada em 05/07/1961.

Diferentemente dos demais locais, a cancha de bocha tem bom estado de conservação, pois é mantida com recursos dos associados que pagam mensalidade e podem usufruir das diferentes atividades ofertadas pelo local, tais como as mesas de carteadado, a cancha de bocha, bilhar e a área para churrasco. Possui também um bar, arrendado a terceiros, que contribui para a arrecadação de fundos na manutenção do espaço. Apesar da área da cancha ser um espaço municipal, vinculado à Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, a administração municipal não tem qualquer relação ou responsabilidade com a gestão do equipamento ou com as ações desenvolvidas no local.

Devido às suas características de gestão, a cancha de bocha é um espaço voltado para os associados da SABEM, mas o local é aberto para todos da comunidade que queiram assistir aos jogos.

O público atendido é majoritariamente adulto e da terceira idade, com idade a partir dos 50 anos e masculino. Funciona diariamente das 13h às 22h, com maior presença de pessoas quando ocorrem as partidas da Liga de Bocha da Zona Leste, competição que a equipe local disputa na região.

Assim como nos equipamentos anteriormente analisados, os dados coletados nos campos de rodízio apontam para a necessidade da política de lazer da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo ser revista em relação às especificidades, necessidades e interesses das comunidades vinculadas a esses equipamentos de lazer. É fundamental que a administração pública procure estreitar mais enfaticamente os laços com as comunidades dos espaços aqui analisados. As condições verificadas, neste momento, apontam para um estado de completo abandono, sem que os responsáveis tenham apoio efetivo para o desenvolvimento do esporte e lazer nos locais.

Ao contrário de um efetivo apoio, o que tem prevalecido, segundo as entrevistas realizadas, é a troca de favores em determinados períodos do ano, seja por parte da administração municipal, seja por parte de vereadores locais, sem que tais situações melhorem efetivamente as condições dos espaços.

A política de esporte e lazer para a região deve ser revista com o efetivo desenvolvimento de vários elementos de uma política de lazer (MARCELLINO, 2001, 2008; REQUIXA, 1980; DUMAZEDIER, 1980b, CAMARGO, 1985; CARVALHO, 1978), como uma política de animação sociocultural, articulada a uma política de atividades, de espaços e equipamentos, de formação e capacitação de profissionais e de mobilização e participação cultural que seja capaz de atender a população em seus desejos e necessidades na referida área.

De forma geral, os dados coletados na pesquisa de campo por meio da observação participante e das entrevistas com profissionais e frequentadores dos espaços, apesar de alguns avanços em relação à forma de gestão dos CDCs por meio da parceria com as OSs, estão longe dos apontamentos realizados por Pinto et al. (2011) em relação ao reconhecimento do lazer enquanto direito social efetivamente usufruído pelas diferentes comunidades, a partir da modernização da gestão das políticas de lazer, com o desenvolvimento de novas tecnologias de ação de caráter coletivo no trato dos problemas diagnosticados, bem como da ampliação do diálogo entre os diferentes setores do poder público e da sociedade civil envolvidos com a temática.

Para os autores acima, vários são os fatores que limitam a baixa participação em atividades de lazer, discussão já apontada

por Marcellino (2006) em relação às barreiras para o lazer, tanto de caráter particular, quanto coletivo. Questões como a falta de segurança, de tempo para o desenvolvimento das atividades, de dificuldades de organização social, de recursos financeiros, de problemas relacionados aos espaços e equipamentos e, principalmente, de problemas relacionados ao quadro reduzido de recursos humanos, bem como à formação e qualificação dos responsáveis pela gestão das políticas de esporte e lazer foram uma constante nos equipamentos pesquisados.

Assim, há muito a ser feito, discutido, experimentado em relação à política de esporte e lazer da SEME, na Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, em busca da construção da efetiva cidadania, por meio da participação cultural nas vivências de lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais do que esgotar o assunto, as reflexões aqui realizadas têm como objetivo ampliar a discussão relacionada à gestão dos equipamentos de esporte e lazer na região de Ermelino Matarazzo, uma vez que o estudo pode suscitar a realização de novos trabalhos, a partir de diferentes abordagens, de modo a colaborar para o enriquecimento das reflexões relacionadas ao estudo do lazer e, em especial, às discussões relacionadas às políticas públicas e privadas, em suas diferentes relações com o cotidiano.

Outra situação que entendemos como importante é que estas reflexões dizem respeito a uma determinada leitura da realidade, neste caso, a realizada por meio da inserção do grupo de pesquisadores nos equipamentos de esporte e lazer da região, o que possibilita visualizar a existência de outras análises, com base em outras leituras da realidade, sejam estas diferentes ou complementares às reflexões realizadas neste estudo.

Assim, as ideias e conceitos aqui apresentados foram desenvolvidos a partir do cotejo das discussões efetuadas no trabalho, embasados no levantamento dos textos selecionados na pesquisa bibliográfica e no material coletado na pesquisa de campo, procurando entender como se dá o planejamento das ações, a administração dos espaços e equipamentos, bem como a utilização por parte da comunidade desses diferentes locais, em sua relação com os profissionais que atuam nos espaços, ou seja, o trabalho procurou diagnosticar como são geridos os equipamentos de esporte e lazer da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, em suas diferentes relações com os elementos de uma política de lazer, com o posterior apontamento de possíveis sugestões que podem agregar valor ao desenvolvimento das políticas da SEME.

Além disso, a partir da análise de situação na região de Ermelino Matarazzo e do desenvolvimento de sugestões, em especial relação com os valores expressos no Sistema Nacional de Esporte e Lazer, o estudo tem como desafio desenvolver, em conjunto com a população ouvida e com a Administração Municipal, novos passos a serem realizados na região, que possam colaborar com a solução dos problemas. Tal desafio é fruto dos

procedimentos metodológicos do trabalho, realizado por meio da pesquisa participante, na linha da pesquisa-ação.

Conforme apontado anteriormente, duas fases dessa metodologia – análise crítica dos problemas e programação e aplicação de um plano de ação com vistas a contribuir para a solução dos problemas encontrados – ficam na dependência da inserção dos pesquisadores nos grupos pesquisados, com a entrega e discussão do estudo em questão. Os resultados finais ficarão à disposição das autoridades do executivo municipal, que tomará a decisão política de executar ou não as sugestões apontadas, mas a população, também de posse desses instrumentos, poderá ou não funcionar como grupo de pressão, de acordo com seus interesses. Tal questão aponta para o fato de que pretendemos que as políticas de lazer a serem implantadas a partir desse projeto atinjam a população no seu todo, mas isso dependerá da vontade política da Administração, fato que não está sob nosso controle.

Outra questão muito importante de ser destacada é que os resultados da pesquisa colaborarão para a reflexão e posicionamento de qual pode ser o papel da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo, com seus diferentes cursos relacionados à área do esporte e do lazer, tais como Lazer e Turismo, Ciências da Atividade Física e Gestão de Políticas Públicas, em relação à Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, no desenvolvimento de possíveis parcerias que possam repensar as ações ligadas à área.

Nesse sentido, no que diz respeito à forma como se processa o planejamento e a administração dos diferentes espaços e equipamento de lazer de Ermelino Matarazzo, podemos apontar a presença de três tipos diferentes de gestão dos espaços. A primeira, mais comumente encontrada em alguns CDCs, campos de rodízio e ruas de lazer, é a realizada pelas entidades e representantes das comunidades locais, de forma autônoma, sem a intervenção ou colaboração mais efetiva da administração municipal. A segunda é a realizada por meio da parceria das Organizações Sociais com a administração municipal, caso de quatro CDCs, onde a administração foi repassada a essas entidades, a partir de novo modelo de gestão da SEME, que, por contrato, deve acompanhar e fiscalizar as ações realizadas nos equipamentos. Já

a terceira forma é caracterizada pela gestão da SEME, ou deveria ter essa característica, uma vez que a administração dos espaços é esporádica, ausente em sua quase totalidade, afastada das comunidades locais, como o caso das praças com equipamentos de esporte e lazer. Em todas estas formas de gestão aspectos positivos e, principalmente, negativos podem ser visualizados.

Em relação à primeira forma de gestão encontrada, podemos apontar que a distância da SEME nas ações realizadas pelas entidades locais ou pelos responsáveis dos equipamentos de esporte e lazer, embora garanta a autonomia para as comunidades, traz uma série de problemas, com consequências desastrosas para as ações cotidianas, uma vez que há grande precariedade em relação aos recursos físicos, materiais e humanos, advinda da falta de recursos econômicos para respaldar a compra de materiais, bem como a manutenção do espaço e dos recursos humanos.

Tais dificuldades encontradas têm relação direta com as ações específicas desenvolvidas para as comunidades locais. De forma geral, o conteúdo físico esportivo predomina nos equipamentos, porém, em termos de opções, pouco pode ser observado, uma vez que o futebol, na quase totalidade dos espaços visitados, é a única possibilidade de lazer.

Os dados coletados, em grande parte das entrevistas com os profissionais ou responsáveis dos CDCs e campos de rodízio, apontam informações de que o processo de planejamento das atividades baseia-se em ações de escolinhas de futebol que mantêm atividades de treinamento esportivo, com dias e horários específicos, bem como vagas limitadas para a participação das pessoas, situação bem diferente da perspectiva da animação sociocultural desenvolvida no tempo de lazer das pessoas, com determinadas características de atitude, como prazer e liberdade de escolha, planejada por um grupo de profissionais com formação específica em áreas relacionadas à temática do lazer, que tem como objetivo a formação cidadã dos participantes, com o desenvolvimento pessoal e social, por meio da autonomia.

Nas ruas de lazer, sem contar o fato de que quatro delas estavam desativadas, o que mais presenciamos foi o simples fechamento do espaço aos finais de semana, com quase inexistência de

atividades, uma vez que o desenvolvimento destas depende, em grande parte, da espontaneidade das pessoas.

Poucos são os locais que diferem das questões apontadas. Os que escaparam desta perspectiva restrita de lazer foram fruto do exclusivo empenho pessoal dos responsáveis locais, como por exemplo, a rua de lazer Acapuzal, local que tem como, responsável uma senhora que é líder comunitária, extremamente envolvida com as questões do bairro e sempre presente em busca de alternativas que possam agregar esforços ao desenvolvimento das ações.

Assim, apontamos, em relação a essas questões, a necessidade da política de lazer destes equipamentos ser planejada a partir do entendimento amplo do lazer, o que requer a diversificação das vivências, ação articulada com outras políticas na área, como a necessidade de formação e capacitação dos profissionais ou voluntários que atuam nos equipamentos analisados. Tais dados remetem para as discussões realizadas por diferentes estudiosos ligados ao lazer que apontam a importância das pessoas terem contato com diferentes experiências, de modo a formarem um repertório de vivências que garanta um desenvolvimento pessoal e social, por meio da participação crítica e criativa.

No entanto, somente visualizamos a efetiva mudança da situação com a presença direta da SEME nesse processo, garantindo que a gestão dos equipamentos seja objeto central de preocupação, se a administração pública se colocar com um dos atores centrais nesse processo, administração que deve ser realizada junto com as comunidades do entorno dos espaços.

Outros problemas foram observados, como a inexpressiva participação feminina, a violência ocasionada pela precariedade das políticas sociais, a presença constante de usuários de drogas nos equipamentos, quer seja durante o dia ou à noite, a utilização de pelo menos um dos equipamentos para prostituição, as péssimas condições encontradas nos espaços, como o lixo distribuído no entorno dos principais equipamentos, campos e quadras mal planejadas, banheiros e vestiários em péssima condição, falta de água potável e de bebedouros, entre outras questões.

Sobre essa questão, é importante de ser destacada a inexpressiva participação comunitária no planejamento, execução e avaliação das ações nos equipamentos, de modo a participar mais

efetivamente da realidade local. Embora autônomas na gestão dos equipamentos, entidades e responsáveis nem sempre levam em consideração a participação mais ampla da comunidade para definir a tomada de decisão. E isso pode ser explicado por posições extremamente autoritárias, de caráter político, com a presença de grupos que detêm o poder e se perpetuam em cargos diretivos, ou pela dificuldade de participação das pessoas, devido à falta de tempo, à pouca valorização dos espaços enquanto possibilidade de efetiva participação social ou, ainda, pela falta de conhecimento específico dos gestores e da comunidade que garanta a implantação de ações com essa característica.

No entanto, é necessário destacar que a comunidade reconhece a importância dos equipamentos de lazer da região de Ermelino Matarazzo, uma vez que estes são uma das poucas possibilidades locais para a vivência do lazer, enquanto momento de sociabilidade e, por isso, em vários dos espaços a mesma anseia pelo estabelecimento de processos participativos mais amplos, além de apontarem nas entrevistas que o pouco realizado é muito aos olhos da comunidade, revelando preocupação com possíveis críticas que poderiam levar à descontinuidade do trabalho nos equipamentos. Situações que justificam, mais uma vez, a necessidade da SEME rever sua participação junto à gestão dos equipamentos de esporte lazer da região.

Detentora de um saber-fazer específico relacionado à temática da gestão do esporte e lazer, a SEME precisa ter como meta o desenvolvimento de ações que ultrapassem a difusão cultural, privilegiando o processo de criação e participação cultural, com a formação de comunidades efetivamente autônomas, detentoras de novos mecanismos de gestão, a partir de sua supervisão e acompanhamento direto, quando não por meio de gestão direta da administração municipal, bem como com a valorização das ações espontâneas das comunidades, o conhecimento das potencialidades, desejos e necessidades locais, a identificação de grupos de interesse específicos e a parceria com grupos populares e instituições ligadas ao fazer cultural.

Ao contrário da situação colocada, o que observamos é que os responsáveis por vários equipamentos não visualizam a SEME ou mesmo as OSs como parceiras, mas como instituições exter-

nas que intervêm na autonomia das comunidades, restringindo suas possibilidades de ações.

Exemplos interessantes das questões colocadas acima podem ser encontrados nos próprios equipamentos da SEME que foram objeto de parceria com as Organizações Sociais, espaços que estão com visíveis reformulações nas atividades, recursos humanos e em suas estruturas físicas.

Com métodos similares de ação, os CDCs administrados dentro dessa parceria, são divididos em núcleos de atuação e, em cada um desses núcleos, pode-se destacar, apesar de alguns limites, elementos relacionados aos pilares de um ideal político de formação e desenvolvimento de quadros, de mobilização, participação cultural e de espaços e equipamentos.

Além disso, em termos de programação, os locais têm atividades em praticamente todos os horários, com diferentes modalidades esportivas para todas as idades e gêneros. Observamos também que a participação comunitária nesses equipamentos é mais efetiva por meio de reuniões do Conselho de Usuários local.

Seria esse, então, o caminho a ser desenvolvido pela SEME com todos os equipamentos de esporte e lazer da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, ou mesmo da cidade de São Paulo? Não nos colocamos de acordo com esta perspectiva. Entendemos que esta questão deve ser tratada com muito cuidado, após extensivo processo de discussão e avaliação, tanto com as OSs envolvidas, quanto com as comunidades atendidas, quer seja para ampliar as parcerias, ou para renovar os contratos já estabelecidos.

Para nós, a busca por parceiros que colaborem no desenvolvimento das políticas de esporte e lazer deve ser um dos mecanismos de ação, com importantes reflexos no cotidiano das comunidades, mas não pode ser a única possibilidade, muitas vezes visualizada a partir de vários problemas estruturais da administração pública, acumulados após décadas de atuação na área, como o número restrito de recursos humanos disponíveis para a implementação das políticas, além do despreparo de grande parte destes profissionais.

Entendemos, portanto, que a administração municipal não deve abrir mão de seu papel enquanto poder público responsável em planejar, executar e avaliar as diferentes políticas sociais, como

a de esporte e lazer. A gestão dos equipamentos, quer seja de forma direta ou indireta, não pode prescindir da presença efetiva da SEME. Assim, nas parcerias com as OSs, a SEME deve discutir amplamente com a organização social que tipo de política de esporte e lazer deve ser desenvolvido na cidade, a partir de suas diretrizes para a área. Mais do que isso, deve avaliar periodicamente e, em *loca*, como as ações realmente são realizadas, de forma a exigir, se for o caso, a mudança de rumo na execução das ações.

Os dados coletados nos CDCs, com a nova forma de gestão, apontam para a necessidade de se rever os rumos de algumas questões, contrárias, inclusive ao que apontam os documentos de gestão das OSs.

Em um dos espaços analisados, o futebol, ainda, é a única atividade desenvolvida por meio de escolinha de esporte, com a maioria das atividades elaboradas dentro dos patamares da difusão cultural, situada na continuidade de atividades físicas dirigidas pela orientação de um professor, situação embasada no que aponta o Decreto nº 48.392 que instituiu o Programa Clube Escola na cidade de São Paulo, mas que deveria ser ampliada conforme discutimos em vários momentos do trabalho.

Outro equipamento analisado vive em situação híbrida entre a administração da OSs e a administração por meio da comunidade local. Tal fato coloca em questão no mesmo equipamento a presença de dois públicos distintos, com deveres e direitos diferentes, revelando vários privilégios para uma parte da comunidade, em detrimento de outra parcela, como a qualidade e o tipo de serviço oferecido no local, uma vez que os profissionais que atuam nas duas realidades têm formação e experiência na área distintas.

Assim, embora reconheçamos os avanços apontados pelo novo modelo de Gestão da SEME em relação ao processo de parcerias com as Organizações Sociais em Ermelino Matarazzo, entendemos que, nos quatro CDCs vinculados ao contrato, análises mais profundas e detalhadas devem ser realizadas em relação à situação em que se encontram o desenvolvimento da política, em suas articulações com a Educação, Saúde e Assistência Social, verificando eventuais questões que apontem para processos contrários aos da gestão democratizadora do esporte e lazer e das demais áreas.

Por fim, situação semelhante à dos equipamentos geridos pela comunidade ou pelos responsáveis pode ser encontrada na gestão das praças com equipamentos esportivos e de lazer, espaços que deveriam ser de responsabilidade direta da SEME, mas que estão, em quase sua totalidade, completamente abandonados, tanto em relação à infraestrutura, sem conservação e manutenção dos materiais e espaços disponibilizados, como brinquedos, minicampos e quadras, quanto no desenvolvimento de políticas de animação sociocultural, processo fundamental, conforme visto, para dar “ânimo”, dar vida aos equipamentos.

Para minimizar a ocorrência desta última questão, problema crônico observado em praticamente todos os locais visitados devido a vários fatores como a falta de recursos humanos devidamente capacitados, sugerimos que a administração municipal desenvolva em suas ações programas e projetos não apenas de difusão cultural, importantes enquanto carreadoras de diferentes possibilidades ligadas à área do lazer, mas também de criação e participação cultural, para que as pessoas possam participar efetivamente das decisões, promovendo a inclusão social, o desenvolvimento humano e a cidadania.

Uma alternativa de ação dentro desta perspectiva pode ser experimentada a partir da metodologia da ação comunitária, que busca identificar os interesses da comunidade e envolvê-la na tomada de decisão em todo o processo de planejamento, execução e avaliação, formando multiplicadores da metodologia capazes de desenvolver de forma autônoma suas ações na área, necessitando, se for o caso, da supervisão técnica de tempos em tempos.

Tais programas poderiam ser desenvolvidos pela SEME e pela equipe de atividades externas das OSs de forma gradativa, com processos de ação comunitária em diferentes equipamentos da região de Ermelino Matarazzo, como nos CDCs, Ruas de Lazer, Campos de Rodízio e Praças com Equipamentos Esportivos e de Lazer, a partir do interesse comunitário em desenvolver ações relacionadas aos valores expressos pela metodologia em questão. Mais do que repassar a gestão dos equipamentos para as OSs e exigir por contrato o desenvolvimento de ações vinculadas às comunidades, a sugestão é que essa forma de gestão, ou outras com características semelhantes, seja assumida enquanto diretriz pela própria SEME, a partir das

riquezas que podem ser geradas pelo trabalho coletivo, socializando experiências, conhecimentos, conquistas, a partir dos avanços e limites próprios de toda ação humana.

Assim, conforme famosa música brasileira, “[...] se muito vale o já feito, mais o vale o que virá e o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir [...]”¹.

Acreditamos nas mudanças para melhor e esperamos que estas venham embaladas pela troca de experiência, pela vivência coletiva, em busca de espaços sociais mais justos e para todos.

1 Para a letra completa da canção, consultar: Milton Nascimento e Fernando Brandt. O Que Foi Feito Deverá. In: Clube da Esquina 2, EMI Music, São Paulo, v. 01, faixa 8, p1995, 2 Cds.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. GUTIERREZ, G. L. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. Campinas: Conexões, v. 2, n.1, 2004.

AYOUB, E. Interesses físicos no lazer como área de intervenção profissional. 1993. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

BACAL, S. Lazer e o universo dos possíveis. 2 ed., São Paulo: Aleph, 2003.

BOTERF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) Repensando a pesquisa participante, 2ª. ed., São Paulo, Brasiliense, 1985, p.51-81.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Sao_paulo.pdf>. Acesso em: 10 março 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo 2010 - Cidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=355030>>. Acesso em: 10 março 2011.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (Org.). Retrato da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.175-214.

BRUHNS, Heloísa T. A proposta “carente” de lazer x o espaço de lazer dos “carentes”. Revista RBCE, vol.11, nº 3, 1990.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. 5ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BURGARELLI, R. Nos bairros - dormitório, uma viagem até o serviço. *Jornal Estado de São Paulo*. 25 de janeiro de 2011. Disponível em <http://www.estadao.com.br/estadao hoje/20110125/not_imp670753,0.php>. Acesso em: 23 abril 2011.

BURGOS, R. Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico, 2008, 357f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032010-110647/pt-br.php>>. Acesso em: 20 fevereiro 2011.

CAMARGO, L. O. L. Educação para o lazer. São Paulo: Moderna, 1998.

CAMARGO, L. O. L.. O que é lazer? 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

CAMARGO, L. O. L. Política de lazer. In: Estudos do lazer. São Paulo: SESC, nº 1, p. 03-07, 1985.

CAMARGO, L. O. L. Recreação pública. Cadernos de Lazer, 4, São Paulo: SESC, p. 29-36, 1979.

CARRARA, K. Psicologia e a construção da cidadania. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 16, p.12-17, 1996.

CARVALHO, J. M. de. Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil, Fondo de Cultura Económica, México, 1995.

CARVALHO, A. M. de. Cultura física e desenvolvimento. Lisboa: Compendium, 1978.

CHAUI, M. S.. Introdução a Paul Lafargue. In: LAFARGUE, P. Direito à preguiça. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 7-56.

CHAUI, M. S. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*. [online]. 1995, vol.9, n.23, pp. 71-84. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em: 13 outubro 2010.

CHAUÍ, M. S. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte

do educador. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) O educador: vida e morte. 9 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989a, pp. 51-70.

CHAUÍ, M. S. Cultuar ou cultivar. Teoria e Debate. n° 8, p. 50-56, out./nov./dez, 1989b.

COELHO NETO, J. T. Usos da cultura: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CRUZ, M. L. M. Políticas públicas de lazer. Portal de Periódicos UDESC. Pelotas, 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1310/1121>>. Acesso em: 13 Agosto 2010.

DEMO, P. Pobreza política. 5° ed., Campinas: Autores Associados, 1996.

DEMO, P. Política social, educação e cidadania. Campinas: Papirus, 1994.

DESAULNIERS, J. B. R. Formação, competência e cidadania. In: Educação & Sociedade, ano XVIII, n° 60, dezembro/1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v18n60/v18n60a3.pdf>>. Acesso em: 02 janeiro 2011.

DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. 3° ed. São Paulo: Perspectiva: 2000.

DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1980a.

DUMAZEDIER, J. Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão. São Paulo: SESC, 1980b.

ELIAS, N. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FERNANDES, A. S. A. Políticas públicas: definição evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, H. e MARTINS JUNIOR, J. P. (orgs). Introdução à política brasileira. São Paulo: Paulus. 2007.

FERNANDES, F. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. São Paulo: Anhambi, 1961.

FRANCESCHI NETO, M. Lazer: opção pessoal. Brasília: Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação do GDF, 1993.

FREITAG, B. Política educacional e indústria cultural. São Paulo: Cortez, 1987.

GAELZER, L. Lazer: bênção ou maldição? Porto Alegre: Sulina/URGS, 1979.

GARCIA, E. B. Os novos militantes culturais. In: MARCELLINO, N. C. Lazer: formação e atuação profissional. Campinas: Papyrus, 1995, p.23-53.

GENRO, T. (Org.). Porto da cidadania. Porto Alegre: Artes e Ofício, 1997.

GOMES, C. L. Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas. 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da História. Rio de Janeiro: 4ª ed. Editora Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas públicas sociais. Cadernos Cedes. Campinas, vol. 21, nº. 55, 2001.

INSTITUTO SOCIAL ESPORTE E EDUCAÇÃO. Proposta de Atuação para Ermelino Matarazzo. Disponível em: <<http://www.ises-porteeducacao.org.br/?q=node/7>>. Acesso em: 10 maio 2011.

LAFARGUE, P. Direito à preguiça. São Paulo: Ed. Claridade, 2003.

LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? In: Motrivivência. Florianópolis: UFSC, ano X, (11), p. 71-81, 1998.

MACEDO, C. C. Algumas observações sobre a questão da cultura do

povo. In: VALLE, E. e QUEIROZ, J. (Org.). A cultura do povo. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1984, cap. 2, p. 34-39.

MAGNANI, J. G. C. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. 3º ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

MARCELLINO, N. C. Espaços e equipamentos de lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) Políticas Públicas de Lazer. Campinas: São Paulo: Editora Alínea, 2008, p. 133-152.

MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer: uma introdução. 4ed., Campinas: Autores Associados, 2006.

MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) Lazer e Esporte. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 05-29.

MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1999.

MARCELLINO, N. C. Subsídios para uma política de lazer - o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) Políticas Públicas Setoriais de Lazer. Campinas: Autores Associados, 1996, p.23-30.

MARCELLINO, N. C. Lazer e humanização. Campinas: Papirus, 1986a.

MARCELLINO, N. C. Lazer: animação e participação cultural. Comunicarte, Campinas: PUCC (8), p. 61-68, 1986b.

MEDEIROS, E. B. O lazer no planejamento urbano. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. Introdução ao Lazer. São Paulo: Manole, 2003.

MELUCCI, A. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEYER, R; GROSTEIN, M; BIDERMAN, C. São Paulo: metrópole. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2004.

MULLER, P.; SUREL, Y. Qu'est-ce qu'une politique publique? In: L'analyse des politiques publiques. Paris: Montchrestien, p. 13-32, 1998.

NAVES, R. Terceiro Setor: novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: História da Cidadania. Org.: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. São Paulo : Contexto, 2003, p.563-584.

OLIVEIRA, P. S. É o brasileiro associativo? Leituras Celazer. São Paulo: SESC, p.01-06, 1981.

PACHECO, R. T. B. A escola pública e o lazer: impasses e perspectivas. In PADILHA, V (Org.). Dialética do Lazer. São Paulo: Cortez, 2006, p.173-212.

PERROTTI, E. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, R. (Org.). A Produção Cultural para a Criança. 4ª ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1990, p.09-27.

PINTO et al. Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil. In: ISAYAMA, H. F. et al. (Orgs.) Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios = Sport and leisure policy management: experiences, innovations, potentialities and challenges. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 27-49.

REQUIXA, R. Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer. São Paulo: SESC, 1980.

REQUIXA, R. Lazer e ação comunitária. São Paulo: SESC, 1973.

RIESMAN, David. A multidão solitária. São Paulo: Perspectiva, 1971.

RODRIGUES, A. B. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. Revista Eletrônica Turismo y Mercado. Buenos Aires, 30 out. 2008. Disponível em <http://contenidos.turismoymercado.com/web/trabajos/trab_view.php?wVarAutor=120&wVarName=BALASTRERI RODRIGUES ADYR>. Acesso em: 11 setembro 2010.

RODRIGUES, M. A. Políticas públicas. 4 ed., São Paulo: Publifolha, 2010.

ROLNIK, R. São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2009.

ROLNIK, R.; FRÚGOLI JUNIOR, H. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. Cadernos Metrópole, n. 6, pp. 43-66, 2º sem/ 2001. Disponível em <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm6_25.pdf>. Acesso em: 23 abril 2011.

SANDOVAL, S. A. M. The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. Revista Psicologia Política. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicologia Política, ano 1, vol. 1, p. 173-195, jan.-jul. de 2001.

SANDOVAL, S. A. M. Consideração sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. Psicologia e Sociedade, ano IV, nº 7, p. 61-73, 1989.

SANTOS, M. Lazer popular e geração de empregos. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION. Lazer numa sociedade globalizada/Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, cap. 1, p. 31-37.

SÃO PAULO. Sub Prefeitura de Ermelino Matarazzo. Histórico - Ermelino Matarazzo, um bairro operário com nome de empresário, 2011a. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/ermelino_matarazzo/historico/index.php?p=136>. Acesso em: 20 abril 2011.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Coordenação das Sub Prefeituras. Dados demográficos dos distritos pertencentes as Subprefeituras, 2011b. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758>. Acesso em: 20 abril 2011

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. São Paulo rumo a uma cidade mais saudável – 2007/2010. São Paulo: Gráfica Fotofacto, 2010.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/SMDU - Departamento de Estatística e Produção de informação/

Dipro. População Recenseada, Projetada, Taxas de Crescimento Populacional e Densidade Demográfica, Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais, 2009. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_projetadatas_de_c_1950_638.html>. Acesso em: 09 fevereiro 2011.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados -Seade. PIB do Estado de São Paulo em 2008, 2008a. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/pib/pdfs/pib_analise_2008.pdf>. Acesso em: 24 fevereiro 2011.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento. Município em Mapas, 2008b. Disponível em: <<http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 24 fevereiro 2011.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Capital Nacional dos Negócios, 2005. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/negocios/index.php?p=3004>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2011.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. Revista Licere, v.2, n.1, Belo Horizonte, p. 23-31, 2003.

SCHWARTZ, G. M; MOREIRA, J. C. C. O ambiente virtual e o lazer. In MARCELLINO, N. C. (Org.). Lazer e Cultura. Campinas: Editora Alínea, 2007, p. 149-170.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVESTRE NETO, D. Quem é o animador cultural? Leituras Celazer. São Paulo: SESC, 6, p.01-04, 1980.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias, nº 16. p. 20-45, Junho/dezembro 2006.

STIGGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder, ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: 'são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?'. In Motrivivência. Florianópolis, UFSC, ano X (11), p. 83-96, set. 1998.

STOPPA, E. A. “Tá ligado mano”: o hip-hop como lazer e busca da cidadania. 2005. 143f. Tese (Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TASCHNER, G. B. Lazer, cultura e consumo. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*. São Paulo, v.40, n.4, p.38-47, out/dez. 2000.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5a ed., São Paulo: Polis, 1987.

TORRES, H. da G. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, n. 47, abr. 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 julho 2011. doi: 10.1590/S0103-40142003000100006

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo. Atlas, 2008.

VEBLEN, T. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

ANEXO A - Decreto nº 48.392 que institui o Clube Escola em São Paulo

DECRETO Nº 48.392, DE 29 DE MAIO DE 2007

Institui o Programa Clube Escola.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de integração dos vários programas e projetos em andamento nas unidades escolares e nos equipamentos esportivos em geral, especialmente com o propósito de oferecer aos alunos da rede pública diversas atividades nos períodos pré e pós-escola, bem como o aumento qualificado do acesso aos equipamentos sociais do Município;

CONSIDERANDO a existência, na Cidade de São Paulo, de equipamentos esportivos que devem ser melhor aproveitados em programas voltados à inclusão social;

CONSIDERANDO que já estão sendo implantadas pela Administração Municipal, em especial pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, ações destinadas ao desenvolvimento e implantação do Programa Clube Escola;

CONSIDERANDO, por fim, ser de rigor maior articulação e coordenação das ações desenvolvidas pelas respectivas Secretarias para a execução do referido Programa,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Clube Escola, a ser desenvolvido conjuntamente pelas Secretarias Municipais de Esportes, Lazer e Recreação - SEME, Especial para Participação e Parceria - SEPP, de Educação - SME, da Saúde - SMS e de Coordenação das Subprefeituras - SMSP, dentre outras, com o objetivo de oferecer ao munícipe em idade escolar a oportunidade de participar das atividades esportivas, recreativas e de lazer.

Parágrafo único. O Programa ora instituído será efetivado por meio de ações específicas de cada Secretaria envolvida, direcionadas a facilitar a inclusão sócio-educativa, promover a saúde e a qualidade de vida, contribuir para o desenvolvimento local (IDH), fomentar a prática esportiva, aprimorar a integração entre as diversas faixas etárias, descobrir novos talentos, além de pos-

sibilitar a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, com o envolvimento da família nesse processo.

Art. 2º. Passam a integrar o Programa Clube Escola, afeto à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, todos os Centros Educacionais e Esportivos (CEEs), Balneários e Mini-Balneários, Centros Esportivos e de Lazer (CELS), Clubes da Comunidade (CDMs) e Equipamentos Esportivos em Sistema de Rodízio.

Parágrafo único. O Programa poderá ser implantado, gradativamente, em todos os equipamentos esportivos, municipais ou não, mediante a correspondente liberação de recursos financeiros, humanos e materiais, ou, ainda, em locais indicados e disponibilizados por entidades selecionadas por meio da formalização de chamamento público.

Art. 3º. O Programa Clube Escola tem como objetivos:

I - ampliar as atividades físicas, esportivas, de lazer e de recreação na Cidade de São Paulo, especialmente para os alunos da rede pública e seus familiares;

II - proporcionar o aumento qualificado do acesso dos alunos aos equipamentos sociais existentes na Cidade de São Paulo;

III - contribuir para o enriquecimento sócio-cultural nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - utilizar todo o potencial do equipamento esportivo.

Art. 4º. A coordenação do Programa ficará a cargo da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, que adotará todas as providências necessárias para o seu desenvolvimento, acompanhamento e gerenciamento, podendo, para tanto, editar os atos que se fizerem necessários, nos limites de sua competência.

§ 1º. As demais Secretarias Municipais envolvidas designarão um coordenador que garantirá a integração do Programa Clube Escola com os programas já desenvolvidos em cada área de atuação.

§ 2º. Para alcançar os objetivos previstos no Programa poderá a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação firmar convênios ou outros ajustes com entidades públicas ou privadas, clubes, universidades e demais entidades da sociedade civil nele interessadas, visando a obtenção de apoio e suporte técnico.

Art. 5º. Será criado Grupo de Trabalho Intersecretarial responsável pela integração das estratégias intersetoriais, no âmbito de atuação de cada Secretaria, e pela articulação com as demais Pastas, para o desenvolvimento e execução do Programa desde sua fase inicial.

§ 1º. O Grupo de Trabalho Intersecretarial referido no «caput», coordenado pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, será composto, no mínimo, por representantes das Secretarias Municipais de Coordenação das Subprefeituras - SMSP, de Educação - SME, Especial para Participação e Parceria - SEPP, de Cultura - SMC e da Saúde - SMS.

§ 2º. Todas as Secretarias envolvidas deverão, no âmbito de suas respectivas competências, cooperar para a implementação, execução e manutenção do Programa Clube Escola, por meio do compartilhamento de bases de informação e do planejamento e implementação de ações conjuntas.

Art. 6º. O Programa Clube Escola contará com um Conselho Supervisor presidido pelo Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, constituído por titulares ou representantes de órgãos governamentais e não-governamentais, conforme definido em decreto.

§ 1º. Ao Conselho Supervisor mencionado no “caput” deste artigo incumbirá o contínuo acompanhamento, avaliação, fiscalização e formulação de sugestões com vistas ao aperfeiçoamento do Programa.

§ 2º. As funções dos membros do Conselho Supervisor serão consideradas serviço público relevante, vedada, porém, sua remuneração a qualquer título.

Art. 7º. O Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e os demais Secretários Municipais envolvidos no Programa Clube Escola poderão, mediante portaria intersecretarial, estabelecer normas complementares para o cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 29 de maio de 2007, 454º da fundação de São Paulo.

GILBERTO KASSAB, PREFEITO

WALTER MEYER FELDMAN, Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 29 de maio de 2007.

CLOVIS DE BARROS CARVALHO, Secretário do Governo Municipal

ANEXO B - Ermelino Matarazzo – Relação de equipamentos e espaços de esporte, lazer e recreação localizados em Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa

TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Clubes da Comunidade	09
Campos de Rodízio	04
Ruas de Lazer	17
Praças com equipamento esportivo, recreação ou lazer	16

1- CLUBES DA COMUNIDADE – CDC

Os nove CDCs são de administração indireta e funcionam de acordo com a Lei 13.718, de 08 de Janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização dos Clubes Desportivos Municipais, e dá outras providências, de acordo com o Decreto nº 46.425 de 04 de Outubro de 2005, que regulamenta a lei nº 13.718, de 08 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização dos Clubes da Comunidade, e, de acordo com o Decreto nº 48.267, de 10 de Abril de 2007, que dispõe sobre a supervisão e fiscalização dos Clubes da Comunidade e dos Equipamentos Esportivos em Sistema de Rodízio organizados na forma da Lei nº 13.718, de 8 de janeiro de 2004, bem como transfere os cargos de provimento em comissão que especifica.

CDC Areão de Vila Cisper - Rua Barra de Santa Rosa com a Rua Caiçara Dório dos Ventos, s/nº - Vila Cisper (Equipamento: Campo de Futebol)

CDC Ayrton Senna da Silva - Av. Jaime Torres, 930 – Jardim Popular (Equipamento: Campo de Futebol)

CDC Benedito Ramos Rodrigues - Rua Dr. Venâncio de Oliveira Lisboa, 242 – Parque Boturussu. (Equipamento: Campo de Futebol, campinho de areia e salão social)

CDC Danúbio Jardim Matarazzo – Travessa Dom Bosco, s/nº - Jardim Matarazzo. (Equipamento: Campo de Futebol)

CDC Délio de Carvalho - Rua Antônio Pedro Ceara, 18 – Vila São Francisco. (Equipamento: Campo de Futebol, quadra de cimento, cancha de bocha e malha e salão social)

CDC Ermelino Matarazzo - Rua Reverendo João Euclides Pereira, 08 – Jardim Matarazzo. (Equipamento: Campo de Futebol, pista de caminhada e seis piscinas)

CDC Flor do Burgo Paulista - Rua Bartolomeu Belland, 02 – Burgo Paulista.
(Equipamento: Campo de Futebol, quadra de cimento, pista de caminhada e mini playground)

CDC Jardim Penha - Rua Jacome Teles de Menezes, 822 – Jardim Penha.
(Equipamento: Campo de Futebol)

CDC Vinte e Nove de Junho - Rua Saul de Camargo Neves, 49 – Vila
Constância. (Equipamento: Campo de Futebol)

2 - CAMPOS DE RODÍZIO

Campo Jardim Cotinha - Rua Bandeira do Almado, 14

Campo Pérola Verde - Rua Mungo Parque, 50 Vila Dania

Campo C.F. do Jardim Verônia (Povão Colorado) - Rua Benevenuto
Magalhães Taques s/º

Cancha de bocha Boturussu

3 - RUAS DE LAZER

O funcionamento das ruas de lazer é sempre aos domingos e feriados, das 8h às 17h. Os moradores recebem da Secretaria de Esportes kits para a prática de esportes e jogos infantis. O programa das Ruas de Lazer é executado pela SEME em conjunto com as Subprefeituras e CET.

Nome da Rua	Responsável	Ativa/Não ativa
Acapuzal		Ativa
Aloísio Barroso Junqueira		Ativa
André Rodrigues		Ativa
Catamarca		Desativada
Conceição dos Ouros		Ativa
Conceição do Castelo		Ativa
Cristalândia do Piauí		Ativa
Dr. João Joaquim Gouveia		Ativa
Fernão Mendes Pinto		Ativa
Fortaleza da Conceição		Ativa
Fritz Johansen		Desativada
Lagoa da Prata		Ativa
Lagoa da Anta		Ativa
Morro do Descanso		Ativa
Padre Serafim Leite		Ativa
Tamarindos		Desativada
Tomás de Aquino Pereira		Ativa

4 - PRAÇAS COM EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS	
1.	Praça Ary Francisco de Paulo (895m ²) – Rua João José de Queiroz (Equipamento: Playground)
	Praça Benedicto Ramos Rodrigues (1318m ²) – Rua Prof. Antônio de Castro Lopes, s/nº. (Equipamento: Quadra de cimento)
	Praça Dêlio de Carvalho (1750m ²) – (Rua Sargento Iguatemi Azevedo/ Rua Hêlvio de Oliveira Albuquerque s/nº (equipamento: Quadra de futebol society e playground)
	Praça Faustina Marim Cabarello (1225m ²) – Rua Guido Bonici/Rua Rafael Augusto Pinheiro (Equipamento: Quadra de futebol society)
	Praça Francisca M. Santana (2480m ²) – Rua do Acapuzal/Av. Olavo Egídio de Souza Aranha s/nº (Equipamento: playground)
	Praça Francisco Candido do Nascimento (375m ²) – Rua Paulo Bifano Alves/Rua Rubens Galvão de França s/nº (Equipamento: Quadra de malha)
	Praça João Amazonas (2225m ²) – Rua Prof. Antônio de Castro Lopes/ s/nº (Equipamento: Pista de skate, mini campo de areia, cancha de malha, playground e quadra de cimento playground e futuro parque linear)
	Praça Maestro Assis republicano (16000m ²) – Rua Correia Varela/Rua Pesci s/nº (Equipamento: Quadra de futebol de terra)
	Praça Nova República (2775m ²) – Rua D. Ida/Rua Dr. Gabriel (Equipamento: Quadra de futebol e pista de skate)
	Praça Raimundo Ramos (1115m ²) – Rua Afonso Moreira Pena/Rua Estevão de Araújo s/nº (Equipamento: Quadra de futebol)
	Praça Raul Pedrosa (8558m ²) – Rua Prof. Antônio de Castro Lopes s/nº (Equipamentos: Playground, pista de caminhada e campo de areia)
	Praça Rodolpho Pedro Giorchino (11500m ²) – Av. Jaime Torres (Equipamento: Play ground)
	Praça Romão Gomes Portão (14500m ²) – Rua Manoel Santos Braga, s/nº (Equipamento: Quadra de esportes de areia e playground)
	Praça Salvador Sabaté (5855m ²) – Av. Borurussu/Rua Guilherme de Oliveira Sá s/nº (Equipamentos: Coreto e quadra esportiva de cimento)
	Praça Sem Denominação (19500m ²) – Rua Lagoa D'anta/Rua Pedra Lavada s/nº (Equipamento: Quadra de malha)
	Praça Sem Denominação (558m ²) – Rua Itapiruçu/Rua Prof. José de Barros Pinto (Equipamento: Quadra de futebol society)

APÊNDICE A – Roteiro para entrevista centrada com profissionais ligados aos espaços e equipamentos de lazer

PESQUISA:

RESPONSÁVEL: EDMUR ANTONIO STOPPA

Entrevista centrada, realizada em ___/___/___, (data)

Com _____

Cargo ou função atual _____

Tempo que desempenha a função atual _____

Escolaridade _____

Local: _____

1) Formação profissional

2) Ingresso no trabalho

3) Planejamento das ações

5) Desenvolvimento de suas funções

6) O quadro de pessoal e o equipamento

7) As atividades oferecidas no equipamento

8) Relação do público com a proposta de trabalho.

APÊNDICE B - Entrevista estruturada realizada com frequentadores dos espaços e equipamentos de lazer

PESQUISA

RESPONSÁVEL: EDMUR ANTONIO STOPPA

Entrevista estruturada, realizada em ___/___/___, (data)

Com _____

Grau de Escolaridade _____

Local: _____

Idade _____

1) Realiza atividades no local, com frequência?

Se sim, qual(is), por quê e em qual o período?

Se não, por quê?

2) Qual o seu meio de locomoção até o local?

() a pé () bicicleta () ônibus () carro

() outro

3) Frequenta outros espaços de lazer da região?

Se sim, qual(is)?

Se não, por quê?

4) Existem pontos positivos em relação ao local?

Se sim, quais seriam?

5) Existem pontos negativos em relação ao local?

Se sim, quais seriam?

6) Participa de alguma forma na definição das atividades realizadas no local?

Se sim, como?

Se não, por que motivo?

7) Poderia ser feito algo para melhorar o trabalho dos monitores, animadores antes, durante ou depois das atividades?

Se sim, por quê?

Se não, por quê?

8) Teria sugestões para melhorar o espaço e as atividades?

Se sim, quais?

Se não, por quê?

zer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Fernanda Nakayama Gonçalves: Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Giuliano Fanhani Pieve: Graduando em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Jean Flávio da Silva Santos: Graduando em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FU-SP/ME.

Letícia de Jesus: Graduanda em Ciências da Atividade Física pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Talita Carolina Samuel Custódio: Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME

Gestão de Esporte e Lazer

Se o olhar em relação à periferia das grandes cidades do país for feito pelo seu exterior, descontextualizado de sua realidade, uma das conclusões a que poderíamos chegar é que os problemas locais seriam insolúveis, quase impossíveis de serem resolvidos. No entanto, um olhar mais atento, sintonizado com o cotidiano e por dentro da dinâmica dessas localidades, vai perceber que, apesar da ocorrência desses problemas e da seriedade com que tais situações devam ser enfrentadas pelo poder público, a periferia também pode ser marcada pelo encontro, pela troca de experiências, pela luta em busca de melhores condições de vida, com base no interesse coletivo. Assim, este livro analisa o processo de gestão dos diferentes espaços e equipamentos da supervisão de esportes e lazer da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo em São Paulo, para, posteriormente, propor ações efetivas que possam colocar esses equipamentos à disposição da comunidade local, através de programas adequados à sua realidade e necessidade.



eP editora
Plêiade